

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO  
AGRICULTURA E SOCIEDADE

HANA MARIANA DA CRUZ RIBEIRO COSTA

**Do sal ao cloreto de sódio:  
Extração, industrialização e comércio do sal no entorno da Lagoa de Araruama  
(1850 – 1900)**

RIO DE JANEIRO  
2018

HANA MARIANA DA CRUZ RIBEIRO COSTA

**DO SAL AO CLORETO DE SÓDIO:**

**Extração, industrialização e comércio do sal no entorno da Lagoa de Araruama (1850 – 1900)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais,  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
da Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro como parte dos requisitos para a  
obtenção do Grau de Mestrado em Ciências  
Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima

**RIO DE JANEIRO**  
**2018**

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 “This study was financed by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837s

Costa, Hana Mariana da Cruz Ribeiro ,1991-  
DO SAL AO CLORETO DE SÓDIO: Extração,  
industrialização e comércio do sal no entorno  
da Lagoade Araruama (1850 - 1900) / Hana Mariana da  
Cruz Ribeiro Costa. - 2018.

124 f.: il.

Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, CPDA, 2018.

1. Industrialização. 2. Região. 3. Salicultura . 4.  
Oitocentos. I. Lima, Eli de Fátima Napoleão de, 1954-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. CPDA III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

**HANA MARIANA DA CRUZ RIBEIRO COSTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

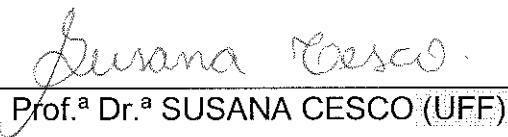
Dissertação aprovada em 08/06/2018.



Prof.ª Dr.ª ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)



Prof.ª Dr.ª THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)



Prof.ª Dr.ª SUSANA CESCO (UFF)



Prof. Dr. PEDRO PARGA RODRIGUES (SME)

## AGRADECIMENTOS

Continuar estudando em um mestrado, após a graduação não foi uma escolha fácil. Na verdade, nada foi fácil, nem o caminho e nem mesmo esse final de curso. Se pude seguir até o fim, foi porque a vida me proporcionou encontros com pessoas que me deram diversos suportes. Considero que os agradecimentos são palavras importantíssimas e dotadas de sentimentos, e não apenas um protocolo a ser seguido. Durante todo o meu processo de mestrado, não pude deixar de refazer em minha mente toda a minha trajetória acadêmica e todas as pessoas que foram importantes nela e que são até hoje. Encerro mais um ciclo agradecendo...

Gostaria de começar agradecendo a agência de fomento CAPES que me permitiu construir e seguir com essa pesquisa até o final. O suporte da bolsa me ajudou a seguir na pesquisa. Que possamos lutar por um sistema educacional justo onde todos possam ter plenas condições de desenvolver suas pesquisas e retorná-las à sociedade.

Também direciono meus mais sinceros agradecimentos à professora Eli Napoleão, que me recebeu de braços abertos no CPDA, e me ajudou a encontrar um lugar na sociologia após longos anos em uma graduação de História. Ao me mostrar o sal como uma possível entrada para se estudar a Região dos Lagos, ela abriu meus horizontes, sempre me deixando livre para alçar meus voos. Sou muito grata pelos momentos compartilhados.

Aos professores Thereza Menezes, Susana Cesco e Pedro Parga por comporem minha banca e aceitarem dividir ideias para que esse trabalho pudesse cumprir seu objetivo. Muito obrigada pelo conhecimento transmitido.

Agradeço também aos professores Lise Sedrez e José Augusto Pádua pelo acolhimento no Grupo de História e Natureza e pelo apoio nesse final de Mestrado. As dicas de Lise e sua paciência comigo foram fundamentais para que esse ciclo se encerrasse da melhor forma possível.

A Margareth Alves, ou Margot, professora e curadora do acervo histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio, que me abriu as portas e confiou no meu trabalho. Também agradeço a atenção de todos os funcionários de todos os arquivos que visitei: APERJ, Arquivo Nacional e IHGB. As instituições não fazem sentido sem o auxílio de vocês.

A minha família, que é o meu alicerce e pilar cotidiano para suportar a realidade que nem sempre é agradável.

A minha mãe, melhor amiga e conselheira de todas as horas; que mesmo distante sempre me recebeu com um mingau de aveia quentinho e longas conversas sobre a vida e as pessoas. Meu alicerce que nunca me deixou desistir, mesmo quando essa ideia era corrente nos meus pensamentos. Na correria da dissertação eu sabia que o lar era onde ela estava.

Ao meu pai, pelas longas discussões políticas na sala de casa ou na varanda que não eram só aprendizado, também eram amor em forma de palavra. A minha trajetória nesse mestrado também representa o momento onde estivemos mais juntos em casa e que pudemos aprender com nossos erros e acertos.

A Tia Dulce, madrinha querida, que me ajudou de todas as formas a finalizar esse trabalho. Sem ela, esse caminho teria sido um pouco mais difícil e estressante. Tenho só a agradecer pelos seus conselhos, carinhos e risadas.

A Karina, uma tia-irmã que nessa solitária caminhada do mestrado me lembrou que também precisamos nos cercar de pessoas e nos divertir. Sempre disposta a me receber na sua casa e a me fazer rir. A Luíza, um pedacinho de vida ainda crescendo e que me dá esperanças no futuro. E ao César, o tio que a vida me deu e que sempre tem alguma curiosidade legal pra me contar e que também contribuiu pra esse trabalho.

Ao meu companheiro João que esteve comigo em todas as horas, presencialmente ou virtualmente, me permitindo muitas vezes só ficar em silêncio sem a cobrança das palavras. Era nele que muitas vezes encontrava refúgio para os dias difíceis e com ele quero dividir todos os dias alegres que puder ter daqui pra frente.

Aos amigos de todos os momentos da minha trajetória até o presente em que escrevo essas palavras.

Agradeço aos meus grandes companheiros de luta que trago desde os tempos mais antigos da minha graduação: Wagner Peres, Jonatas Arão e Flayanne. A vocês devo os melhores momentos da minha juventude e o significado da palavra: companheirismo. A Bianca e Kauê, companheiros de luta e amigos que apareceram na minha vida só pra somar boas conversas e grandes risadas. Companheiros que guardo no fundo do meu peito.

A Giovana Vicentini, grande companheira e terna amiga. Seus conselhos de força sempre me ajudaram a passar pela solidão da pesquisa. Desde 2009 foi ganhando espaço na minha vida, e hoje é uma prosa fundamental que sempre gosto de ter.

A minha amiga-irmã Carol Penna que sempre divide comigo deliciosas risadas e acompanhou meu processo de recolhimento para a escrita. Aquela que sempre me recebe pra comer besteira e ver televisão. Juntas estamos aos poucos aprendendo a arte autocuidado, com uma sempre dando suporte à outra.

A Valeria Fernandes, amiga que a vida trouxe de volta para o meu cotidiano. Nossa encontro em 2012 não foi em vão e 2018 está provando isso. As palavras de força e os longos áudios de whatsapp foram também meu combustível para continuar estudar. Só tenho a agradecer pelos conselhos e pelos novos caminhos que estou aprendendo a trilhar.

A Graciela Garcia, que mesmo distante de mim nesse processo sempre tinha alguma palavra forte de ânimo para me dar diante das minhas tentativas de desistência. A ela devo tudo o que sei e aprendi sobre a academia, foi ela que construiu minha base na graduação para que eu pudesse chegar onde cheguei.

A Rafaela Farias amiga de turma que me pegou pela mão e me levou pra conhecer o desconhecido da Região dos Lagos. Companheira querida, doce e gentil que me levou pra conhecer algumas salinas e que contribuiu demais para esse trabalho

Ao João Gomes, amigo querido que o IM/UFRJ também me deu e que permaneceu de uma forma marcante na minha vida. Nossa trajetória acadêmica se encontra em vários momentos, pelos eventos da História e nas palavras de apoio.

A turma de mestrado 2016 do CPDA. A melhor turma que um mestrando poderia ter. Passamos um ano inteiro juntos, frequentando aulas, restaurantes, bares e manifestações. Teressa experiência em um mestrado é para poucos, e acredito que os dias de aula integral não foram em vão.

A turma do Laboratório de História e Natureza. Só tenho a agradecer ao Bruno Capilé, Igor, Letícia, Paula, Geórgia e Jorge Olea que entraram na minha vida no último ano, mas que já deixaram marcas profundas acadêmicas e sentimentais. Vocês ressignificaram minhas quintas.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer ao mar. Esse era o lugar onde ia me refugiar e procurar paz nos dias mais difíceis. Lugar de reflexão e relaxamento, onde eu

ia mergulhar e saía cheia de sal. O barulho das ondas era um sussurro me dizendo que parar não era uma opção. E nem será. Avante.

*Água vira sal lá na  
salinaQuem diminuiu água do  
mar Água enfrenta o sol lá  
nasalinaSol que vai queimando  
até queimar*  
(Milton Nascimento, canção do sal.)

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objeto a produção salineira no entorno da Lagoa de Araruama, onde hoje se localizam os municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio, durante a segunda metade do século XIX. O objetivo consiste em investigar o discurso da industrialização fomentado pelo governo Imperial e posteriormente Republicano presente no final do século e como ele se aplicou à Região das terras salgadas da Baixada. O uso de fontes primárias como periódicos; processos judiciais e pedidos de patentes industriais, nos permitirá analisar a disputa pela salicultura se desenvolver no âmbito político e científico, em uma escala regional e nacional. Buscamos aqui os primórdios de uma indústria que cresceu na região e teve seu apogeu e decadência durante o século XX.

Palavras chave: Sal. Industrialização. Região

## **ABSTRACT**

This paper is focused on the salt production around Araruama's Lagoon, surrounded nowadays by the cities of Saquarema, Araruama and Cabo Frio, comprising the period of the second half of the 19th Century. The main objective of this work investigates the incentives of the Colonial and late wards Republican Government, to the industrial development of the area, known by the end of that Century as Salty Lowlands. The wide use of primary information sources such as newspapers, legal argumentation and industrial patent requests, provided rich information for a deep analysis of the salt production disputes, concerning both political and academic environment, either locally or nationally. Herein, we bring the primordial origins of such well-succeeded regional business, which found its apogee and decadence, within the 20th Century.

Keywords: Salt. Industrial development. Region.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Moinhos da Salina Santa Clara em PraiaSeca-Araruama.....	17
Figura 2: Vista da entrada da Salina Santa Clara em Praia Seca–Araruama.....	17
Figura 3:Mapa das salinas naturais do entorno da LagoadeAraruama.....	19
Figura 4 - Primeira folha do dossiê sobre “Composição e emprego do salnaagricultura”.....	54
Figura 5 - Anúncio para a formação da Sociedade Anonima SalinaNacional.....	62
Figura 6 - Nota lançada informando da primeira Assembleia de formação da Sociedade AnonimaSalinaNacional.....	62
Figura 7 - Chamada de contribuição aos acionistas da Sociedade AnonimaSalinaNacional.....	63
Figura 8 - Extrato da lei de Impostos de consumo referenteao sal.....	64
Figura 9 - Anúncio para a formação da Companhia Nacional de SalinasMossoróAssu.....	66
Figura 10 - Nota sobre a concessão de Terrenos em Macaé para a Sociedade AnonimaSalina Nacional.....	66
Figura11- Anúncio de venda de terreno na antiga Regiãodos Lagos.....	68
Figura 12 - Anúncio de máquina de costura Singer importada pelaempresaLidgerwood.....	85
Figura 13 - Anúncio do descascador decaféLidgerwood.....	86
Figura 14 -VanVlech Lidgerwood no quadrodaSAIN.....	86
Figura 15 -Bezerra e Haas importaçaoeexportação.....	87

Figura 16 - Anúncio Bezerra e Haas.....	87
Figura 17 - Anúncio de Jules Geraud como procurador.....	88
Figura 18 - Jules Géraud nos quadros da Beneficência Francesa.....	88
Figura 19 - Anúncio de Bailly como procurador.....	89
Figura 20 - Anúncio da empresa de navegação salina.....	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**SAIN** –Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

**PI** –Privilégios Industriais

**IHGB**– Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**CIA.** -Compania

**CO.** -Company

## SUMÁRIO

Introdução .....	15
<b>I. O sal: comércio, extração e crises de abastecimento da colônia ao Império .....</b>	28
1.1 O sal na Baixada Fluminense .....	32
1.2 Primeiros investimentos .....	35
1.2.1 As Terras de Marinha .....	37
<b>II. O cloreto de sódio: Discurso, imprensa e poder na corrida pela ocupação e industrialização das terras salgadas fluminenses .....</b>	41
2.1 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional .....	43
2.2 Industrialização e higienização .....	52
2.2.1 A expansão das salinas artificiais no entorno da Lagoa de Araruama .....	57
2.2.2 O fim do século e as Sociedades Anônimas .....	61
<b>III. O século das Maravilhas? .....</b>	70
3.1 As Leis de Patentes Industriais: 1830 e 1882 .....	72
3.2 As Patentes Industriais .....	76
3.2.1 Empresas e escritórios de invenções .....	84
3.3 As elites locais da Lagoa de Araruama .....	90
Considerações Finais .....	97
Referências Bibliográficas .....	105
Fontes Primárias .....	108
<b>Anexos .....</b>	109

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto a investigação da economia salineira e suas dinâmicas de industrialização na Região dos Lagos Fluminense, mais precisamente no entorno da Lagoa de Araruama, durante o século XIX. Temospor objetivo investigar a produção do sal fluminense e os projetos de industrialização existentes que envolviam essa atividade. Importante na alimentação, o sal possui um papel histórico na conservação de alimentos antes do advento da energia elétrica. No Estado do Rio de Janeiro, possui como principal lugar de extração a Baixada Litorânea Fluminense.

Produção voltada ao mercado interno que colocou a Região dos Lagos em evidência no cenário nacional do século XX, a salicultura encontrou no entorno da laguna de Araruama as condições climáticas, de solo e de águas perfeitas para se desenvolver. A trajetória dessa industrialização é marcada pela forte intervenção estatal principalmente nas décadas de 1930 e 1950.

Atualizando um pouco os termos que tratarei, a criação do Instituto Nacional do Sal em 1950, acompanhado da criação de outros institutos de pesquisa como o do café, foi um primeiro marco que denota essa preocupação governamental na produção salineira. Em seguida, os impactos do avanço da industrialização desse setor diretamente na região concretizam-se com a instalação da Companhia Nacional Álcalis e a Refinaria Nacional do Sal.

A indústria salineira na Região dos Lagos Fluminense e seu auge levou as salinas locais a uma produção extensiva do sal e de outros elementos como o cal. A entrada de processos químicos, encabeçada pela Álcalis, trouxe a barrilha para completar esse hall de produtos.

Outro polo importante da salicultura nacional era o Rio Grande do Norte. Como veremos mais adiante, o início da sua industrialização coincide com a história da salicultura fluminense, o desfecho dessa trajetória nem tanto. A produção potiguar seguiu forte até o século XXI sendo atualmente a maior produção de sal do país. A cidade de Mossoró possui a sua economia toda voltada para a salicultura, que também integra o circuito turístico da região.

Enquanto que o Rio Grande do Norte continuou seguindo na sua produção, o Rio de Janeiro nos anos de 1970 teve suas salinas entrando em decadência.<sup>1</sup> O abandono da atividade produtiva deu lugar a outras formas de utilização do espaço, como a atividade imobiliária voltada ao turismo. No distrito de Praia Seca, localizado no município de Araruama, ainda resistem algumas salinas com uma produção pequena e voltada ao abastecimento de uma das poucas refinarias de sal que ainda se encontram em Cabo Frio: a Cisne.

As salinas dos pequenos proprietários que ainda funcionam, concentram-se atualmente apenas em Praia Seca e na entrada do município de São Pedro da Aldeia. A situação das mesmas é de baixa produtividade devido à concorrência com o sal que agora é importado do Chile. Funcionando muitas vezes como cooperativas, o sal produzido nessas salinas é menos da metade do que era retirado há 60 anos e agora a função é de complementação da produção da empresa Cisne. Quando as importações não são suficientes e nem a produção, os representantes da empresa compram uma ou duas toneladas dos produtores a preços irrisórios.<sup>2</sup>

O cenário dessas salinas em Praia Seca é de volta no tempo, vemos pouca tecnologia elétrica aplicada. Alguns moinhos funcionam com motores elétricos, outros ainda funcionam apenas com a força dos ventos que são abundantes na região. (ANEXO 1, 2 e 3) Essa paisagem já é considerada como típica e permanece na memória dos moradores compondo o cenário turístico local, como podemos observar nas figuras a seguir:

---

<sup>1</sup> JOÃO, Cristiane Ramos Vianna. TERRADOSAL: Projeto de um museu de sal em Praia Seca, Araruama – RJ. Rio de Janeiro: FGV, 2012. (Dissertação de Mestrado)

<sup>2</sup> Apesar do material produzido pelo entrevistado não acessar a memória da época que pretendemos analisar nesse trabalho por ser longínquo, fazemos esse adendo para compreender o atual momento da produção salineira na região. Entrevista concedida por MATTOS, José Maria. Entrevista I. [fev. 2017]. Entrevistador: Hana Mariana Costa. São Pedro da Aldeia, 2017. 1 arquivo .mp3 (40 min.). O trecho da entrevista encontra-se transcrita no Anexo 1 desta dissertação.

Figura 1- Moinhos da Salina Santa Clara em Praia Seca- Araruama



Fonte: Acervo pessoal. Registrado em 15/02/2017

Figura 2 - Vista da entrada da Salina Santa Clara em Praia Seca – Araruama



Fonte: Acervo pessoal. Registrado em 15/02/2017

A atividade turística na região teve seu crescimento no mesmo período de declínio da produção salineira. O que observamos hoje é o avanço progressivo da especulação imobiliária sobre os tanques de produção. Tornou-se uma paisagem muito comum da beira da laguna salinas abandonadas, aterradas de forma incompleta enquanto algum condomínio é construído em seu terreno. Essa mudança também afetou os trabalhadores que ao perderem seus empregos também migraram para outras atividades como a construção civil. Essas questões ainda precisam ser estudadas com mais cautela e observação.

Os homens que ainda ficaram nas salinas restantes trabalham sazonalmente e reclamam das condições. O forte sol e a evaporação das águas concentradas propiciam doenças

de pele e de visão. O grande deserto branco é quente e só é abrandado pelo constante vento. As novas gerações não se interessam mais pela profissão de salineiro exercida pelos pais ou avós.

A decadência da produção salineira nos fizeram questionar sobre o início das salinas artificiais. Inquietações sobre a formação dessa Indústria aparecem quando percebemos que a história local é muito mais antiga do que a própria produção artificial do sal, e que esse episódio, apesar de ser um capítulo famoso, pode ser um dos mais recentes. Então quem seriam os homens responsáveis pela sistematização das salinas artificiais? Quando elas começaram a surgir na paisagem? O que motivou essa busca pelas terras salgadas da lagoa? Esses questionamentos nos levarão através de uma longa história que envolve setores dominantes da sociedade, periódicos, máquinas e sal.

Durante o século XIX, o sal possuía um vasto uso no mundo rural para além da conservação de alimentos como: curtume, confecção de adubos, alimentação do gado, confecção de compostos para o combate de pragas rurais e em doenças de animais, conservação de madeiras, desinfecção de tonéis de vinho e na confecção de sabão<sup>3</sup>. Mesmo sendo um elemento de tanta presença na vida cotidiana das pessoas ainda possui poucas pesquisas em relação à sua extração e sua gênese como indústria.

Na região estudada, nos séculos XVII e XVIII, é possível encontrar o uso de salinas naturais<sup>4</sup> por moradores locais para fins de subsistência<sup>5</sup>. Como tempero importante para a vida, o sal, já era extraído pelos indígenas Tamoios. Estes, se utilizando de cacimbas, através do sistema natural de evaporação da água já extraíam o tempero que vinha contendo lodo e algumas impurezas<sup>6</sup>. A formação das lagunas salgadas da região, com aberturas para o mar e poucos rios caudalosos propiciou a formação de salinas naturais. Segundo o engenheiro Alberto Lamego:

A beleza incomparável do mar de Cabo-Frio deve-se a esta ausência extraordinária de rios de vulta. Toda a carga dos pequenos cursos é depositada nas Lagunas,

<sup>3</sup> Usos e fórmulas encontradas nas edições do Jornal do Agricultor (1880 a 1907). Disponível em:<http://hemerotecadigital.bn.gov.br/>

<sup>4</sup> Segundo Alberto Lamego, as salinas naturais são as formações em feitiço de pequenas bacias no entorno da Lagoa de Araruama que propiciavam a precipitação dos cristais de sal de forma. Eram muito comuns na região que estamos estudando e livremente utilizadas primeiramente pelos Tamoiose depois pelos colonos. Esse tipo de salina é considerada natural visto que não é cercada, não possui tanques de evaporação e não possui moinhos. O processo de concentração, evaporação da água e, consequentemente, formação do sal é totalmente natural e independente da ação humana.

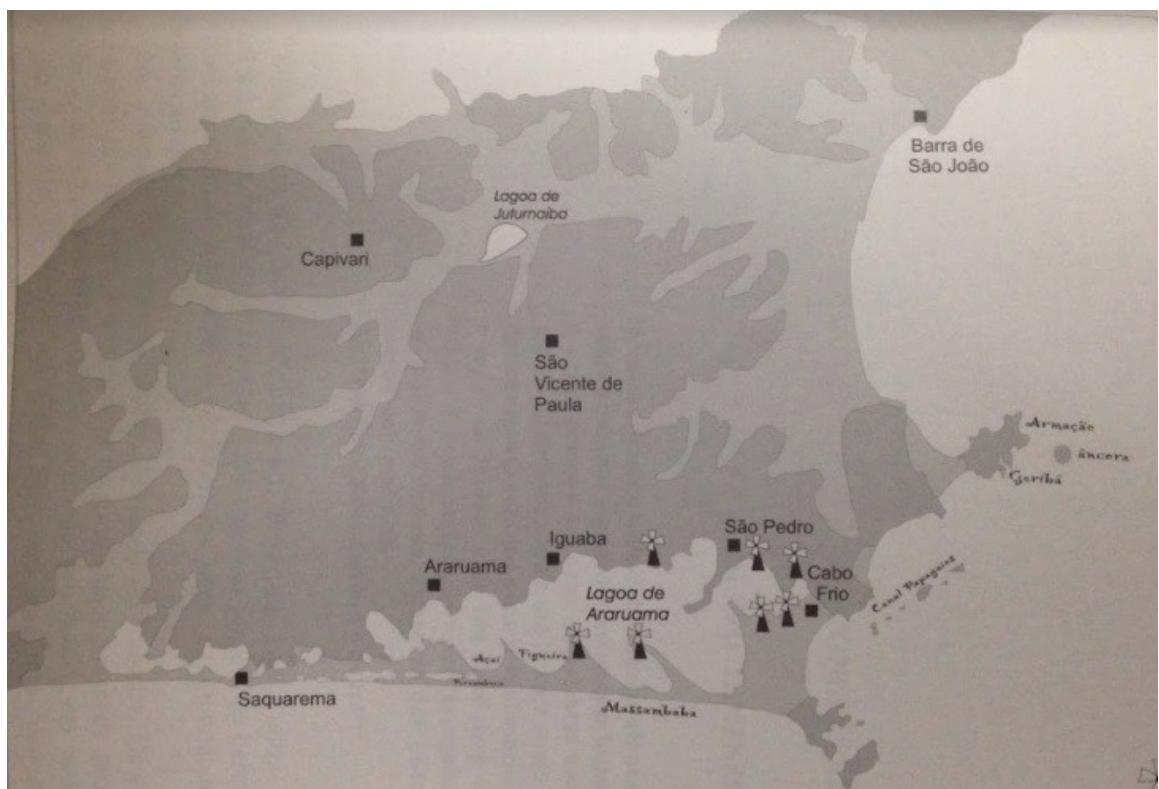
<sup>5</sup> GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>6</sup> LAMEGO, Alberto R. O homem e a restinga. Rio de Janeiro : IBGE, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira)

aterrando-as(..) Por isso é que um mar tão puro e salgado, através do canal do Itajuru, entra na Laguna onde a escassez de cursos d'agua e a evaporação a transformam em precioso manancial Salino.<sup>7</sup>

Mesmo sendo o produto que levou a Região dos Lagos à notoriedade comercial no século XX, o sal e o início da sua produção e extração em larga escala, na segunda metade do século XIX, é pouco estudado. Assim, percebemos a escassez de bibliografia e pesquisas sobre a estrutura fundiária e seus sujeitos nas Baixadas Litorâneas. Esta outra lacuna revela-nos uma necessidade de maiores pesquisas sobre essa região.

Figura 3 – Mapa das salinas naturais do entorno da Lagoa de Araruama



Fonte: GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

O declínio do regime escravocrata levou muitos fazendeiros da Baixada Fluminense a diversificarem seus investimentos girando seus capitais para a produção do Sal, que aos poucos ia se especializando e expandindo. Com a concentração fundiária a partir da segunda metade do século XIX, a construção de salinas artificiais se inicia ganhando investimentos

7 Idem, P.248

públicos e privados, oriundos de uma classe dirigente que excluirá os moradores pobres do usufruto do sal.<sup>8</sup>

O estudo sobre os caminhos do sal na atual Região dos Lagos, pode nos levar à compreensão do processo de industrialização dessa atividade através da busca pelo aperfeiçoamento das suas técnicas de extração. Através das atividades das salinas será possível observar as dinâmicas do mercado interno regional do século XIX e também analisar a sociedade rural do mesmo período e local. É importante destacar que essa atividade produtiva e seus trabalhadores não estiveram isolados da sociedade escravista, e das consequências de seu declínio, mas sim fortemente integrados à mesma sustentando um mercado interno variado esforço.

Estudar a história do sal na Baixada Fluminense<sup>9</sup>, é também olhar para a inserção do seu mercado interno no contexto do pacto colonial. José Marcello Giffoni<sup>10</sup>, ao analisar o comércio do sal em Cabo Frio na primeira metade do século XIX, conclui que existem grandes debates por trás da exploração do produto, como as leis de regularização do comércio do sal e da demarcação e concessão das terras de Marinha pela Coroa.

Segundo Paula Graner<sup>11</sup>, em um dos poucos trabalhos historiográficos sobre a estrutura fundiária da Região dos Lagos, o processo de decadência das grandes fazendas propiciou a perpetuação da concentração fundiária através da compra e venda de terras entre proprietários vizinhos. Assim, a busca por terras salgadas ganha adeptos alcançando a salicultura a uma importante atividade produtiva no entorno da Lagoa de Araruama. O crescimento da capital aliado aos processos citados também modificaram a relação entre o homem, a terra e o trabalho. Se tratando de Baixada Litorânea, Márcia Motta observa que:

A urbanização e o crescimento demográfico da cidade, impulsionaram nas áreas rurais, a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Para regiões, antes em decadência, significou a possibilidade de redirecionar sua produção para a policultura com vista a atender o mercado interno em expansão.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Apesar de estarmos analisando a atual Região dos Lagos, durante a época sobre a qual nos debruçamos (século XIX) a nomenclatura utilizada era Baixada Fluminense em seu sentido mais amplo. Levaremos em consideração que a Região é também um espaço socialmente construído e não só geograficamente dado; logo sua interação à época com a Capital do Império a coloca politicamente e socialmente como Baixada Fluminense.

<sup>10</sup> GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempo ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>11</sup> GRANER, Maria Paula. A estrutura fundiária e municipal de Araruama: 1850-1920. 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

Dentro da trajetória do comércio do sal na história colonial brasileira, é possível encontrar alguns marcos, como o período do Estanque. Este durou de 1630 até 1801, devido aos interesses de Portugal em exportar seu sal para terras brasileiras.<sup>13</sup> É importante destacar que mesmo no período do Estanque, o sal continuou a ser extraído e comercializado sustentando o mercado interno regional. Assim, o que temos é uma região insurgente, com produção clandestina que desafia a hegemonia régia. Em 1798, no Rio de Janeiro, o vice-rei faz uma concessão das salinas à “pobreza” tornando a produção do sal pública e tutelada pela Câmara Municipal de Cabo Frio.<sup>14</sup>

Todo esse processo legislativo sobre as salinas e o histórico da região acompanharemos no primeiro capítulo. Da complexidade da moeda colonial até as políticas de abertura econômica dos primeiros anos do Império no Brasil, acompanharemos a trajetória comercial do sal contextualizando historicamente essa produção. Buscaremos analisar o histórico do comércio salineiro através de uma revisão bibliográfica de trabalhos já feitos sobre o nosso recorte espacial. É o momento de nos atermos ao mercado interno e a debates importantes e introdutórios ao nossotema.

Tomamos como nosso recorte temporal um momento importante para o período e para a região escolhida: a segunda metade do século XIX. Com início no ano de 1850, por ser o da data da promulgação da Lei de Terras e de consolidação das salinas artificiais; e final de 1900, período de crescimento do número de patentes industriais<sup>15</sup>. Pretende-se então, resgatar um panorama do crescimento da comercialização do sal, da construção das salinas artificiais e da sua mecanização e industrialização.

Internacionalmente o oitocentos é marcado pelo crescente avanço da industrialização em diversos países europeus e nos Estados Unidos. A Inglaterra deixa de ser a oficina do mundo e entra em períodos de crise de produção. Consequentemente a industrialização de

12 Mais do que a dominação pela terra, os lavradores estavam também submetidos à dominação comercial dos donos de portos. Segundo Márcia Motta, na região de São Gonçalo, isso era muito comum. Para mais, ver em: MOTTA, Márcia Maria Meneses. Proprietários de Terrae Arrendatários – escravistas em uma região produtora de gêneros alimentícios (São Gonçalo – 1808-1892) in Revista Arrabaldes. Ano I, nº2, set./dez.1988.P.89

13 Sobre mais detalhes em relação ao período do Estanque do Sal e o comércio do produto pelo Brasil no período Colonial ver: ELLIS, Myriam. O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1853). São Paulo, USP, 1955.

14 GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempo ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

15 Nas pesquisas em Arquivo, pudemos perceber que o número de patentes de inventos relacionados ao sal se duplica nas duas primeiras décadas do século XX. Esse salto quantitativo possui explicações relacionadas a fatores econômicos presentes no novo regime republicano que preferimos não adentrar nessas pesquisas.

países como a França avança a todo vapor e aumenta a oferta de maquinários e produtos industriais. O que podemos observar é uma nova fase econômica para o mundo todo.

O Brasil nesse momento, insere-se nessa economia internacional não só através da grande exportação de café, mas também como área de influência inglesa.<sup>16</sup> Todo o processo da Revolução Industrial, como um evento único e impactante na história da humanidade, vai modificar as dinâmicas não só do grande comércio mercantil, mas também vai mexer com as estruturas do mercado interno brasileiro.

O século XIX trará importantes mudanças e inovações que alçarão a produção de sal ao seu engrandecimento. A lei de terras de 1850, apesar de não tratar diretamente das Terras de Marinha, através de atos administrativos iniciará um processo de concentração fundiária das salinas nas mãos de poucos homens, assim como um maior controle do Estado Imperial em locais até então poucovigiados.

Assim, a segunda metade do século XIX é fundamental para a compreensão das mudanças econômicas entorno do sal e o início de seu apogeu. Veremos se formar uma classe econômica dirigente, liderada por Luiz Lindemberg, que investirá na criação e modernização das salinas artificiais excluindo a população local pobre de seu usufruto natural.

O processo de racionalização da produção salineira está ligado a um projeto nacional pela modernização das manufaturas e, principalmente, da grande lavoura exportadora. Em um contexto mais amplo, insere-se também nas novas lógicas de produção e trabalho do mundo industrializado europeu. Esse projeto é fomentado por homens de negócios e homens de ciências, todos com poder político para legislar ou ao menos influenciar as leis.

Nesse sentido o capítulo 2 nos levará ao mundo dos letrados homens da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e aos investidores das Sociedades Anônimas, para que possamos compreender mais sobre o projeto nacional de modernização que estamos comentando aqui. Também buscaremos investigar a partilha das terras salgadas da restinga sob a ótica das sociedades e companhias. Taishomens cercaram terras e transformaram os alqueires de sal em ações do banco rural, também decidiram o destino de muita gente trabalhadora sem nunca terem colocado os pés em uma salina. Novos tempos e novos donos da terra estavam anunciados.

---

<sup>16</sup> HOBSBAWM, E.J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 5<sup>a</sup> edição, 2000.

As mudanças relacionadas à exploração do Sal no entorno da Lagoa de Araruama, a partir de 1850, podem nos ajudar a compreender o panorama político e econômico do Império e as transformações sociais em âmbito nacional. Esse momento da História traduz-se como a gênese do modelo de industrialização salineira que atingirá seu ápice no século XX, e como o alicerce de muitas relações de trabalho que se estenderão na região até os dias atuais.

O terceiro capítulo é trabalhado aqui com o intuito de reafirmar as colocações do segundo através de fontes primárias buscadas no Arquivo Nacional. Aqui concentra-se a tentativa de se trabalhar com fontes pouco usadas, como os privilégios industriais, no intuito de investigar a tendência da incorporação de maquinários na “Indústria Nacional”<sup>17</sup>. Se o discurso da necessidade de modernização dos processos produtivos nacionais estava presente nos conselhos e nos jornais, a sua materialização mostrava-se através de leis alfandegárias; medidas econômicas e do registro de patentes. Dentro desses registros encontramos outro grupo dominante do fim do século XIX, composto por profissionais liberais donos de empresas de importação de maquinários e escritórios de advocacia especializados em direitos de patente.

Os anos de 1880 e 1890 tornam-se chaves para a compreensão dessas mudanças e para a compreensão da “grande transformação”<sup>18</sup> que o mundo está passando. Em nível nacional vemos a imprensa e as leis alfandegárias avançando sobre os principais produtos de exportação. A salicultura não ficou isolada desse processo e a sua integração como mercado ao grande fluxo comercial exportador fica explícita. Como veremos ao longo desse trabalho, as terras da Lagoa de Araruama são um bom laboratório para analisarmos a experiência desse fim de século no Brasil.

A escolha do uso regional da historiografia leva à interdisciplinaridade com a Geografia, Economia e Ciências Sociais. O uso da história narrativa e das análises econômicas aplicadas a uma região nos permite examinar processos sociais em períodos de longa duração. Porém, é importante analisar a região como um espaço social construído e em constante mutação através da ação dos atores sociais. A ideia de Região natural “

---

passa a

17 A Indústria Nacional aqui encontra-se entre aspas devido ao debate entorno do uso desse termo para a economia brasileira no século XIX. Endossamos aqui a noção de pré-indústria para os anos até 1870. O termo em destaque encontra-se nesse texto de acordo com o sentido aplicado a ele nas publicações do periódico da SAIN onde a Indústria difere-se daquela que está em desenvolvimento na Europa e caracteriza-se pela agricultura e manufaturas extractivas como a salicultura.

18 Termo cunhado por Karl Polanyi para designar a virada do século XIX e os processos econômicos de entrada no capitalismo moderno. Para mais ver: POLANYI, Karl. A grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980

relacionar-se com a noção de espaço como um fato social” (...) “O espaço equivale à incorporação do trabalho humano na superfície terrestre”<sup>19</sup>. Assim é possível enxergar diferentes relações sociais e atores inseridos nas mais diversificadas atividades econômicas existentes na Região dos Lagos.

Não obstante, os caminhos da História Agrária andam juntos com os da História Regional. Logo, desnaturalizar o conceito de Região é necessário. Essa pesquisa trabalha com o recorte da atual Região dos Lagos, antiga Baixada Fluminense, um espaço geográfico determinado, mas que também é moldado pela ação histórica do homem e pelas escalas que o historiador coloca sobre ela. Aplicando análises e fontes globalizantes em recortes espaciais reduzidos, busca-se obter resultados variados de pesquisa conforme a região se modifica.

Utilizar a escala regional como lente para se olhar o passado nos ajuda a compreender, de maneira exemplificada, as relações macroeconômicas e políticas do Império, e da nascente República, com o mercado mundial da época. É importante sempre buscar “por uma história regional que potencialize as singularidades locais, sem perder de vista sua inserção na totalidade.”<sup>20</sup> Logo, análises do mercado interno e sua importância, desde o século XVIII, tornam-se importantes nesse projeto.<sup>21</sup>

O recorte espacial regional está intimamente ligado aos estudos relacionados ao mercado e abastecimento interno. Metodologicamente, construir uma análise do impacto do mercado interno na grande produção exportadora e vice e versa, em uma grande escala foge ao propósito desse trabalho. Apenas a análise regional proporciona as ferramentas necessárias para a elaboração dessa pesquisa. É importante que o trabalho do historiador sobre as dinâmicas do abastecimento interno não sejam mecânicas e burocráticas, restringindo-se apenas a regulamentação e controles. Segundo Maria Yedda Linhares<sup>22</sup> é preciso se debruçar sobre aspectos sociais dentro do processo econômico como: hábitos alimentares e de cultivo; as mentalidades e a política.

<sup>19</sup> GARCIA, Graciela. História Regional e as escalas sobre o espaço: uma tentativa de desnaturalizar o

---

evidente. In: SOIHET, Elena e MARTINS, Mônica (orgs). Encontros entre Economia e História. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p.46-47

<sup>20</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos, História e Região: inovação e industrialização na economia salineira fluminense. IN: Revista de História Regional. Vol.15, n° 2, 2010. P.187

<sup>21</sup> FRAGOSO, João Luís. ECONOMIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda.(org.) História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996

<sup>22</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979.

Para Linhares, as crises de abastecimento do período colonial e imperial, principalmente no século XIX, permitem compreender todo o panorama global de crescimento e expansão do capitalismo. É necessário enxergar o abastecimento interno, suas questões regionais e suas problemáticas como um aspecto interligado ao sistema global vigente no período composto pelos mais diversos aspectos políticos, mentais e econômicos. Para a autora “a história do abastecimento, no caso brasileiro, é sobretudo a história escondida por trás dos polos dominantes da produção e das cidades.”<sup>23</sup>

Na busca por relacionar o processo de industrialização da economia salineira fluminense com o panorama econômico e político geral do país no século XIX, iremos de encontro à análise de Geraldo Beauclair sobre as raízes da indústria no Brasil. Beauclair reconhece a existência da formação de indústrias rudimentares ao final do século XVIII e início do XIX, onde a extração do sal é uma das principais.<sup>24</sup> Esses estabelecimentos propiciariam o início de uma industrialização efetiva a partir de 1850; ano de consolidação das salinas artificiais. Assim, é possível notar um discurso industrial e de modernidade presente em periódicos e no crescente número de patentes de invenções de maquinário para o aperfeiçoamento da extração e beneficiamento do sal.

Apesar de inserida no grande comércio mercantil, a dinâmica econômica interna propiciou o desenvolvimento de uma indústria nacional arcaica que recebe incentivos ao longo de todo o século XIX. Nesse sentido, o Brasil, e a Baixada Fluminense, viveriam um momento de Pré-Indústria<sup>25</sup> que, no caso da salicultura, vai se desenvolver plenamente no século XX.

Nessa pesquisa, buscamos analisar a Região dos Lagos Fluminense que possui um escasso acervo de obras historiográficas. Dentro desse universo, os trabalhos de Paula Granner e José Macello Giffoni serão de grande valia, bem como as obras multidisciplinares que abordam as Baixadas Litorâneas.

Levando em consideração as bases teóricas aqui lançadas, estudar os caminhos do Sal fluminense é dar visibilidade a uma Região e a seus atores sociais. Olha-se, com frequência,

---

<sup>23</sup> idem

<sup>24</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860, Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992.

<sup>25</sup> Termo utilizado em: BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860, Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992.

as Baixadas Litorâneas apenas como um polo turístico que surgiu em meados do século XX. Porém, naquelas terras existem histórias muito mais antigas que precisam ser recontadas.

Assim, como em um quebra-cabeça, tentaremos compreender o passado através de fragmentos e vestígios, logo o uso de arquivos documentais torna-se fundamental nessa pesquisa. É importante destacar que as fontes aqui utilizadas serão constantemente confrontadas para que seja possível alcançar a riqueza e a multiplicidade do processo histórico analisado.

Os documentos oficiais em arquivos públicos também são passíveis de análise e crítica, pois toda sistematização é pensada para o fornecimento de informações nos moldes das instituições que os organizaram. Assim, a fonte torna-se um “emblema de poder”<sup>26</sup>. Por isso, é fundamental que estejamos atentos às condições de produção e armazenamento dos registros utilizados aqui.

Nessa pesquisa, além do uso da bibliografia básica, analisaremos fontes primárias manuscritas e impressas a serem usadas quantitativa e qualitativamente. Através de uma análise quantitativa de documentos seriais, buscaremos uma reconstrução da disputa pela industrialização da produção do sal, a sua inserção no comércio interno da região estudada e os atores sociais envolvidos nesse processo.

O periódico *Jornal do Commercio*, entre os anos de 1850 e 1900, contempla vasto debate entre os Presidentes de Província e senadores sobre as leis de exportação e importação de diversos gêneros alimentícios, entre eles o sal. Na publicação também é possível encontrar anúncios e registros das Companhias Salineiras e anúncios de comerciantes de Sal. Essa fonte, combinada com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (*Almanak Laemmert*) será utilizada na busca por uma caracterização da atividade produtiva salineira e dos nomes dos proprietários das salinas.

Outro periódico utilizado será o “*Jornal do Agricultor*”, entre os anos de 1880 e 1907. A presente publicação contém diversos estudos e análises sobre o uso do solo e dicas de como se manejá a lavoura. O jornal, apesar do nome, não parecia se destinar a pequenos e pobres proprietários; mas sim a grandes produtores ou estudiosos de ciências como Agronomia e Química pelo linguajar e sessões que possuem. Assim, através dos usos dados à revista pelo

---

<sup>26</sup> CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo* In: *Revista Mana*. vol.10 no.2. Rio de Janeiro. 2004

sal e um dossiê sobre o processo de funcionamento das salinas, é possível encontrar o discurso da necessidade de modernização da extração do produto no Brasil.

Usaremos como fonte, igualmente os “Privilégios Industriais” presentes no Arquivo Nacional (1885 a 1900) que são elementos do sistema de patentes e aperfeiçoamento de maquinários.<sup>27</sup>

Criados durante as duas últimas décadas do século XIX, as patentes ou privilégios industriais são uma fonte interessante quantitativamente e qualitativamente por auxiliarem na análise da concretização do discurso industrial através da demanda de aperfeiçoamento de maquinários industriais.

Todos os elementos dispostos aqui se conjugam em um cenário de final de século conturbado e transformador. Nessa história os palcos eram diversos e os atores também, cujo palco principal, para nosso trabalho foi a região dos Lagos Fluminense.

---

<sup>27</sup> O sistema de patente visa assegurar a propriedade intelectual e os lucros de um inventor sobre sua invenção. Os registros aqui utilizados encontram-se no fundo de Privilégios Industriais do Arquivo Nacional e utilizamos os referentes aos anos de 1808 a 1910. Em nossa pesquisa utilizamos apenas as invenções referentes à produção e beneficiamento do sal, separando em dois blocos: 1808 a 1900 / 1900 a 1910. Esse método foi utilizado para demonstrar o crescimento qualitativo de patentes durante o final do XIX e do início do século XX.

## CAPÍTULO I - O sal: comércio, extração e crises de abastecimento da colônia ao Império.

O sal é de extrema importância na alimentação humana, sua ausência no corpo pode causar inúmeras doenças e fadiga acentuada. Também é fundamental para a vida animal, sendo amplamente utilizado nos estábulos para a engorda do gado. Historicamente, era uma das únicas formas de conservação dos alimentos antes da energia elétrica, salgando peixes e carnes. No contexto brasileiro, sua circulação ajuda a compreender parte da nossa história:

Foi amplo o campo em que o sal exerceu suas benéficas influências no Brasil colonial. A vida econômica e social do homem dessa época, sem o produto, teria se desenvolvido, certamente, de forma muito diversa, diante de inúmeras dificuldades a enfrentar (...) É possível pois afirmar-se terido o sal uma ponderável parceria de influência na ocupação do território brasileiro e no seu povoamento, na sua economia e na sua vida social e, portanto, um considerável desempenho na história colonial.<sup>28</sup>

A comercialização do sal despertou intenso interesse por parte dos historiadores, sua extração não muito. Através da extração e circulação desse produto na Colônia e no Império, é possível perceber a política da concessão de terras, as relações de poder local e a dinâmica do comércio interno que envolvia a consolidação do Estado Brasileiro.<sup>29</sup>

Vamos nos deter aqui, em algumas linhas, ao comércio do sal e suas dinâmicas internas na colônia por acreditar que essa é uma parte importante para a compreensão do futuro processo de formação das salinas artificiais fluminenses. Também compartilhamos da concepção da existência de um mercado interno forte e variado na América Portuguesa, mesmo sob o monopóliometropolitano.<sup>30</sup>

Entre os séculos XVIII e primórdios do XIX a extração do sal estava vetada à colônia. O “Estanque do sal” visava garantir a comercialização portuguesa através do monopólio. Myriam Ellis, em um dos primeiros trabalhos sobre a comercialização desse produto no período colonial, nos informa que “o objetivo do Estanque, em relação ao Brasil, era angariar

---

<sup>28</sup> ELLIS, Myriam. O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1853). São Paulo, USP, 1955. P.34

<sup>29</sup> GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>30</sup> Concordamos aqui com a tese de Maria Yedda Leite Linhares sobre a riqueza e importância do mercado interno na Colônia e no Império.

fundos para a Fazenda Real custear a defesa dessa colônia, contra qualquer invasão inimiga. Para isso era necessário sustentar as guarnições militares.”<sup>31</sup>

Promulgado em 1630, a lei do Estanque do Sal forçará a colônia a comprar o sal português. É importante destacar que esse período foi o da União Ibérica (1580 - 1640)<sup>32</sup>, mas mesmo com o seu fim a lei continuou a vigorar visto que mostrava-se muito lucrativa aos cofres metropolitanos e ao bolso dos atravessadores do sal:

Riqueza essa muito cara à nobreza lusa, que se confirma ao acompanharmos a legislação Portuguesa durante os 171 anos de monopólio: em 1695 fora proibidos de sair do reino os ‘Officiaes’ que sabiam fazer o sal; no mesmo ano, os ‘Officiaes das Marinhas de Sal’, que ensinassem a arte do sal para Reinos estranhos, teriam seus bens confiscados e seriam condenados à morte; um Alvará de 1696 proibiu o trabalho de estrangeiros nas ‘Marinhas de sal’ sob pena de ‘açoutes e galés’.<sup>33</sup>

Porém, a dinâmica do mercado interno era mais diversificada e a extração nas salinas naturais na colônia, principalmente no Nordeste e no Rio de Janeiro, persistia, abastecendo clandestinamente capitâncias com carestia do gênero como São Paulo e Minas Gerais. Logo, mesmo dentro dessa proibição, o sal, continuou a ser extraído e comercializado sustentando o mercado interno regional. Essa constatação coloca a região da Lagoa de Araruama como uma região insurgente no cenário do pacto colonial.

Os impasses e debates sobre as praças de comércio das capitâncias da colônia durante o período do Estanque são muito trabalhados a partir do viés de seus comerciantes e atravessadores. Esses comerciantes de grosso trato diversificavam seus investimentos, e o sal estava entre um dos produtos mais vendidos nas praças do século XVIII.<sup>34</sup> Podemos inferir que não somente as leis de regulação do produto o tornavam de difícil acesso para regiões mais interioranas da colônia; mas também sua condição de ser um mineral existente em locais específicos.<sup>35</sup>

---

31 ELLIS, Myriam. Op.cit. P48

32 O destaque desse período é importante visto que os lucros do sal ainda concentraram-se nas mãos dos comerciantes portugueses. A legislação relativa à produção e comércio do sal na Colônia permaneceu intacta até o governo espanhol.

33 GIFFONI, José Marcello. Op.cit. P30

34 FRAGOSO, J. L. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cix- Brasileira ,1998.

35 O sal é um mineral extraído apenas em algumas partes do litoral, de acordo com a geografia local, e do subsolo, como é o caso do sal Gemma que é abundante na Inglaterra e na França.

A maioria do sal que abastecia a América Portuguesa era proveniente de Portugal; principalmente da Região de Setúbal e Aveiro. Extraído do litoral, toneladas eram exportadas para a colônia. Na Península Ibérica, Portugal destacava-se na produção de sal marinho, competindo com o sal Gemma de extração mineral e vindo de outras partes da Europa.<sup>36</sup>Sua costa extensa interligava a produção salineira com as atividades de pesca e comércio marítimo.<sup>37</sup>

Muitos comerciantes garantiam a concessão de exportação e comercialização do sal ainda em Lisboa<sup>38</sup>tendo aqui contatos com atravessadores ou comerciantes nas praças para armazenagem e venda. Durante o século XVII e XVIII a capitania de São Vicente, atual São Paulo, passava por diversos conflitos devido à dinâmica de comercialização do produto que sofria, principalmente, com a especulação dos comerciantes:

As condições do mercado de sal em Santos propiciaram, em diversas ocasiões, a escalada de ondas especulativas, sendo que o contratador muitas vezes aparecia como o verdadeiro culpado pela situação. Segundo o historiador Toledo Piza, ao chegar em Santos, o contratador costumava vender todo o sal para um atravessador local, geralmente um sócio, que então ocultava o sal num armazém, assim aprofundando a escassez e provocando um aumento enorme no preço que o consumidor estaria disposto a pagar<sup>39</sup>

Segundo John Monteiro, o sal era um dos alimentos mais escassos dentro das crises de abastecimento interno, gerando intensos conflitos entre a Coroa, consumidores e comerciantes<sup>40</sup>. Entre os motivos podemos destacar: o grande consumo das criações de gado (mais do que o humano) e a atuação dos contratantes do sal. O monopólio de 1631 surge para

<sup>36</sup> No início do século XIX, época que coincide com o fim do Estanque no Brasil, a exportação de sal Português alça novos mercados como os Estados Unidos e o Norte da Europa. Para mais ver: AMORIM, Inês. MONOPÓLIO E CONCORRÊNCIA - A “RODA DO SAL” DE SETÚBAL (PORTUGAL) E AS ROTAS INTERNACIONAIS (SEGUNDA METADE DOS SÉCULOS XVII A INÍCIOS DO XIX). In: Anais do evento o A ARTICULAÇÃO DO SAL PORTUGUÊS AOS CIRCUITOS MUNDIAIS, ANTIGOS E NOVOS CONSUMOS. 19 a 21 de Outubro de 2006, Portugal.

<sup>37</sup> Para mais detalhes sobre o comércio e extração de sal em Portugal ver o Capítulo III de: ELLIS, Myriam. O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1853). São Paulo, USP, 1955.

<sup>38</sup> VITORINO, Arthur José Renda. RIZZI, Diego Danilo. O Mercado Interno na América Portuguesa: “Exclusivo” Metropolitano do Comércio Colonial e os “Descaminhos do Sal” na Capitania de São Paulo na Primeira Metade do Século XVIII. In: Est. Econ., São Paulo, vol. 42, n.4, p. 827-856, out.-dez. 2012.

<sup>39</sup> MONTEIRO, John Manuel. Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII. In: Revista Tempo. Niterói, v.4, n.º 8, pp. 1-14, 1999. P.3

<sup>40</sup> John Monteiro analisa a trajetória de Bartolomeu Fernandes de Faria que em 1710, em Santos, invadu em galpões de um contratante local e se propriou do produto.

agravar os conflitos do produto tão necessário para o homem, fator este comumente negligenciado pela Coroa e pelos negociadores.

O aumento da criação de gado no interior e o crescimento das Minas Gerais exigiram uma demanda maior do sal, fechando o cerco sobre os comerciantes em exigência de maiores quantidades do produto e com melhores condições de preço. Assim encontra-se o relato dos “donos do sal”: comerciantes clandestinos do produto e que estavam à margem das leis régias do Estanque. Vendendo o sal abaixo do preço oficial atingiam os lucros metropolitanos evidenciando uma disputa direta com a metrópole e seus contratadores. Parte dos “donos do sal” estavam ligados às câmaras municipais locais como vemos em São Paulo:

Os ‘descaminhos do sal’ tornaram os negócios de Francisco Pinheiro [contratador régio legalizado diante as leis do Estanque e estudado na pesquisa lida] e de seus agentes imprecisos, pois, de um lado, a ação dos ‘descaminhos do sal’ tornaram os negócios de Francisco Pinheiro e de seus agentes imprecisos, pois, de um lado, a ação dos ‘donos do sal’ deflagrou uma situação concorrencial, em que o sal circulante saía mais barato do que o sal do contrato, obrigando o ajuste de preços para inserir-se no mercado colonial. Por outro lado, as Câmaras Municipais de Santos e de São Paulo insurgiram-se contra as condições do contrato do sal, lançando tributos sobre o sal, condicionando a venda deste pela medida da terra e exigindo a formação de pactos políticos entre a agência, o rei e a câmara para o bom andamento do contrato régio na capitania.<sup>41</sup>

A ação de atravessadores clandestinos e os conflitos gerados pela carestia do sal relacionam-se intimamente com as constantes crises de abastecimento que sempre assolaram as capitâncias e posteriormente as províncias Imperiais. Para Maria Yedda Linhares, essas crises se agravam a partir da interiorização da colonização e o aumento pela demanda de víveres<sup>42</sup>. O sal não fugiu a essa lógica.

Pesquisar a circulação comercial do sal durante o período colonial é importante para esclarecer a dinâmica e, principalmente, a relevância desse produto no cenário geral do Brasil. Os anos do Estanque são muito ricos em informações e debates sobre o comércio do sal, assim como o seude desmonte.

O fim do monopólio régio sobre a produção e comercialização do sal tem seu início ainda no período do Estanque, com a abertura da produção em alguns locais do território

---

<sup>41</sup> VITORINO, Arthur José Renda. RIZZI, Diego Danilo. Op.Cit.P.854- grifos e comentários nossos

<sup>42</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979.

colonial.<sup>43</sup> O ano de 1801 marca o fim do monopólio do sal. A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, consolidará a liberdade de produção de comercialização desse produto através da abertura dos portos por dom João VI.<sup>44</sup>

Através da bibliografia analisada, percebemos que o estanque colonial já começa a ser desmontado na última década do século XVIII, como veremos mais a frente. Não é nosso objetivo elencar os motivos desse desmonte, porém o que se percebe nos anos seguintes a 1801 é uma maior atenção à questão fundiária que envolve o sal e o incentivo à salicultura. Em suma, o século XIX mostra-se como um novo momento na extração e comercialização do sal.

Assim, organizamos aqui um levantamento bibliográfico sobre o comércio salineiro durante o período colonial e os impasses envolvendo sua produção, comércio e transporte. Porém é preciso sistematizar essas ideias e concepções e aumentar o foco para a produção interna nacional a fim de encontrarmos o momento em que a atividade extrativa do sal ganha proporções industriais.

Para essa tarefa da busca por uma história do sal pós estanque, pouco estudada, alcancemos as águas salgadas da lagoa de Araruama.

## 1.1 – O sal na Baixada Fluminense

Nas margens da Rodovia RJ-102, que liga o município de Araruama a Arraial do Cabo, é possível encontrar uma paisagem recorrente na região: as resistentes salinas de Praia Seca. Beirando a Lagoa de Araruama entre moinhos e galpões abandonados, a paisagem aos poucos revela um passado local de grandeza na extração dos sal.

Nesse caminho, e em todo o entorno da Lagoa, espalham-se terrenos que mantém os vestígios das salinas: algumas desativadas, já tomadas pela vegetação; outras funcionando e algumas já perdidas embaixo de condomínios residenciais recém-construídos. A modificação da paisagem mostra que o antigo modo de produção do sal, iniciado no século XIX e levado até o século XX, entrou em decadência, assim como a absorção do produto pelo mercado.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> GIFFONI, José Marcello. Op.Cit.

<sup>44</sup> Idem

<sup>45</sup> Essa informação, sobre o processo de decadência das salinas no século XX e a falta de absorção do produto pelo mercado, nos foi dada pelo proprietário de salinas José Maria Mattos em entrevista em Fevereiro de 2017

Buscamos aqui trabalhar com a noção geográfica de subregião da Baixada Fluminense, em seu sentido mais amplo, de “Cabo Frio e as lagoas litorâneas ou a Baixada de Araruama que compreende as Lagunas e restingas de Maricá até Cabo Frio.”<sup>46</sup> É importante ressaltar que atualmente essa sub-região que engloba os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio é comumente conhecida por “Região dos Lagos” devido à divisão, mais recente, de Mesoregiões e Microrregiões.<sup>47</sup>

O entorno da Lagoa de Araruama e a costa litorânea da Baixada mostrou-se naturalmente propícia para a formação de salinas naturais. A combinação entre alta salinidade das águas, forte sol durante o ano todo, constantes ventos e cursos rasos de água doce<sup>48</sup> facilitam a cristalização do sal de forma natural.

A extração do gênero já era realizada pelos Tamoios, população nativa e tradicional da região, que através do sistema de cacimbas retiravam o sal ainda com impurezas da areia e lodo. Essa descrição deixa-nos informados sobre a abundância no produto:

Consistia o processo em cavar perto da praia um fosso no qual, com a maré bem alta, o mar penetrava. Na vazante ali ficava uma poça de água marinha. Antes que ela penetrasse nova maré, a água, uma salmoura grossa já em vias de se coalhar, era carregada em baldes para cacimbas mais afastadas do mar, ou seja, da laguna, fora do alcance da preamar onde terminaria o processo de cristalização.<sup>49</sup>

Segundo Marcello Giffoni, a empresa colonial trouxe para a região uma ocupação peculiar em relação a outras áreas da colônia. Longe das riquezas geradas pelo café e pelo açúcar, a população do entorno da Lagoa de Araruama era composta por poucos escravos e muitos indivíduos livres e pobres.<sup>50</sup> Essa configuração demográfica está diretamente ligada a alta salinidade das terras que causam baixa fertilidade e impedem a abundância da lavoura, e pelo isolamento geográfico em relação ao Rio de Janeiro.

na cidade de São Pedro da Aldeia.

<sup>46</sup> GRANER,MariaPaula.AESTRUTURAFUNDIÁRIADOMUNICÍPIOEARARUAMA:1850-1920. 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.P.35

<sup>47</sup> Amicrorregião dos Lagos é uma subdivisão geográfica inserida na mesoregião das Baixadas Litorâneas In: Quadro 2.3 Divisão Regional, segundo as Mesoregiões, microrregiões geográficas e municípios. Estado Do Rio de Janeiro 2013 Disponível em:[www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)

<sup>48</sup> LAMEGO Alberto R. O homem e a restinga. Rio de Janeiro : IBGE, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira)

<sup>49</sup> GUTTORN,Hanssen.CaboFrio:dosTamoiosàÁlcalis.RJ,EdiçõesAchiámé,1988.Apud:GIFFONI,José Marcello. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.P.20

<sup>50</sup> GIFFONI, José Marcello.Op.cit.

As grandes propriedades presentes na Região, e que ainda realizavam algum plantio de cana e mais tarde de café, localizavam-se principalmente no interior do atual município de Araruama. A Região era composta em sua maioria por pequenos proprietários conforme avança o século XIX.<sup>51</sup>

Durante os séculos XVII e XVIII, o processo de povoamento de Cabo Frio se consolida. A extração do sal continua sendo feita por salinas locais e a população segue exercendo o usufruto do gênero em abundância natural. É importante destacar que no cenário do Estanque, as salinas de Cabo Frio abasteceram clandestinamente muitos portos do Sul; incluindo o Rio de Janeiro e a Capitania de São Vicente em 1656. Tal episódio gerou um impasse com implicações políticas entre a Câmara Municipal e o Vice-Rei do Rio de Janeiro que mandou apreender todo o sal da região.<sup>52</sup>

Reduzindo nossa escala de análise para as contradições entre mercado interno e monopólio Régio do sal, esse episódio, à luz da História, nos mostra a importância das salinas da Lagoa de Araruama e Cabo Frio. Assim, é possível indicar de onde vinha o sal clandestino que entrava nas capitania atacadas pela carestia do produto e quem deveriam ser os “donos do sal”,<sup>53</sup>que afetavam os lucros dos contratadores régios das capitais. Nota-se que tais “donos do sal”, já abordados anteriormente em outra localidade, também deveriam ter influência política através das Câmaras Municipais já que após esse conflito:

D.João V permitiu a utilização e protegeu as salinas de Cabo Frio como as de Pernambuco na arrematação do contrato do sal em 17 de julho de 1759. (...) Em 1798 a permissão é oficializada pelo Vice-rei(..) Foram abertas áreas para exploração de sal a pessoas que pudessem construir salinase duas salinas naturais foram reservadas ”àpobreza”.<sup>54</sup>

Assim, podemos ver desenhar-se o gérmen do incentivo à ocupação da terra salgada de forma produtiva por potenciais salineiros. Mas é apenas no século seguinte que é possível enxergar na comercialização e produção regional do sal o início de uma indústria salineira.<sup>55</sup> Com o aumento da exportação local, a criação da Companhia das Salinas de Cabo

---

<sup>51</sup>GRANER, Maria Paula. Op.cit.

<sup>52</sup> GIFFONI, José Marcello. Op.cit.

<sup>53</sup> VITORINO, Arthur José Renda. RIZZI, Diego Danilo. Op.Cit.

<sup>54</sup> GIFFONI, José Marcello. Op.cit.P.21 – Grifos Nossos

<sup>55</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Solsobreosal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. In: À margem – Revista de Ciências Humanas, Ano I, nº1, Janeiro de 1993.

Frio e o estabelecimento da Salina Perinas de Luiz Lindenberg surgem novos rumos para o estabelecimento da indústria salineira na região durante o século XIX.

Segundo Giffoni o fim do monopólio do sal e a transferência da Corte Portuguesa em 1808 geram uma nova configuração à Região, despertando interesse pelas terras salgadas do entorno da Lagoa de Araruama. No sal cristalizado da praia onde antes se via apenas necessidade, começa-se a enxergar o lucro.

Assim, vemos se desenhando o papel que o sal assumirá no Império e na futura República. Dentro de um cenário de monopólio comercial sobre a colônia, as disputas no mercado interno se acirram e já deixam brechas para a formação de uma futura produção em larga escala. As terras salgadas da Baixada foram lentamente despertando o interesse de comerciantes e homens de fortuna. É durante o século XIX que veremos os primeiros passos do desenvolvimento da indústria salineira na Região.

## 1.2 – Primeiros investimentos

O nível de importância dado ao sal pela empresa colonizadora estendeu-se também até décadas avançadas do século XIX, sendo ainda considerado “ouro branco” e contando em dívidas e processos judiciais.

De 1875 a 1877, o comerciante do Rio de Janeiro, Victor Dumas abriu um processo contra Francisco Lopes de Souza que adquiriu 1.500 alqueires de sal do suplicante e não pagou a dívida de 1 mil contos de réis. Entre os débitos do suplicado também se encontra o não pagamento do arrendamento de um Galpão em São Cristóvão e a compra de outros produtos.<sup>56</sup> É importante destacar que entre os víveres da dívida, apenas o sal ganha destaque.

No ano de 1852, em Pelotas, o negociante Guilherme Bertroan vendeu 550 alqueires de sal no valor de 550 mil contos de reis a José Maria da Fontoura sem receber o devido pagamento. Consta no processo que o sal era de origem Portuguesa.<sup>57</sup> Também existe o registro, em 1815, de uma dívida levada à justiça em relação a uma carga de sal na Província de Goiás.<sup>58</sup> Assim, percebemos a continuidade do valor e importância do sal como fonte de lucro e de proteção por parte de seus negociadores.

56 Arquivo Nacional. Acervo Judicial do Município do Rio de Janeiro. Referência: 840ACI07586

57 Arquivo Nacional. Acervo Judicial do Município do Rio de Janeiro. Referência: 840ACI08593

58 Arquivo Nacional. Acervo Judicial do Município do Rio de Janeiro. Referência: EJ0ACI1253

A estruturação de um mercado interno forte e variado, como já abordamos, demonstra que o Brasil ia muito além de uma plantation exportadora. A dinâmica interna da agricultura de subsistência e da produção de outros gêneros, mesmo diante de um cenário agroexportador, abriu caminhos para a formação de pré-indústrias, como afirma Geraldo Beauclair.<sup>59</sup>

Durante o século XIX será possível perceber importantes mudanças e inovações que alçarão a produção de sal a uma nova lógica. Nesse momento, é possível enxergar um horizonte onde se delimita um processo de concentração fundiária das salinas nas mãos de poucos homens, assim como um maior controle do Estado em locais até então pouco vigiados.

As tentativas de regulamentar a posse e o uso das terras no país, tanto nos terrenos de marinha como na Lei de Terras, denunciam um projeto político que perpassa toda a primeira metade do século XIX: a terra deve ser controlada pelo Estado para evitar a especulação e incentivar a produção.<sup>60</sup>

Assim, a segunda metade do século XIX pode ser considerada como o marco temporal do início da industrialização da salicultura. Essa atividade tem como expoente Luiz Lindemberg<sup>61</sup> que será o primeiro a investir na criação e modernização das salinas artificiais, mais precisamente em 1823 com a inauguração da Salina Perinas, conferindo ao ramo, características de indústria que veremos mais a frente. Esse processo e sua expansão excluirá a população local pobre do usufruto natural dos sal:

Puxando o fio das Leis Alfandegárias, vemos como o sal se insere na região de agricultura mercantil-escravista. Um elemento quase desprezado/proibido pelo estanque colonial que com o seu fim provocou outros olhares para a restinga. Olhares voltados para uma ocupação de exploração comercial que excluía os destituídos de propriedades do usufruto das salinas naturais.<sup>62</sup>

Nos anos de 1840 tem início a formação da Companhia das Salinas de Cabo Frio através do incentivo do Presidente de Província Aureliano Coutinho. O projeto reunia homens de posses e importância política da Capital do Império e da Região dos Lagos. A intenção, com o apoio da Câmara Municipal de Cabo Frio, era a criação de salinas artificiais para o abastecimento do Rio de Janeiro e demais províncias:

---

59 BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860, Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992.

60 GIFFONI, José Marcello, op.cit.P.41

61 Marcello Giffoni, em sua obra organiza os documentos dos salineiros Luiz Lindenberger que vados no Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro

62 GIFFONI, José Marcello. Op. Cit.P.51

Foram então convidados formalmente para esse fim alguns negociantes e fazendeiros importantes do Rio de Janeiro e Cabo Frio, como Manoel Comélio dos Santos e os comendadores Duarte José de Melo, Guilherme Pinto de Magalhães e Manoel de Souza Teixeira, que chamaram outros proprietários abastados, assim formando a companhia.<sup>63</sup>

Como já visto anteriormente, o interesse pela vocação natural da região para a produção do sal já era bem ressaltada pelos presidentes da província. O investimento da Cia. das Salinas pode ser caracterizado como o pontapé inicial de uma ação de incentivo ao processo de industrialização da extração do sal. Os capitais investidos na formação da Companhia foram em parte particulares e em parte dos cofres Provinciais. E foram concedidos benefícios em relação ao foro de alguns terrenos, isenção de impostos e dispensa militar dos empregados das salinas.<sup>64</sup>

Extraordinária visão de Aureliano para a época, num empenho até quase pessoal: modernizar a extração do sal e expandir ao máximo o aproveitamento do produto, visando dispensar a importação. A iniciativa vingou. Chegou-se ao estado de dispensar a importação e criou-se na Província uma atividade resistente, voltada para o mercado interno e de irrecusável importância, que conseguiu varar a segunda metade do século XI X e chegar aténos.<sup>65</sup>

Esse ideário de progresso através do desenvolvimento econômico e industrial é visto em todo o território nacional durante o século XIX e envolve também outras produções. Incentivar o aumento da produção também é fomentar a indústria, e para isso existe a necessidade de se contar com o investimento de homens atuantes politicamente e economicamente abastados. Mesmo diante da investida industrial inglesa na época, é possível ver o desenvolvimento nacional ser fomentado. Assim, corroboramos com a análise de Geraldo Beauclair ao falar em um processo pré-industrial fluminense pelo viés da salicultura.

### 1.2.1 – As Terras de Marinha

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 marca o início de mudanças no cenário econômico e político da colônia. Como o comércio e a produção dos sal

<sup>63</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Sobre os sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. In: À margem – Revista de Ciências Humanas, Ano I, nº1, Janeiro de 1993. P19

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Op. Cit. P.20

não seria diferente. A liberdade da salicultura desperta novas ambições em comerciantes e fazendeiros, e chama mais atenção para uma disputa de território já colocada pelo poder régio; a disputa em torno das terras de marinha.

A empresa colonial na América Portuguesa teve que garantir a segurança de suas terras no litoral do Novo Mundo. Assim as Terras de Marinha sempre foram estratégicas para o povoamento, para a guerra e para os lucros de atividades econômicas exercidas à beira-mar. Suas leis e regulamentações serão mais aprofundadas na primeira metade do século XIX sem deixar conclusões firmes sobre seus usos, posse e direito permitindo diversas interpretações .<sup>66</sup>Os terrenos de Marinha não entram na Lei de Terras de 1850. Sua regulamentação e

leis mostram-se presentes em atos administrativos lançados na pasta da Marinha Imperial. Durante os anos de 1830 são feitos diversos projetos de lei e ocorrem disputas sobre os destinos das terras salgadas. A disputa entre posseiros e arrendatários também será forte durante essa época. O que prevalecerá será a forma de aforamento, mas o tempo de uso e os direitos sobre os terrenos serão interpretados de acordo com cada Câmara Municipal.

Segundo Giffoni, a fronteira litorânea durante o Estanque Régio tinha características peculiares: era fechada e ao mesmo tempo possuía terras devolutas e não ocupadas. Isso se devia às características geográficas locais como o difícil acesso, a baixa fertilidade dos terrenos e os ventos. Quando o monopólio do sal chega ao seu fim, essa fronteira se abre e entra em choque com a já existente e demarcada pelos posseiros locais.<sup>67</sup>

Essa acirrada disputa sobre as terras salgadas ressalta um projeto do Estado Imperial brasileiro de fazer-se presente nos territórios de Marinha, mediando conflitos, organizando os terrenos para evitar a especulação e incentivando a produção. Logo, “No caso específico dos terrenos de Marinha, podemos notar uma coerência na legislação que, mesmo diante de divergências políticas, manteve-se numa mesma linha desde, pelo menos, as Instruções de 1832.”<sup>68</sup>

A carestia do sal continuou mesmo depois do fim do estanque porém as possibilidades da livre produção levaram à corrida pelas terras de Marinha. Um gênero alimentício indispensável para diversos setores da economia rural vai se encarecendo cada vez mais, e

---

66 Para um debate mais detalhado sobre as Terras de Marinha no litoral fluminense ver: GIFFONI, José Marcello. Op.cit.

67 GIFFONI, José Marcello. Op.Cit.

68 GIFFONI, José Marcello. Op. Cit.P.51

alimentando o cercamento das salinas artificiais. Essa corrida não vai ser travada apenas nas terras salgadas, mas também no mundo das ideias situadas na capital.

Como veremos adiante, a disputa pela produção salineira, seu crescimento e modernização avançou. A crise da mão de obra escrava e do café trouxe para a segunda metade do século XIX uma grande leva de imigrantes portugueses para trabalhar nas salinas.

A fama das salinas fluminenses cresceu e entrou em choque com as do Nordeste, grandes produtoras, desde o período colonial. Assim, observamos os contornos de um projeto regional das salinas de Cabo Frio dentro de um cenário nacional que gerará disputas políticas. A mudança de regime político e a chegada de um governo com aspirações liberais,

trazem novos projetos para a Região salgada fluminense. Na busca pelos fragmentos que a história nos deixou podemos perceber, primeiramente, a disputa pelas terras salgadas, e depois uma nova disputa se desenhar pelo lucro que essas terras podem gerar. Patentes Industriais para o fabrico do sal começam a ser sistematicamente registradas; os jornais científicos buscam cada vez mais usos para o sal; os debates nas Câmaras se acirram por uma produção cada vez maior e de melhor qualidade do gênero.

Como é fato, o sal enquanto produto indispensável para a dieta humana se insere no comércio Atlântico de forma lucrativa. Esse ouro branco vindo das águas salgadas era item essencial nas vendas de grandes negociadores das praças comerciais do período colonial. A própria empresa colonial em si também percebeu o potencial lucrativo no comércio do sal e o estancou para a colônia.

A carestia do gênero no interior da América Portuguesa vai trazer conflitos entre os negociadores do sal e os consumidores. Conflitos esses nem sempre no seio da população pobre, como bem pudemos ver o caso de 1710 em São Vicente. A realidade do comércio do sal envolvia interesses régios e especulação dos comerciantes.

É nesse passado colonial, levantado através da revisão bibliográfica, que buscamos a importância do sal como produto lucrativo e de sua inserção nas dinâmicas internas coloniais. Um produto de tamanha importância e com tanta abundância em terras brasileiras precisava ser explorado internamente e não mais importado. Assim, abrimos o caminho para o século XIX e o fomento da salicultura na restinga fluminense. As questões entorno do sal então irão desenvolver-se ao longo das mudanças de governo e de regimes.

Podemos afirmar que enquanto o comércio do sal era cativo a um monopólio, a preocupação com o potencial produtivo das terras salgadas não era uma prioridade. Essa questão passa a ser mais analisada já perto do final do Estanque do Sal, iniciando seu aprofundamento no século XIX. Com a livre produção, nota-se a necessidade do Estado Imperial de controle de território salgado e de incentivo à salicultura em posse de homens influentes da política local e nacional.

A Criação da Companhia Salineira de Cabo Frio é a expressão dessa intervenção provincial, mas também expressa um projeto político liberal de modernização de áreas consideradas isoladas para fins lucrativos.

A atuação prática desse incentivo à salicultura também desenvolveu-se no mundo das ideias e das disputas políticas em nível regional e nacional. Pesquisas científicas feitas por agrônomos e químicos alçarão o sal a uma importância vital em diversos âmbitos do cotidiano, fato que já era sabido, mas precisava ser legitimado pelo discurso científico tão recorrente no século XIX. A criação de patentes industriais cada vez mais aperfeiçoadas, revelam a busca pela extração rápida de um sal cada vez mais higienizado.

Todo esse processo prepara a indústria salineira fluminense para o que ela virá a ser no século XX: uma das maiores produtoras do Brasil. As marcas na paisagem ainda existem, assim como as marcas no imaginário local. Os moinhos de sal estão presentes em bandeiras e souvenires. Entre os moradores ainda existem antigos trabalhadores das salinas.

Buscaremos agora ir do Arcaico ao projeto Moderno na Região da Lagoa de Araruama através da cristalização do cloreto de sódio. Veremos nos próximos capítulos quando diversos mundos – política, ciência e imprensa – agitados pelo discurso da modernidade do *fin des siècle* encontram o antigo mundo dos sal.

## **CAPÍULO II – O cloreto de sódio: Discurso, imprensa e poder na corrida pela ocupação e industrialização das terras salgadas fluminenses.**

**“Evoquemos aqui, e a título simbólico somente, o antigo princípio grego: a aritmética é tratada nas sociedades democráticas, porque ensina as relações de igualdade, mas a geometria apenas deve ser ensinada nas oligarquias, dado que demonstra as proporções na desigualdade.”**

**(A ordem do discurso. Michel Foucault. L’Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.p.5)**

Quem fala algo dirige um discurso a alguém. Esse discurso está longe de ser neutro e está longe de ser uma construção apenas de quem o proferiu. Na realidade, o discurso possui estruturas mentais mais antigas, ele possui uma historicidade. As palavras de Foucault proferidas no Collége de France, nos ajudarão a compreender as próximas páginas que se seguem. Essas poucas linhas resumem muito bem, em nossa pesquisa, a atuação dos grupos de poder e das instituições que aqui estudamos.

Já vimos anteriormente a importância do sal na economia nacional e fluminense, ao longo de todo o período colonial e de como se davam os trâmites comerciais para a sua circulação nas praças. Agora, o que pretendemos, é explorar o momento precedente da comercialização: a extração e beneficiamento do sal. Para além da descrição desses processos, iremos atrás da racionalização dessa produção dentro da conjuntura de fomento da Indústria em âmbito nacional.

Como visto em capítulo anterior, as terras salgadas do entorno da Lagoa de Araruama eram um espaço de fronteira fechada, porém com terras devolutas e de difícil acesso. Essas características poderiam configurar um empecilho no final do século XVIII e início do XIX, porém o crescimento da população e da capital vieram aproximar a Região dos Lagos com outras províncias, como Niterói. Assim, o abundante sal na beira da Lagoa de Araruama tornava-se mais acessível para os investidores da capital.

A segunda metade do século XIX é um importante marco temporal para a salicultura. Na Região dos Lagos Fluminense, as salinas artificiais aumentam em profusão durante esse período. É importante destacar que a produção salineira estabelece-se de uma forma comercial

competitiva mais especificamente no ano de 1850<sup>69</sup>. Até o final do século XIX, o que podemos perceber, e mostraremos adiante, é um grandioso esforço industrial de origem privada, com apoio estatal, de se alçar a salicultura fluminense a uma produção de larga escala que surpreisse a necessidade de importação.

Esse processo de modernização da manufatura no Brasil Imperial e pré Republicano, atingiu diversas outras atividades produtivas. No presente capítulo, buscamos observar o papel da imprensa e de órgãos institucionais na busca pela modernização da indústria salineira: através de crônicas, anúncios e a criação de Companhias comerciais e sociedades industriais.

Utilizando como fontes principais o Jornal do Commércio, O Jornal do Agricultor e o Auxiliador da Indústria Nacional, buscaremos as dimensões do discurso industrial e modernizante propagado pela classe hegemônica na transição do Império para a República. Temos como objetivo compreender quando e por quais meios as terras salgadas fluminenses, e a sua exploração, passaram a ser tão cobiçadas.

As décadas após 1850 são importantes por mostrarem como o higienismo e as novas formas de pensamento social reforçaram o discurso da modernização. Assim, tudo o que diz respeito à agricultura e a extração de produtos naturais começa a ser debatido de forma científica nos gabinetes e nas páginas dos jornais.

Para olharmos dentro da imprensa e das instituições da época que pretendemos aqui analisar, é preciso compreender e saber quem eram e de onde vinham os homens que formavam essas sociedades, e consequentemente, escreviam e editavam periódicos de renome na cidade do Rio de Janeiro. Encarando as continuidades da História, essa classe dirigente descendente da mesma classe dirigente Imperial que lutou pela reconstrução da economia colonial.<sup>70</sup> Divi- dia-se

ideologicamente entre Saquaremas e Luzias, mas economicamente formavam companhias industriais com os mesmos fins lucrativos.

Em época de avanço da industrialização no mundo, a segunda metade do século XIX é marcada por severas mudanças no âmbito político e econômico do Brasil. A ascensão do café no comércio agroexportador nacional; o fim do regime escravocrata e a transição do Império para a República trazem aos poucos novas configurações para a economia e a política brasileira. Assim, o país precisava se acertar no cenário internacional.

69 GIFFONI, José Marcello. *Sal: um outro tempo ao Império (1801-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Públíco do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

70 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: formação do Estado Imperial*. Ed. Hucitec, 5º edição, São Paulo, 2004.

E qual seria o cenário internacional? O cenário da Revolução Industrial em sua segunda etapa, abrangendo países como França, Alemanha e Estados Unidos da América. Um momento de crescente fluxo de capitais entre esses países e do Imperialismo Britânico. Cabia às grandes lavouras tropicais o abastecimento desse novo mundo que estava se forjando, assim o Brasil entra em cena.<sup>71</sup>

Mas as novas noções econômicas de investimento e capital não ficaram restritas só a exportação do café, também se refletiram em outros setores da economia nacional voltados ao mercado interno. A nova experiência econômica da industrialização europeia também vai impactar aspectos políticos e sociais em outros países. Porém, deixaremos essa análise mais minuciosa sobre a Inglaterra e suas máquinas mais para frente.

Partindo de análises amplas sobre a economia e política nacional buscaremos compreender como as mudanças citadas afetaram, ou não, a produção salineira do entorno da Lagoa de Araruama. O discurso da industrialização nos parece uma ótima via para se compreender o projeto político que as elites da capital tinham para a restinga.

## **2.1- A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**

Fundada em 1827, A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tinha como um de seus objetivos incentivar a modernização da produção brasileira. Levando em conta as atividades manufatureiras, os membros da SAIN debatiam-se entorno da questão da modernização da agricultura de exportação e do mercado interno, além de seu crescimento em busca de produtos de maior qualidade.

Era basicamente uma associação organizada por homens influentes da Corte Imperial, como o autor da reforma tributária de 1844, Manuel Alves Branco, e tinha grande influência nas decisões Imperiais como órgão consultivo. Discutindo diversos setores da economia como o comércio e a agricultura, as reuniões da SAIN, à luz do Iluminismo, emitiam opiniões científicas sobre a produção agrícola brasileira e seus possíveis melhoramentos:

No entanto, o tom das posições da sociedade era dada pelos secretários gerais e possuía uma conotação mais técnico-científica do que política. Ela representava aspectos mais próximo a um centro de estudos e serviria de fórum para que elementos

---

<sup>71</sup> HOBSBAWM, E.J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 5<sup>a</sup> edição, 2000.

mais progressistas defendessem seus pontos de vista e se esforçassem de vários modos, fornecendo máquinas para demonstração e publicando manuais de toda sorte.<sup>72</sup>

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, como uma sociedade que se confunde historicamente com a atuação do bloco de poder hegemônico da sociedade oitocentista, possuía uma noção própria do conceito de Indústria. Para José Luiz Werneck da Silva<sup>73</sup>, a SAIN olhava a indústria como uma arte mecânica ou artesanal que deveria ser aplicada a alguma atividade produtiva. No caso, as atividades produtivas seriam a agricultura, com a indústria agrícola; e o comércio com a indústria comercial, além da transformação de matérias primas e de bens que ainda compreendiam a indústria artesanal, manufatureira e fabril.

O Brasil do século XIX, como o maior produtor e exportador de café do momento, mantinha todos seus esforços voltados para a agroexportação. Assim podemos colocar em termos conflitantes que a Indústria Nacional nesse período era basicamente a agricultura e suas manufaturas de beneficiamento. Todas as outras produções dissociadas dela estavam ainda em seu estágio de pré-indústria. Uma rápida folheada pelo Auxiliador e poderemos perceber essa tendência de se produzir ciência e engenharia para a agricultura brasileira, com o intuito de criar uma exportação forte que diminuísse a necessidade de importações.

Segundo Geraldo Beauclair, a SAIN questionava a necessidade de importação excessiva que chegava aos portos do Brasil; preocupava-se com a diversificação da produção voltada ao consumo interno, e com a integração dos setores da economia e das vias de comunicação. Como resposta a esses problemas, um integrante da sociedade, Raimundo José da Cunha Matos atuando como Deputado do Império nos anos de 1840, propõe em projeto de Lei, não aprovado “que todas as repartições públicas do Império e ordens religiosas comprassem manufaturas de origem nacional, salvo quando fossem insuficientes ao consumo.”<sup>74</sup>

É importante destacarmos o quanto a SAIN contribuiu para o projeto de consolidação do Estado Imperial Brasileiro e de construção da noção de identidade nacional. Após 1850 o que podemos perceber é uma corrida pela modernização e integração do país, seja nos períodos finais do Império ou iniciais da República. Como uma instituição de divulgação e pesquisa, já em seu surgimento apresenta através de suas atividades a função política de manter a co-

72 BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992. p.57

73 SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

74 Idem. p.61

esão entre as províncias Imperiais que estavam desgastadas pelo processo político da emancipação e geograficamente distantes:

A SAIN funcionaria como agente de manutenção da unidade territorial do Brasil, já que a Sociedade deveria, necessariamente, manter uma troca constante de correspondências para informar as Províncias sobre o aparecimento de técnicas e ferramentas de plantio, novas máquinas e modelos. E estas, por sua vez, manteriam a Sociedade informada sobre o aproveitamento destes instrumentos no campo.<sup>75</sup>

Como parte desse projeto, no ano de 1838 o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro é criado tendo esforços de concretização por parte de diversos integrantes da SAIN.<sup>76</sup> Assim, o processo de formação da nação e da construção de uma identidade ia sendo escrito nos gabinetes, atravessando vários aspectos da vida social, econômica e política do Império. Uma das ferramentas para esse trabalho era a institucionalização da ciência:

Decididamente, nas décadas que mediaram o século XIX, a preocupação em conhecer o interior do Brasil, seu aspecto físico com suas potencialidades, estimularam tanto as pesquisas científicas como estruturaram a política de construção da nação, deixando, porém, a dúvida sobre qual seria a causa ou qual seria a consequência. Certamente, se não houvessem estudos anteriores, a política não poderia valer-se de teorias científicas para tomar determinadas iniciativas.<sup>77</sup>

A construção da nação também passava pela dominação da natureza por parte das instituições Imperiais. Esse domínio consistia na racionalização da natureza aqui existente, de forma a torná-la produtiva. Sendo a base econômica nacional a exportação de gêneros naturais passíveis de exploração e dotados de um alto valor comercial, era necessária então a limitação e dominação do território nacional. Assim “a finalidade do Estado e de seus intelectuais, era elevar a natureza do país da barbárie à civilização. Naquele momento a política brasileira de construção nacional esteve condicionada à dominação e conquista do meio natural.”<sup>78</sup>

Através da geografia, das ciências naturais e da etnografia, o Império brasileiro e suas instituições avançaram no conhecimento e reconquista do território por meio de expedições científicas. Esse ideário entorno da natureza e de sua finalidade econômica também era muito

75 BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Paixão Atenas. TesedeDoutoradapresentadanoProgramadePósGraduaçãoem HistóriadasCiências, Técnicase Epistemologia (PHCTE), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.p.181

76 SILVA, José Luiz Werneckda. Ob, cit. Volume1.

77 DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: Revista de História, FFLCH, USP, São Paulo, 1996. lp.52

78 Idem. p.43

bem observado dentro da SAIN. As exposições naturais organizadas pela sociedade tinham uma finalidade muito específica de colocar na vitrine o potencial econômico dos elementos naturais existentes no Brasil.<sup>79</sup>

Cabe aqui um exercício de encaixar a SAIN em um amplo contexto de criação e fomento de diversas instituições ligadas ao projeto de nação do Império. O discurso utilizado pela Sociedade que analisamos não é único, mas também é disputado por outras teorias que estão chegando às Américas e circulando nos museus etnográficos e nas faculdades de direito e medicina.

Lilia M. Schwarcz, destaca a década de 1870 como sendo um importante momento de crescimento das instituições e da modificação das teorias científicas e sociais que chegavam da Europa. A mudança do eixo econômico do país para a produção de café no sudeste e os movimentos de migração, aliados à crise da mão-de-obra escrava, vão culminar na formação, na década de 1870, de um cenário fértil para a consolidação dos “homens de ciência” nas decisões políticas do Império. Os mesmos passam a sentir necessidade de legitimar, através de instituições, o discurso de formação do que seria a nação brasileira.<sup>80</sup>

Com efeito, a partir de finais dos anos de 1870 já podem ser encontrados certos grupos de intelectuais, crescentemente congregados nos diferentes institutos de pesquisa. No interior desses estabelecimentos, tais profissionais encontrarão não só reconhecimento social, como o ambiente necessário para o início de uma discussão mais independente, de uma produção que se desvinculava, aos poucos dos setores hegemônicos e umbilicamente ligados aos setores agrários.<sup>81</sup>

Nesse sentido, novas concepções de modernização surgem e passam a ser discutidas dentro dos gabinetes. Como veremos adiante, junto com novos grupos sociais, emergentes das mudanças econômicas e políticas do final do século XIX, também surgirão novos modelos explicativos dentro da ciência. A SAIN, dentro da economia, irá se destacar debatendo conceitos do liberalismo econômico como o crédito, por exemplo.

Assim, a SAIN destaca-se no período citado e tem seu discurso alinhado ao IHGB. Considerando uma instituição a extensão da outra podemos perceber no IHGB “o papel cen-

---

79 Idem

80 SCHWARCZ,Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

81 SCHWARCZ,Lilia Moritz. Ob, cit.p.36

tral do Estado e a sua vinculação ao círculo Ilustrado Imperial”.<sup>82</sup> Ambas as instituições dividiam a origem de seus integrantes advindos de um círculo social próximo à corte. Porém, enquanto um preocupava-se com a criação de uma história da nação, ou um passado oficial, o outro debruçava-se sobre o futuro da produção e da economia nacional através da modernização das atividades produtivas.

Tais esforços governamentais para a mecanização da agricultura e o incremento da manufatura, envolviam equipes de agrônomos, professores e cientistas, no geral empenhados no desenvolvimento científico em prol de um nacionalismo econômico crescente. O ideário Iluminista de racionalidade e progresso foi um dos pensamentos que influenciou diretamente a ciência brasileira oitocentista:

A Sociedade mantinha todo o instrumental ideológico do Iluminismo pragmático que se desenvolvia em terras brasílicas desde o século XVIII, assim como o princípio fisiocrata de que a terra seria a grande fonte de riqueza, e que tudo que fosse investido para o progresso perpassaria pelo desenvolvimento das técnicas de aproveitamento do solo e expansão da produção agrícola.<sup>83</sup>

Assim, é possível identificar nas ações da SAIN uma busca pela veiculação de pesquisas e informações diversas através de publicações, e como vimos acima, no incentivo de exposições nacionais. Ao mesmo tempo em que se estudavam formas de modernização agrícola, também se buscava expor componentes naturais do país e potencializar sua exploração. A noção de melhoramento das manufaturas relacionava-se, como forma complementar, ao potencial nacional de produção agrícola e extrativista; ou seja, de extrair melhor tudo aquilo que a natureza abundante brasileira fornecia.

Em 1833, a SAIN lança sua revista intitulada *O Auxiliador*, de circulação mensal. Mais a frente estimula a organização de uma fazenda agrícola modelo, *A fazenda do Menda-nha*, em 1854. Também funda a *Escola noturna de adultos*, voltada para o ensino profissionalizante e técnico de jovens e adultos. No ano de 1861, organiza a primeira exposição nacional com o intuito de mostrar os produtos nacionais e novas técnicas de agricultura:

O Esm. Sr. presidente comunicou ao conselho que o governo imperial, accedendo às representações do Instituto Fluminense de Agricultura e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, resolvêa levar a effeito nsta corte uma exposição industrial de produtos nacionais, enomara uma comissão, composta de membros das duas

82 Idemp.101

83 BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Ob, cit.p.179

referidas associações, para presidir á exposição e julgar os objectos que fôrem expostos. - O conselho resolveu que se agradecesse ao governo Imperial a benevolencia com que se dignou a acolher a representação da Sociedade, felicitando-o pela realisação de uma idéia tão vantajosa para o Brasil.<sup>84</sup>

A instituição também estava comprometida com o melhoramento do principal produto de exportação da época, o café. Podemos pegar como exemplo a edição do *Auxiliador* de Maio de 1861 que se dedica toda ao cultivo do café: desde a análise dos mais diversos tipos de grãos, confecção de sementeiras; afastamento de pragas agrícolas, até o transplante demudas e árvores.<sup>85</sup>

Assim, o discurso de incentivo à modernização da manufatura e das atividades agrícolas saía do meio institucional, passava pelas páginas do periódico oficial e ganhava espaço nos debates científicos nas ruas da capital. O *Auxiliador* foi um periódico de grande circulação no Império e serviu de modelo para outras revistas que continham o mesmo formato científico.

O incentivo à pesquisa também marcava presença nas páginas da revista através do desenvolvimento de maquinários agrícolas ou destinados à manufatura. O periódico possuía uma sessão exclusiva para a divulgação de patentes industriais, ou antes conhecidas como privilégios Industriais. Para Patrícia Barreto:

Entende-se, portanto, que o termo *indústria*, no caso da *Auxiliadora*, não designa apenas a absorção de máquinas no processo produtivo, mas a elevação dos níveis de produção agrícola a partir do uso e da disseminação destes instrumentos. O objetivo primeiro deste e dos outros sócios da associação não foi o de estabelecer um parque industrial no Rio de Janeiro, mas provocar uma mudança de ordem técnica na produção agrícola que, até então, mantinha-se estagnada pela utilização de métodos rotineiros, ferramentas e mão de obra ultrapassados, ocasionando flutuações indesejáveis na produção e no mercado.<sup>86</sup>

O *Auxiliador*, em formato de Almanaque, congregava diversas frentes de pesquisa que buscavam cada vez mais modernizar a agricultura nacional. Em suas páginas é possível encontrar atas dos conselhos da SAIN; pareceres científicos traduzidas de jornais Europeus; técnicas de cultivo da lavoura e controle de pragas; crônicas sobre a economia nacional e seus rumos, além de calorosos debates sobre o fim da mão-de-obra escrava e a implementação de colônias agrícolas de imigração.<sup>87</sup>

84 *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Junho de 1861, p.363

85 *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Maio de 1861.

86 BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Ob, cit. p.194

87 Segundo Werneck Silva os debates, dentro da SAIN, sobre a formação de colônias agrícolas no Brasil dos séculos XIX era levantado para além da questão do branqueamento da sociedade brasileira e da miscigenação. E s s e

Dentro de todo o debate científico, também estava a preocupação com a educação. O periódico da SAIN, no período que buscamos pesquisar aqui, é marcado pela propaganda do Ensino agrícola e profissionalizante, que para Werneck da Silva foi por muito tempo negligenciado como fonte na historiografia econômica nacional.<sup>88</sup> As escolas agrícolas técnicas tinham um claro objetivo: preparar a mão de obra para o manejo das novas tecnologias agrícolas. O pensamento racionalista científico do Darwinismo Social<sup>89</sup>, estava por trás dos discursos a favor desse tipo de ensino. Para os membros da SAIN era preciso educar o povo do campo, que ainda se utilizava de técnicas rudimentares de cultivo. A educação proposta tinha como principal objetivo:

A moralização dos homens do campo, que acostumados nessa escola a um trabalho regular e methodico, receberão desde logo as noções de uma economia, bem entendida, de uma economia proveitosa e de uma vida regrada e activa. Com uma escola normal agrícola S. Ex. Abrirá um novo campo aos espíritos indagadores, para se distinguirem e se tornarem uteis ao paiz; com uma escola normal agrícola chamará a atenção dos nossos lavradores essas infinitas riquezas que encerra o solo brasileiro, para traze-los a luz do dia.<sup>90</sup>

A SAIN em toda a sua estrutura de classe e organização publicava discursos de seus membros nos moldes vistos acima. Os poucos relatos e pareceres sobre os mundos do trabalho presentes na revista reforçam a visão do camponês como um elemento arcaico da sociedade e que precisa ser educado para ser a mão de obra do progresso. Aqui, nesse momento, devido aos novos rumos tomados pela industrialização mundial, novas relações de trabalho estão se solidificando.

Debates em torno da educação dada aos trabalhadores rurais farão coro com o apoio à criação de colônias agrícolas compostas por estrangeiros.<sup>91</sup> Como principais argumentos os

---

assunto era levantado principalmente pelo viés econômico de se alavancar a produção agrícola através do sistema de mão-de-obra livre e mais aplicada como acreditavam ser a dos europeus. Para mais ver: SILVA, José Luiz Werneck da. Ob, cit.

88 SILVA, José Luiz Werneck da. Ob, cit. vol. 1

89 Acreditamos que apesar do discurso difundido pela SAIN ser de âmbito econômico, economia e sociedade não estão separadas. Logo, como homens de sua época, esses ilustrados escreviam também imbebidos das concepções etnográficas e sociais do século XIX, como a hierarquização das raças. Esses modelos explicativostrazidos da Europa, também passaram por modificações e foram adaptados à realidade brasileira. Esse discurso sobre o homem do campo e seu “atraso” demonstra bem essa concepção. Para mais ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Ob, cit.

90 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Junho de 1854, p.385

91 Não cabe ao recorte desse trabalho entrar no debate em torno da imigração europeia no Brasil e a formação das colônias agrícolas. Para mais informações sobre esse adendo recomendamos *O Auxiliador como uma fonte de pesquisa principalmente as décadas de 1880 a 1896*.

membros da SAIN irão se utilizar de noções do Darwinismo Social para defender a superioridade dos povos europeus em lidar com a terra de maneira mais produtiva. Existia também a frequente preocupação com criação de mão de obra para o setor agroexportador. Para os anos de 1880 e 1890 vemos emergir nos discursos noções modernas de trabalho pautadas no assalariamento e na formação de trabalhadores rurais dispostos a vender apenas sua força de trabalho:

A abundância de braços é filha da redução do salário elevado, e tanto assim que o primeiro facto determina a baixa do segundo e por isso é que Cobden dizia que: ‘quando dous patrões coirem atras de um operário o salário deste se eleva, e quando são dous operarios que requestão um patrão o salário baixa.<sup>92</sup>

O Auxiliador, então, nos aparece como a materialização dos debates e dilemas enfrentados pela instituição, e nos ajuda a compreender a finalidade da SAIN e sua contribuição na formação social brasileira. É preciso pensá-la “ na dialética de três níveis, o da produção de bens materiais, o da produção de bens simbólicos e o da intermediação, pelo consenso mais do que pela coerção, dadominação.”<sup>93</sup>

Todoo ideário exposto aqui, até então, possuía uma clara intenção por parte de quem o veiculava e o produzia. Mesmo não sendo uma entidade de classe, a SAIN sendo uma entidade privada com o apoio do Estado, deliberava em prol dos interesses das classes dominantes da época. A complexidade hierárquica que a Sociedade vai alcançando, para Werneck da Silva é “um resultado da expansão das forças produtivas na formação social brasileira, refletindo-se na função da Sociedade, a serviço da classe dominante, como corporação intelectual atuando na medição entre a super-estrutura ideológica e a estrutura econômica.”<sup>94</sup>

A racionalização dos processos produtivos pela SAIN, atendeu às frações hegemônicas da sociedade que estavam interessadas em expandir suas terras e riquezas. Porém, nas três últimas décadas do século, a instituição começa a ruir por abandono de incentivo financeiro e conflitos, acentuando as contradições internas, visto que “A sociedade auxiliadora não se identificará com o novo bloco de poder”<sup>95</sup> no caso, a República.

Assim, para Werneck da Silva, as problematizações existentes entorno da sociedade devem ser exploradas principalmente na mudança de regime político do país. Para o autor, “A

92 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Maio de 1866.p.100

93 SILVA,José LuizWerneckda. Ob, cit. vol.2.p.159

94 Idem p.25

95 Idem. p.15

subserviência da Sociedade Auxiliadora à tutela do Imperador foi uma das razões de seu esvaziamento”.<sup>96</sup>

No ano de 1892, a SAIN produz o último número do Auxiliador e começa a entrar em desprestígio com o novo regime republicano. Com poucas verbas, passa a publicar em espaços cedidos pelo Jornal do Commércio. Ambos os periódicos demonstram uma integração de assuntos e interesses em seus textos, crônicas e anúncios.

A SAIN privilegiou a indústria agrícola em seus debates e publicações, fortalecendo a tese do potencial “Agroexportador” do Brasil.<sup>97</sup>Porém, é importante destacar, que existia uma noção de complementariedade entre a indústria agrícola e a manufatureira, no discurso da Sociedade. Para Werneck:

A Sociedade Auxiliadora [...] quando defendeu a indústria manufatureira ou fabril nacional, considerou que só deveriam se protegidas alfandegariamente aquelas chamadas 'naturais', isto é, as que não dependessem de importação de matéria prima, ferramentas ou máquinas estrangeiras. As outras, as 'artificiais' poderiam ter algum favor, mas sem excluir as indústrias que poderiam ser implantadas por empresários no exterior.<sup>98</sup>

Diante do exposto, o processo de racionalização da produção nacional pela SAIN e sua grande abrangência, ligava-se com as principais correntes políticas e econômicas nacionais e internacionais, principalmente com o liberalismo. Também relacionava-se com os interesses da classe dominante imperial. Quando a instituição decide apoiar as Indústrias ditas “naturais” em detrimento de um desenvolvimento fabril ou “artificial” em prol de empresários do exterior, ela especifica a intenção de aproveitar ao máximo o que a terra tem a oferecer sem deixar de abrir suas portas para o capital internacional.

A extração do sal, caracteriza-se como o beneficiamento de um elemento considerado natural. Onde ela se encaixaria em todos esse discurso racional da produção? Para buscar mais respostas entraremos agora no debate sobre a Industrialização em vigor no Brasil oitocentista e o papel do sal namesma.

---

96 Idem. p.12

97 Idem

98 SILVA, José Luiz Werneck da. Ob, cit. vol.1. p.15

## 2.2 Industrialização e higienização

Já vimos o modelo de desenvolvimento industrial propagandeado pela Sociedade Auxiliadora Nacional nas páginas de seu periódico, assim como sua hegemonia dentro desse discurso. Reduzindo nosso recorte, partiremos dessa análise para aplicá-la na região das terras salgadas da Baixada fluminense, no entorno da Lagoa de Araruama.<sup>99</sup>

Destacar o conceito de indústria empregado nesse momento da História que analisamos é fundamental. Para Geraldo Beauclair, a primeira metade do século XIX é caracterizada por uma forte atuação, não muito marginalizada, do setor secundário voltado para o mercado interno.<sup>100</sup> É importante nos atentarmos para o conceito de pré-indústria que, segundo o autor, é o modelo que se encaixa na economia fluminense do século XIX.

Fazendo uma análise minuciosa dos mais diversos setores produtivos presentes na economia do Império, Beauclair mostra que o momento pré-Industrial de uma sociedade, não se caracterizaria primeiramente pela criação de Indústrias nos moldes Europeus. Mas sim em um processo industrializante de “raízes mais profundas que configuraram um movimento que uma vez iniciado é irreversível”.<sup>101</sup>

Estudando a primeira metade do século XIX, Beauclair nos mostra que o conceito trabalhado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era o da pré-indústria. Essa noção do que seria a indústria relacionava-se intimamente com as atividades de extração de produtos naturais e seu beneficiamento, como é o caso do sal que para o autor é a extração mais significativa do período em território Fluminense.

A indústria do sal também não escapou da veiculação na imprensa de suas benesses, e da necessidade de atenção por parte das autoridades imperiais e dos homens industriais. Na verdade, o sal pelo seu caráter vital na alimentação humana, sempre esteve presente em várias publicações de comércio e indústria.

No ano de 1893, O Jornal do Agricultor, lança um dossiê sobre a “composição e emprego do sal na agricultura”, onde analisa a composição química do sal e opina sobre os me-

<sup>99</sup> Antes de começarmos, gostaria de ressaltar que estamos aqui trabalhando com os atuais municípios de Saquarema (Principalmente o distrito de Praia Seca), Araruama e Cabo Frio, que na época não tinham divisões administrativas similares às atuais.

<sup>100</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992. p.13

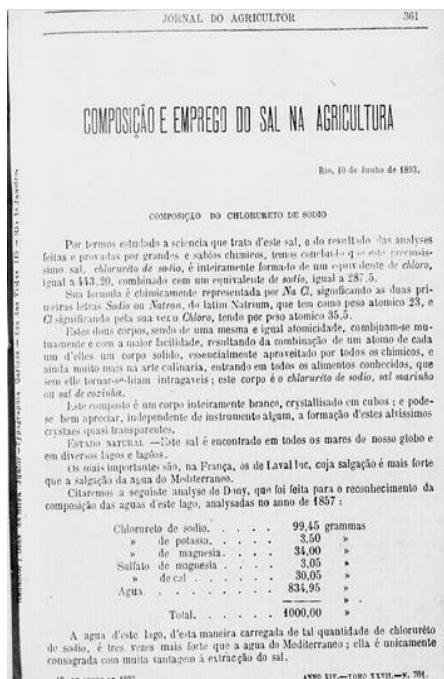
<sup>101</sup> BEAUCLAIR, Geraldo. Ob, cit. p.13

lhores métodos de evaporação. Utilizando-se de uma linguagem rebuscada e científica podemos perceber que a publicação estava mais voltada para proprietários de fazendas e salinas e estudiosos, do que para lavradores e salineiros.

Iniciando o texto, citando as grandes salinas da Europa e a moderna extração de sal gemma na Inglaterra o engenheiro agrônomo, Eduardo Urpia, realiza um verdadeiro tratado econômico e químico em prol da industrialização do refino do sal em território nacional. Assim, o discurso desse dossiê corrobora com a mecanização da extração com a finalidade de uma produção mais lucrativa e rápida.

Não se pode conceber senão como excessivamente duvidosa a possibilidade de se preparar industrialmente o sal em caldeiras, por meio das águas a 25 graus. Não é possível obter as águas saturadas das marés senão durante (...) um período de dois ou três meses quando muito. Não pode-se evidentemente tentar limitar o trabalho das refinarias por um tão curto período; sua produção seria demasiadamente fraca e o amortecimento do capital sobreregar-se-hia muito estolidamente sobre cadatônelada doproduto.<sup>102</sup>

Figura 4 - Primeira folha do dossiê sobre “Composição e emprego do sal na agricultura”



Fonte: *Jornal do Agricultor*, Rio de Janeiro, 1893, n° 27

O Jornal do Commercio também não ficava atrás na divulgação de resenhas científicas sobre os benefícios do sal. Já no ano de 1884 publicava em suas páginas uma crônica na seção de “*Hygiene*” sobre “*a sciencia culinaria e o uso do sal*”. O artigo mostra a preocupação do autor com a produção do sal de forma higiênica e sua comercialização de uma forma menos bruta e mais refinada, principalmente através da busca de um solo mais limpo e com uma água de maior qualidade para a extração do produto. Higienizar o sal e a alimentação era uma preocupação em voga:

Ocorre mais que, por ocasião da colheita do sal, as camadas inferiores se misturão com as camadas superiores; que no transporte e nas múltiplas baldeações que soffre recebe o gênero muitas **imundícias** até mesmo as secreções dos trabalhadores, ou assistentes, que bem podem estar afectados de enfermidades contagiosas. (...) O sal em estado bruto é conduzido a granel como o carvão de pedra e outros artigos; e portanto tratado como estes, e não como ingrediente destinado à alimentação pública.<sup>103</sup>

Em ambos os artigos, com nove anos de diferença, o que podemos perceber através de seus discursos é a necessidade de transformar a natureza e suas forças em produção, lucro e

eficiência; afinal, a cristalização do sal é uma atividade natural, mas que para dar conta do consumo urbano deveria sofrer uma intervenção mecânica.

Essa interferência sobre o sal e sua produção, também aconteceu com outros alimentos que vão aos poucos sendo higienizados. Esse processo se dá através de relações de poder e de um discurso hegemônico e não está só no campo da economia, mas também no campo da cultura. Sidney Mintz<sup>104</sup>, ao analisar a histórica produção do açúcar percebe as teias de poder por trás de sua produção e que vai moldando a relação entre o homem e o alimento:

Antes que os ingleses despussem de açúcar, este não significava nada pra eles. [...] Adquiriu significação entre eles na medida em que aprenderam a utilizá-lo e ele se tornou mais acessível; esta significação variou, em certa medida, de acordo com a posição de classe, os costumes alimentícios regionais, etc. As significações que o açúcar adquiriu têm, portanto, uma história, e não eram intrínsecas à própria substância. Elas foram ajustadas à outras significações na medida em que o açúcar incorporava-se aocardápio.<sup>105</sup>

O sal, no período que estamos estudando, também foi ressignificado para se ajustar à lógica de modernização da época. A nova racionalidade científica do final do século XIX não só higienizava os centros urbanos, mas também aspectos mais íntimos da vida como a alimentação. O sal, assim como o açúcar, o café e tantos outros alimentos foi aos poucos perdendo sua função de alimento, não na vida real, afinal as pessoas continuavam a ingerir o sal de mesa, mas no discurso científico.

Os discursos da SAIN, os seus rituais solenes e as revistas científicas refletem características que Foucault vai chamar de delimitação do discurso, e expressam assim como também produzem poder.<sup>106</sup>Encararemos aqui o discurso nesses moldes: como uma construção hete-rogênea porém simulada como uníssona, principalmente pelas instituições e pelos signos que o moldam. Assim, temos o discurso científico e o seu peso na sociedade, principalmente na do séculoXIX.

[...] O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e

104 MINTZW.Sidney.O poder amargo do açúcar. Editora UFPE. 2º Ed. Pernambuco,2016.

105 MINTZW.Sidney. O poder do doce e a doçura dopoder.In: CLIO – Revista de Pesquisa histórica. n.22, 2004.

106 FOUCAULT,Michel. A ordem do discurso. Paris,1970

o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.<sup>107</sup>

O jogo de palavras não ditas forjado por grupos sociais específicos, em nosso caso os homens de ciência, deixam expressos na leitura do historiador (que também compõe o seu discurso seguindo regras específicas) toda a carga política e econômica daquela época. Nos deixa perceber o interesse de grupos dominantes em relação a diversos temas como o uso da mão-de-obra dentro do novo processo de industrialização; o incentivo à maquinofatura de origem estrangeira e a consagração da agroexportação nacional.

Dentro do mundo intelectual, acadêmicos se debatiam em relações a conceitos como o de higiene, e deixavam as suas noções construídas nos gabinetes moldarem vários aspectos da vida oitocentista. O discurso científico centenariamente construído pela SAIN, e por outras instituições aqui não estudadas, ganhava as páginas das revistas. O saber sistematizado dessas instituições também legitimava seu discurso e dava a ele caráter prático como a aplicação nas políticas públicas, políticas econômicas e na formação de leis, como veremos mais a frente:

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído.<sup>108</sup>

Com o exemplo do Auxiliador, do Jornal do Agricultor e do Jornal do Commércio percebemos que não existe neutralidade, e que o discurso é construído também pelas contingências históricas vividas pelo locutor. Nesse sentido, o que torna-se recorrente nas fontes analisadas é uma Europa industrializada que emerge como o modelo de sociedade e civilização a ser estimulado nos trópicos.

---

107 FOUCAULT, Michel. Ob, cit.p.2

108 Idem p5

Assim, a ciência torna-se um instrumento de dominação das forças naturais e dos homens, disposta a desenvolver meios de produtividade dentro da nova lógica de mundo que se apresenta no oitocentos. Era preciso não mais extrair o sal em cacimbas e deixar o vento e o sol agirem sobre as águas, ou consumir um sal grosso ainda com resquícios de lodo. O que era preciso nesse momento era alavancar sua produção, deixar o sal cada vez mais branco e higienizado. Era preciso quase retirar sua dimensão alimentícia e orgânica e reduzi-lo a um termo científico: o cloreto de sódio (ou chlorureto de sódio como se chamava no século XIX). Para tal empreitada seriam necessários homens capazes de pagar por essas ideias, terras para desenvolvê-las e mão de obra.

### **2.2.1 –A expansão das salinas artificiais no entorno da Lagoa de Araruama**

Os esforços para se expandir a extração do sal na Baixada Fluminense, hoje Região dos Lagos ou Baixada Litorânea, vinham desde o início do século XIX. Como já visto em capítulo anterior, o fim do Monopólio do sal em 1801 marca o início da transformação do comércio e produção desse gênero. Sua consagração vem com a transferência da Corte Portuguesa para a colônia em 1808.<sup>109</sup>

Segundo Geraldo Beauclair, apesar da emancipação política do Brasil ter sido um marco no incentivo da exploração salineira, é apenas em 1840 onde pode-se encontrar esforços políticos provinciais para a modernização da salicultura na Região dos Lagos. Assim, o presidente de província Aureliano Coutinho se adianta a enviar uma comissão científica para as salinas da Lagoa de Araruama, em especial nas do alemão Lindenberg em Cabo Frio.<sup>110</sup>

Esse esforço governamental levado a cabo pelo presidente da província do Rio, resultou na formação da primeira Companhia de Salinas de Cabo Frio, que congregava importantes fazendeiros da Região dos Lagos Fluminense. O investimento, oriundo de verbas particulares e dos cofres provinciais<sup>111</sup> aumentou o número de salinas artificiais da Região que vendiam o sal de igual qualidade ao importado e com menor valor de mercado.

---

109 GIFFONI, José Marcello. Op.cit.

110 BEAUCLAIR, Geraldo. Sol sobre o sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. In: À margem – Revista de Ciências Humanas, Ano I, nº1, Janeiro de 1993.

111 Beauclair descarta que o dinheiro do investimento do empreendimento das salinas tenha vindo do tráfico de cativos em: BEAUCLAIR, Geraldo. Idem

Torna-se possível então afirmar que a criação da Cia. de Cabo Frio nos anos de 1840 levou ao que Giffoni chamará de consolidação da exploração salineira moderna no ano 1850<sup>112</sup>. A partir desse momento, até o final do século, a salicultura moderniza-se e cresce mesmo tendo seus altos e baixos de produção.

Para além de 1850, o que podemos perceber é a busca pela industrialização dos processos de extração do sal devido também à popularidade das novas invenções europeias, estimuladas pelo progresso científico e pela ideologia liberal. A Companhia de Salinas de Cabo Frio não só possuía as terras salgadas mas também arbitrava sobre quais, e de quem seriam, os processos utilizados na extração do sal. Esse ponto em específico veremos mais adiante.<sup>113</sup>

A principal via de saída do sal e de outros produtos de Cabo Frio, Saquarema e Araruama era pela navegação de cabotagem. A produção de Macaé e Rio das Ostras descia até Barra de São João que comercializava diretamente com Cabo Frio. O sal era extraído e transportado em barcaças para a capital do Império.

Esse traslado duraria até o século XX, mesmo com a chegada da Estrada de Ferro Maricá. No ano de 1871, o Deputado Coelho Rodrigues faz um discurso contra a chegada da estrada de ferro na região alegando que esta sufocará a navegação de cabotagem, que até então era bem lucrativa. Também nos mostra que os municípios do litoral norte ainda são bem pobres, exemplificando Cabo Frio que:

Temduas Freguesias, a da Assumpção que é a da cidade, e a da Aldeia de São Pedro. A freguesia da Assumpção compõem-se propriamente do terreno da restinga, de área, inteiramente improdutiva, encontrando-se apenas ahi o importante estabelecimento de salinas do Sr. Major Lendenberg.<sup>114</sup>

Para o Sr. Coelho apenas a salina dos descendentes de Luis Lindenberg existia na região, o que podemos discordar, visto que já existiam outros salineiros com estabelecimentos artificiais ocupando o mesmo espaço. O Almanak Laemmert cita pelo menos mais um grande produtor além de Lindenberg chamado Pedro Bottier.<sup>115</sup>

Não era só a terra salgada ou o sal que estava em disputa. Seu traslado também. Em 1881, Leger Palmer é duramente questionado e atacado em nota no Jornal do Comércio pela

<sup>112</sup> GIFFONI, José Marcello, Op. cit.

<sup>113</sup> Para os próximos capítulos, estamos reservando as fontes referentes aos Privilégios Industriais.

<sup>114</sup> Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1871, no. 309, p.3

<sup>115</sup> Almanak Laemmet: Administrativo, Industrial e comercial do Rio de Janeiro, 1871, nº28, p.997

tentativa de propagandear a necessidade de uma companhia de navegação a vapor na Lagoa de Araruama e nos Canais de Cabo Frio. Também debatida a sua tentativa de abrir um novo canal para o escoamento da produção de sal e de propagandear a abundância de conchas para a fabricação de cal presentes na Lagoa.

Essa crônica, deixa bem clara a disputa entorno das prestações de serviços geradas pela exploração do sal. Palmer, como novo investidor recém chegado da Corte, e que já havia investido na compra de algumas salinas em São Pedro da Aldeia, é refutado pelos proprietários locais. Seus opositores, Barros & Ferreira, possuidores de salinas e de uma companhia de barcos a vapor alegam que:

Perguntamos ao Sr. L. Palmer: não existem nessa cidade três fábricas de cal e que funcionarão a vapor, sendo uma delas muito importante? Não existem muitas outras em diversos pontos da Lagoa de Araruama? Os proprietários dessas fábricas não tem os seus navios para o transporte della para o Rio de Janeiro, Campos e Macahé? (...) essas fábricas todas que enumeramos não serão suficientes para infestar de cal o Rio de Janeiro? Será necessário que a sua pretensiosa Companhia estabeleça mais uma? Quererá o Sr. L. Palmer fazer desse ramo de indústria o seu aspirado monopólio? Neste ponto permita-nos que lhe diga que vai mal por esse lado, querendo anexar a uma Cia. De navegação uma fábrica de cal. É irrisório!<sup>116</sup>

Cada Salina possuía seus próprios barcos para o traslado do sal. As menores podiam se utilizar de barcos privados de capitães ou industriais do ramo do transporte. Não seria de grande espanto se a Salina Lindenberg, sendo a mais tradicional e maior na região, tivesse o interesse de ter mais traslados de sal circulando com seu nome. Além de um possível monopólio do transporte na região.

Em 1883, Dona Jenny Lindenberg requer anistia do imposto municipal referente a “três barcas de sua propriedade, allegando serem tais barcas acessórios das fábricas (a salina e a caieira), pelas quais já paga imposto”<sup>117</sup>. O requerimento é negado pelo Império, sob os protestos dos editores do Jornal do Commercio, que em nota alegam que o governo é incompetente em lidar com casos que só cabem à resolução da própria Câmara local.

O caso acima do Sr. Palmer com salineiros e donos de Companhias locais, mostram uma disputa dentro da própria classe dirigente. Essa disputa se dá entre as forças tradicionais da região dos lagos, que ali residiam e possuíam estabelecimentos de longa data, e as novas forças de investimento, novos donos de salinas, que estariam chegando à região. Essa disputa intraclasse vai se acentuar conforme o fim do século avança.

---

116 Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1881, n° 95.p.2

117 Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1883, n° 196.p.1

O debate sobre o transporte de cabotagem ainda rendeu em muitas páginas do periódico, quando o assunto era o sal. A estrada de ferro Maricás-Óleo se primeiro trecho inaugura- do em 1887, mas antes já podemos ver os debates entorno da sua necessidade; do seu apoio por alguns e da sua repulsa por outros em detrimento do sistema de cabotagem. A chegada na região modificará e impactará o transporte do sal apenas no início do século XX, visto que os trilhos só chegam a beirar a Lagoa de Araruama na década de 1900. Assim, a chegada tardia da estrada de ferro na região ainda manteve a navegação de cabotagem como principal trans- porte. Esse embate é um dos motivos cruciais que para Beauclair confirma o não desenvolvimento da indústria pesada no Brasil do século XIX.<sup>118</sup>

Apesar dos esforços da Companhia de Salinas de Cabo Frio, as terras salgadas ainda não tinham alcançado o potencial produtivo desejado. Em 1861, Joaquim Martins de Queirós, em um artigo no *Auxiliador* sobre a produção na “*Freguezia de Araruama*”, deixava bem clara a intenção da SAIN em relação à urgência da construção de salinas artificiais:

Estando esta freguezia colocada à margem da lagôa de Araruama, comprehendendo em sua maior extensão cerca de 3 legoas, tem salinas naturaes na margem opposta, estas são as denominadas do – Outeiro- em frente à capella do Hospício, e do – Aca- hira- tendo outras menores, e logares para muitas salinas artificiaes. Não administradas, estão em abandono, e os povos ignorantes, logo que principia nas secas a crystallizar o sal vão colher tumultuariamente, originando-se a ruina da maior quantidade que deve produzir.<sup>119</sup>

O cercamento das terras salgadas da antiga Região dos Lagos não foi um processo tranquilo e igualitário. Como podemos perceber no discurso, aumentar a produção implicava em não permitir mais o usufruto do sal pela população pobre local. Aqui, podemos perceber o discurso da SAIN aplicado de forma prática na nossa área pesquisada. Racionalizar a produção significava privatizar as salinas naturais, mecanizar seu processo produtivo e transformar os “povos ignorantes” em possível mão de obra.

Outra pré-indústria que desenvolveu-se muito bem no litoral fluminense e no entorno da Lagoa de Araruama foi a do cal de marisco. Muito utilizado pela construção civil, integrava o hall das “indústrias do mar” que para Beauclair, eram os expoentes no conceito de pré-

118 BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992. p.173

119 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Julho de 1861, p.278

indústria fluminense.<sup>120</sup> Sempre à sombra da produção salineira, a produção do cal geralmente era o anexo de alguma salina. Queirós afirma que:

Outra mina inesgotável ha nas margens d'Araruama – o marisco- que, reproduzindo espantosamente, seu casco dá cal de excellente qualidade. Esta industria principia a ser explorada em Mataruna onde ha uma fabrica de cal bem montada pertencente ao Sr. Francisco Antonio da Silva, e outras em menor escala.<sup>121</sup>

A região da Lagoa de Araruama e as terras de marinha fluminenses como área de fronteira fechada, mas com características peculiares, ainda parecia desértica aos olhos, e mentes, dos homens industriais. Seu potencial ainda necessitava ser mais desenvolvido.

### 2.2.2- O fim do século e as Sociedades Anônimas

Os planos de industrialização do país precisavam ser levados da teoria para a prática de forma mais efetiva. Através da pesquisa em periódicos podemos perceber maiores esforços do capital privado, com ajuda pública, principalmente nas décadas de 1880 e 1890 com destaque para o período Republicano.

O capitalismo industrial já ganhava ares de financeirização e era necessário investir nas atividades produtivas. Para tal empreendimento surgiram em profusão durante a segunda metade do século XIX as sociedades anônimas<sup>122</sup> que englobavam acionistas nos mais diversos ramos da produção. Assim,

em 1890 é criada a Sociedade Anônima Salina Nacional como uma seção da Companhia Nacional de Construções, organizada pelos diretores da mesma:

Adolpho Bezerra de Menezes e João José Gonçalves Júnior.

Figura 5 - Anúncio para a formação da Sociedade Anonyma Salina Nacional

---

120 BEAUCLAIR, Geraldo. Ob, cit.p.135

121 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Julho de 1861, p.278

122 As Sociedades Anônimas, também chamadas de companhias, são empresas com fins lucrativos que têm seu capital dividido em ações. Tais ações são compradas por investidores que não precisam necessariamente saberem exercer as atividades que a empresa propõe, a responsabilidade destes é apenas em relação ao preço das ações.

# SOCIEDADE ANONYMA SALINA NACIONAL

CAPITAL 2,000:000\$000

REPRESENTADO POR 5,000 ACÇÕES DE 200\$000

E POR 5,000 DEBENTURES TAMBÉM DE 200\$000

Entradas: a primeira de 10%, no acto da inscrição e as outras também de 10%, com intervalo nunca maior de 30 dias

O fim da empresa é extrair sal da agua do mar, por um processo rapido e economico, que o produz quasi limpo de impurezas. O calculo por mais bem fundado promete um lucro de 43%, como poder-se-ha verificar do prospecto especificado.

A Companhia Nacional de Construções, como incorporadora e representante do autor do processo, reserva-se o direito a 25% do lucro líquido excedente de 5% para fundo de reserva e de 10% para os accionistas.

As acções serão subscritas no Banco Colonizador e Agricola, e a inscrição será hoje das 11 horas ás 3 da tarde.

## DIRECTORIA DO PRIMEIRO TRIENIO

Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, presidente.

Dr. Benmíndo Gurgel do Amaral, vice-presidente.

Comendador João José Gonçalves Junior, secretario.

Comendador J. Fernandes de Oliveira, thesoureiro.

## CONSELHO FISCAL

1º tenente José Augusto Viana, presidente do Banco dos Operarios.

Ruymundo José Neff, gerente do Banco Colonial.

Comendador João Evangelista do Araújo Macedo, proprietario.

## OPINIÃO DO ILLUSTRADO DR. ENNES DE SOUZA, DIRECTOR DA CASA DA MOEDA

Ao Ilustrado amigo Dr. Bezerra de Menezes.—Ao questo que haverá formando-se será brevemente sucindida a empresa que se pretende a extrair sal, supondo-se tanques de alvenaria com revestimento de cimento, com cobertura de telha, e aparelho de concentração d'água salgada, movido por moinhos de vento? Respondem: Sim. Sendo dada uma boa administração, que salha fazer começar o trabalho pelo principio, essa é a melhor solução. Os tanques de níveis diversos para os diversos estadios da concentração, e a cobertura das salas, revestidas do cimento, impedem a infiltração das águas salobras cobertos do modo por que o fazem no estado da Bahia para com a séca do encio, impedidos ficar da ação contrariação com a infiltração das chuvas. Os níveis diversos, além de servirem de diferentes graus de concentração e de cristalização, colligem os tanques em condições de um aproveitamento das águas salgadas de marés de ordinário, marés de sínxis e de marés de equinócio. Enfim o aproveitamento do vento por meio de moinhos, com força para ser elevada a agua nas obras de grade, para evaporação rápida e consequente concentração do líquido. E' CASA IDEAL.

por ser o mais favoravel meio possivel, maxime á beira-mar, onde reina quasi sempre ventos e os moinhos forem os únicos que, em tempo algum, se apresentarão toda e devidamente qualificadas de um modo movimento que atraia a relacao com a propriedade da evaporação que o proprio vento promove. Sua salina deveem ser evitados no principio todo o trabalho dispensicio — E' SOBRETUDO O EMPREGO DO CALAR, ARTIFICIAL E/ TUDO E/ QUALQUER TEMPO, PODE SER AFETUOSO O USO DO CALAR, TODA E/ QUALQUER DIRECÇÃO DE COMBINATIVEL SERA' SUPERIOR AO RENDIMENTO DO EMPREGO.

Nas condições em que propõeas o problema é elle tecnicamente e economicamente solvel e o seu produzido por esse modo, tende a condição da Impensa, será da melhor sorte.

Seus interesses alguns possivel em empreza de ordem alguma, devyos este parecer de que podeis utilisar-los do modo por que o entender voso honesto carácter, bande e fraternidade. Voso amigo affectionado e obrigado, DR. ENNES DE SOUZA, engenheiro de mines.

## BANQUEIRO, O BANCO COLONISADOR E AGRICOLA

Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1890. Ed. 148.

Figura 6 - Nota lançada informando da primeira Assembleia de formação da Sociedade Anonyma Salina Nacional

### Salina Nacional

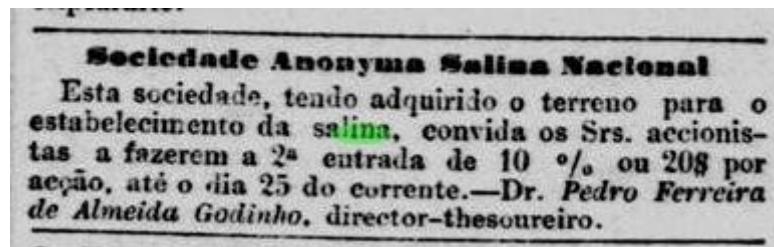
A directoria da Companhia Nacional de Construções, incorporadora da Sociedade Anonyma Salina Nacional, convoca os subscriptores de acções desta, a constituir-se em assemblea de instalação, no dia 18 do corrente, á 1 hora da tarde, no salão do Banco Matuo, á rua da Quitanda n. 50, sobrado.— Capital Federal, 14 de Agosto de 1890.— Dr. A. Bezerra de Menezes, presidente.— João José Gonçalves Junior, thesoureiro.

Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1890. Ed. 227

O tamanho do anúncio pago pela Sociedade Anônima em relação aos demais anúncios é notável, bem como a centralidade na página. A linguagem visual mostra o poder econômico e político dos integrantes e idealizadores da companhia em despender tal quantia para assegurar o espaço nesse periódico de grande circulação. Era também por meio desses anúncios que

a Sociedade comunicava as datas das suas assembleias e pedia a seus acionistas a contribuição mensal.

Figura 7 - Chamada de contribuição aos acionistas da Sociedade Anonyma Salina Nacional



Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1890. Ed. 341

As Sociedades Anônimas, até 1882 só podiam ser fundadas com autorização do Conselho de Estado.<sup>123</sup> A partir de 1882 com a promulgação da Lei 3.150, as sociedades puderam ser organizadas livremente pelos seus acionistas. O modelo jurídico usado para sua criação aqui no Brasil é baseado em países como a França e a Inglaterra, mas esse fator não impedia que as organizações aqui tivessem características peculiares, como por exemplo o uso de escravos como lastro de ações.<sup>124</sup>

Todo o cenário que estamos observando se desenhar está inserido no contexto da política do Encilhamento, que buscou aumentar a receita nacional e atrair investidores industriais para o país através da alta concessão de créditos. Assim, sociedades e mais sociedades lançavam-se no mercado financeiro para angariar capitais e depois apenas sumiam. Esse processo vai gerar uma das primeiras bolhas inflacionárias do país.<sup>125</sup>

Tendo durado entre 1889 e 1892, o Encilhamento foi encerrado e novas medidas mais duras do Estado Republicano passaram a vigorar. Em 27 de dezembro de 1897 é lançada a lei de Impostos de Consumo (nº 227/1897)<sup>126</sup> que taxava produtos como o fumo, bebidas e o sal. Toda a produção nacional e importação receberia uma taxa adicional e todos os estabelecimentos salineiros deveriam ser fiscalizados e registrados pelo Estado. Mesmo diante desses

123 Entre as legislações que regulavam a criação das sociedades anônimas estão : O Código Comercial de 1850; o Regulamento nº 535 de 1849 e a lei nº 1.083 de 1860, também chamada de “Lei dos Entraves”. Para mais ver: CABELLO, Andrea Felippe ; PÓVOA, Luciano M. Costa. Análise econômica da primeira lei de patentes brasileira. Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.4, out.-dez. 2016.

124 PARGENDLER, Mariana. Cinco mitos sobre a história das sociedades anônimas no Brasil. Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2012.

125 BEAUCLAIR, Geraldo. Op.cit

126 Decreto completo em: Almanack Laemmert. 1899, p.108

impedimentos para a livre comercialização, o cercamento das terras salgadas fluminenses e a salicultura não deixaram de se desenvolver.

Figura 8 - Extrato da lei de Impostos de consumo referente ao sal.

(\*) **Extracto do regulamento para a cobrança do imposto de consumo de sal, a que se refere o decreto n. 2773 de 27 de Dezembro de 1897.**

**DO IMPOSTO DE CONSUMO DE SAL**

O imposto do consumo de sal recae sobre o sal commun, tanto de produção nacional como de procedência estrangeira, sujeito a direitos de importação, e será cobrado, qualquer que seja a forma em que o género se apresente, em grosso, purificado ou refinado, a granel ou em envoltórios de qualquer qualidade, na razão de 30 réis por kilogramma, de todas as quantidades que entrem para o consumo.

Entende-se por sal commun ou de cosinha, não só o que provém de jazidas ou formações naturais, como também o fabricado em salinas por qualquer processo de evaporação.

**DO REGISTRO**

Todos os exploradores de salinas ou jazidas nacionais de sal poderão registrar anualmente, até 31 de Janeiro, o estabelecimento industrial que explorarem ou pretendem explorar.

Pelo registro pagará os fabricantes como emolumento a importância de 100\$000.

O registro tem por fim dar ao Tesouro e às repartições fiscais o conhecimento exacto do local onde funciona a **salina** ou jazida, o nome do industrial que a explora, e o capital empregado na exploração.

As fábricas que suspenderem a exploração, temporaria ou definitivamente, darão conhecimento do facto, por intermédio do respectivo fiscal, à repartição competente, para que esta providencie como convenha à fiscalização, e não poderão recomeçar os trabalhos sem que igualmente o comuniquem à mesma estação.

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1898. Ed. A55

O capital investido nas Sociedades era diversificado, mas a maioria provinha não só dos grandes proprietários do café, mas também de profissionais liberais e comerciantes do mercado interno. Como veremos adiante, muitas companhias também eram formadas por estrangeiros do setor de importações. Tais sociedades também trabalhavam sob o sistema de crédito, que era amplamente defendido pela SAIN. Diziam seus membros que “enquanto a moeda opera sobre milhões em certas horas, o crédito actua sobre quatrilhões e etc, poque ele empenha o futuro.”<sup>127</sup>

Esclarecido isto, a propulsão das sociedades anônimas nas duas últimas décadas do século XIX assinala também o período que Florestan Fernandes vai chamar de Imperialismo na América Latina. Esse período é precedido pelo período neocolonialista que tem a Inglaterra como principal agente de novas transações financeiras que surgem. O Imperialismo marca a história da América Latina ao aprofundar as relações capitalistas de produção e trabalho com o apoio dos grupos dominantes locais.<sup>128</sup>

127 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1899, Ed. de junho, p.156

128 SOUZA, Luíza Sabino de. Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina RE-BELA. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos V.7, n.3, set/dez.2017

Esse novo modelo de circulação de capitais é característico do final do século XIX e inaugura o momento de maior internacionalização do capitalismo. Assim vemos a prosperidade em que entraram as sociedades anônimas da época, algumas existindo até os dias atuais, incluindo as que analisaremos aqui.

A sociedade *Anonyma Salina Nacional*, tinha como deveres respeitar as concessões de terra e exploração de sal anteriormente concedidas, digo-se a que se refere o decreto de 1890, havendo devolutas estavam submetidas para adquirir a concessão:

**Art.23.** Fica a Companhia Nacional de Construções obrigada, mediante o capital da secção, 2.000:000\$, a montar o estabelecimento das salinas, descripto no seu prospecto; isto é, 80 tanques de 125m X 4 X 2, contendo cada um 1.000m<sup>3</sup> de agua do mar - 240 tanques de 50m X 2 X 1 revestidos, como os primeiros, de alvenaria e cimento, com cobertura volante e um sistema de precipitação rapida, promovida por um moinho de vento em cada um dos grandes tanques, accommodações para os operarios, instalação da empreza, compra do terreno para o estabelecimento e primeiras despezas dotrafego.<sup>129</sup>

A demanda quantitativa de tanques e área ocupada descrita no estatuto expressa uma real preocupação em alavancar a produção salineira. No mesmo ano é criada a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu, no Rio Grande do Norte e, em 1891, a Companhia Salinas da Margarida na Bahia. Iremos, por enquanto, nos deter na Companhia Salina Nacional, que concentrou seus capitais nas terras fluminenses.

Em dezembro do mesmo ano, a Sociedade ganha a concessão para explorar as salinas e estabelecer fábricas de refino do sal em terras devolutas da Ilha de Sant'ana em Macaé.<sup>130</sup> Os terrenos eram concedidos a Theotonio Gomes Braga que, ao se tornar membro da Sociedade, passa a concessão para a mesma.

Figura 9 - Anúncio para a formação da Companhia Nacional de Salinas Mossoró Assu.

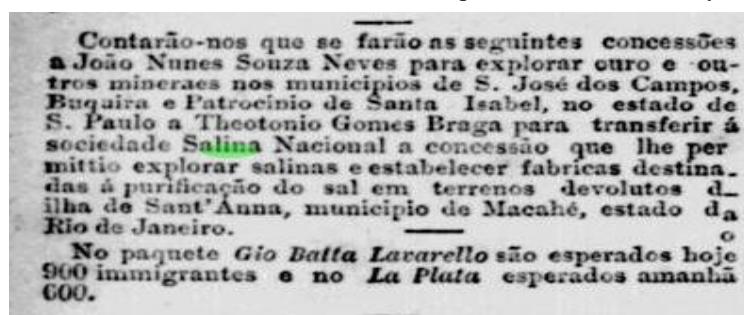
129 DECRETO N. 634 - DE 9 DE AGOSTO DE 1890 que Concede autorização ao Dr. Adolpho Bezerra de Menezes e João José Gonçalves Junior, directores da Companhia Nacional de Construções, para organizarem a Sociedade Anonyma Salina Nacional. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso: 20/08/2017

130 DECRETO N. 1197 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1890 que Concede permissão ao Theodoro Gomes Braga para transferir à sociedade anonyma Salina Nacional a concessão constante do decreto n. 488 de 14 de junho ultimo. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso: 20/08/2017



Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1890. Ed. 149.

Figura 10 - Nota sobre a concessão de Terrenos em Macaé para a Sociedade Anonyma Salina Nacional.



Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1890. Ed. 357.

Os membros da Sociedade, como Theotonio, faziam parte de uma elite hegemônica da época que buscava diversificar seus investimentos. Como vimos anteriormente, na busca pela industrialização nacional, a SAIN deixou um legado na criação das mais diversas companhias e sociedades onde homens de poder circulavam e apostavam suas ações. Um dos diretores da Sociedade Salina, João José Gonçalves Junior, além de ser Comendador da República também membro de outras sociedades e companhias como a Companhia de Gás do Rio e a Com-

panhia de Produtos Medicinais. Seu nome aparece repetidas vezes nas atas dos agrupamentos nas páginas do jornal.

É importante atentarmos para o caráter dos periódicos utilizados. A fonte escolhida possui claras delimitações quando se trata de conhecermos a fundo a Sociedade Anônima Salina. Pelo periódico temos apenas um acesso restrito à companhia, olhando apenas a superfície da entidade. O jornal, como veículo de propaganda, nos revela apenas a imagem que os organizadores da companhia desejavam passar.

O Jornal do Commercio possui edições em mais outros 11 estados, onde nem todos possuíam veiculação durante o século XIX, e também alguns suplementos. Nesta pesquisa utilizamos apenas o jornal do Rio de Janeiro, que por se tratar da Capital do Império e da República durante o período recortado, tinha mais seções e informações gerais sobre outras partes do Brasil.<sup>131</sup> Fundado em 1827, possuía um caráter informativo geral, noticiando desde óbitos até leilões. Durante o século XIX circulava principalmente entre homens de negócios e investidores, então o número de companhias, manufaturas e indústrias que apareciam e davam informações pelo periódico é elevado.

No ano de 1891, o quadro de cotação de ações contabilizava 329 companhias e indústrias só na sessão denominada “Investimentos diversos”<sup>132</sup>. Nesse mesmo quadro, a Sociedade Anônima Salina Nacional conta com 2.000:000 contos de réis como capital de entrada e um total de 10.000 ações, na sua retaguarda vem a tradicional Salinas Lindenberg de Cabo Frio com o capital de 1.000:000 contos de reis e 5.000 acionistas. Valores esses considerados razoáveis visto que o Banco Agrícola do Brasil, conhecido em todo território nacional possuía no mesmo ano um capital de 20.000:000 contos de reis em 50.000 ações.

No ano de 1891, a Sociedade Salina Nacional adquire novas terras no entorno da Lagoa de Araruama e aciona seus sócios para um novo pagamento de contribuições.<sup>133</sup> A corrida pelo

cerceamento de novas áreas acirrava-se. A própria Sociedade de Mossoró Assu, do Rio Grande do Norte, em 1891 se funde com a Companhia de Sal Norte e Sul que possuía salinas em São Pedro da Aldeia na Região dos Lagos Fluminense. Essa fusão trouxe a tona

da companhia, além da compa e even da debaixine-

<sup>131</sup> O Jornal do Commercio está inteiramente disponível de forma digital no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira sob a supervisão da Biblioteca Nacional. Nesse banco de digitalizações podemos encontrar 197 anos de jornal. Para fins dessa pesquisa, procuramos em todas as edições entre os anos de 1850 a 1900 palavras-chave como: sal, salinas, salineiro e os nomes das Cia's. de salina e Sociedades Anônimas.

<sup>132</sup> Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1891, n° 334, p.7

<sup>133</sup> Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1891, n° 97, p.2

xistentes pelo diretor financeiro João Pereira da Silva Monteiro. Entre as propriedades fluminenses inexistentes estavam:

Primeira. Uma salina na Aldea de São Pedro com machinas a vapor, moinho de vento, casas, armazéns, embarcações, animaes, terrenos diversos, não só para aumento das salinas como terrenos altos para edificação e com cem mil alqueires de sal em depósito. Segundo. Um grande terreno no caminho da mata da Figueira (Cabo Frio) vallado e prompto a edificar salinas e casas. Terceiro. Um dito caminho dos atalhos (Cabo Frio). Quatro. Outro dito na restinga, todos esses terrenos próprios para edificar salinas, tendo em suas praias águas acima de cinco grãos.<sup>134</sup>

A fama das salinas naturais em terras fluminenses despertava o interesse de diversos produtores em outras partes do país devido a sua proximidade com a capital. Assim, as terras salgadas da Lagoa de Araruama iam sendo cada vez mais ocupadas por novos empreendedores e pelo aumento das propriedades dos antigos. Na realidade, poder construir uma salina em um terreno a beiramar, tornou-se um atrativo para a venda de fazendas na Região dos Lagos do século XIX.<sup>135</sup>

Figura 11 - Anúncio de venda de terreno na antiga Região dos Lagos.

**V**ENDE-SE uma situação no Rio das Ostras, lugar denominado Fazendinha, muito propria para criação por ter boa pastaria, mattas e terras para 60 alqueires, lugar muito pittoresco e recreativo, a beira mar, proprio para banhos e mesmo para uma grande salina; Informa-se na rua de S. José n. 7, ou no mesmo estabelecimento.

Fonte: Jornal do Commercio. Ano 1892. Ed. 9

Segundo o Auxiliador, no ano de 1890, a entrada de sal na capital do Rio de Janeiro por sistema de cabotagem era de 32.736, 292 Quilos<sup>136</sup> em 1891 26.180.081 Litros<sup>137</sup>. É importante destacar que na mesma sessão não se alega exportação e nem importação do produto, nos fazendo inferir que a essa altura do século a produção salineira era totalmente voltada para o mercado interno e autossuficiente.

A lucratividade da salicultura estava ganhando espaço nos jornais, nos debates das câmaras e nas páginas dos classificados. O sal antes importado, agora era largamente retirado do

134 Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1891, nº 230, p.3

135 Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1892, nº 9, p.10

136 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Julho de 1889, p.48

137 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Julho de 1892, p.43

litoral brasileiro e apto para concorrer no mercado com o gênero estrangeiro. Para além do bom negócio que se mostrava a construção das salinas artificiais, era também preciso mantê-las e equipá-las, e esse é o nosso próximo debate.

## CAPITULO III – O século das Maravilhas

“O nosso século é o século das maravilhas, tudo o que nossos pais sonharão, a sciencia verifica, e todas as físcões do Oriente tornão-se realidades. A sciencia e a industria são as fadas dos tempos modernos e pode-se dizer dellas o que Plinio dizia da natureza: - De ea nihil incredibile existimari.”

(MARAVILHAS DO SÉCULO in: O Auxiliador da Indústria Nacional, janeiro de 1872, p. 33)

A citação acima, escrita pelo pseudônimo de N.M, foi publicada no Auxiliador da Indústria Nacional em um texto que descreve todas as inovações tecnológicas que estavam sendo lançadas na segunda metade do século XIX. Como um discurso incentivador publicado em uma revista de uma sociedade de classe, as hipérboles não eram economizadas e o discurso do progresso científico racionalista, bem característico da época, é latente.

O presente texto também exalta *omachinismo*<sup>138</sup> e seus surpreendentes usos que estavam sendo feitos na Europa e nos Estados Unidos, que a essa altura já tinha seu nome forte- mente circulado no presente periódico. O trem, a máquina a vapor para descascar café, os navios de carga movidos a carvão; tudo isso anuncava um novo mundo que parecia mágico e onde tudo era possível.

Como já visto anteriormente, o mundo passava pelas transformações da Revolução Industrial em sua segunda fase e se expandia para outros países além da Inglaterra. A segunda metade do século XIX estava envolvida em uma crescente internacionalização do capital e em uma nova fase do imperialismo inglês. As cidades britânicas estavam se desenvolvendo como fendas de gravidade em seguida com a mudança do regime político. Tudo isso acompanhado por mudanças econômicas e uma enxurrada de importações que chegavam aos portos do Rio de Janeiro.

Buscaremos nas próximas páginas discorrer sobre a aplicação do *machinismo* na sociedade do século XIX e suas possíveis influências na produção salineira. Assim poderemos compreender a aplicação do discurso modernizante e de industrialização, na prática. Nesse sentido respostas negativas também são considerados resultados e poderemos ter surpresas quanto ao processo de extração do sal em terras fluminenses.

<sup>138</sup> Termo utilizado amplamente entre engenheiros da época e comumente encontrado nas publicações científicas aqui analisadas. Caracterizada o fenômeno da criação e incorporação de novas máquinas às indústrias e a diversos âmbitos da vida humana, incluindo o privado.

O discurso da industrialização que avançava sobre as terras salgadas estava sendo forjado com o apoio da imprensa. A criação das salinas artificiais tinha como principais financiadores homens de negócios que investiam capital em diversas áreas da nascente industrialização que se espalhava pelo Brasil nos finais do século XIX. Também observamos que essa chegada de novos investidores na região não foi totalmente pacífica, visto que gerou alguns choques com já tradicionais produtores locais.

O fundo de Privilégios Industriais constitui uma valiosa fonte histórica para o estudo de diversos aspectos ligados à atividade inventiva do século XIX. Os dados das patentes de invenção do período permitem avaliar aspectos relacionados aos setores de comunicação e transporte, utensílios domésticos, iluminação urbana, entre outros. Combinados ainda com outras fontes, como o Almanak Laemmert, permite que se chegue a nomes de empresas e a um panorama econômico geral do período.

Tais fontes nos mostram o esforço de criação e patenteamento de novos maquinários que, aplicados à salina, procuravam extrair um sal de maior qualidade. Esse processo foi incentivado principalmente pela SAIN ainda no início do século XIX. As sessões do Auxiliador eram bem explícitas em impulsionar e exigir atenção do Império para a criação e importação de máquinas, bem como a produção de uma mão-de-obra especializada para operá-las sem prejuízos aos patrões ou senhores.

O acervo dos Privilégios Industriais presente no Arquivo Nacional conta com 9.031 registros de patentes concedidas entre os anos de 1873 a 1910. Todos são documentos oficiais, enviados pelos mais diversos inventores que se utilizavam de escritórios especializados para encaminhá-los aos órgãos responsáveis pelos inventos.

Durante os anos de 1885 e 1910 foram registrados 47 pedidos de privilégios industriais relacionados ao Sal. As invenções relacionam-se com diversas etapas do processo produtivo do sal, desde seu estado bruto, passando pela higienização até a chegada na mesa do consumidor. Assim, encontramos aparelhos e engenhocas destinados a retirar o sal da água do mar de uma forma mais eficiente; cristalizar os grãos com maior pureza e moer o sal grosso de forma caseira através de aparelhos portáteis.

Diante dos números relacionados ao café ou ao açúcar, o número de inventos destinados às salinas era muito baixo, mas ainda denota os esforços de alguns engenheiros e homens industriais de modernizar uma produção só destinada ao mercado interno. Essa dinâmica vai ser analisada agora com mais cuidado.

### 3.1 – As Leis de Patentes Industriais: 1830 e 1882

A necessidade de modernização das atividades produtivas era latente na imprensa e nos debates institucionais. Como vimos anteriormente, havia um grande esforço da SAIN em fomentar a criação de maquinários que ajudassem não só a grande lavoura exportadora nacional, mas também outras atividades voltadas ao mercado interno nacional. Assim, encontramos nas páginas do Auxiliador diversas crônicas, resenhas e pedidos de patentes dos mais diversos tipos e com as mais diversas finalidades.

Podemos observar as invenções de aparelhos não só para uso nos setores produtivos, mas também na vida doméstica. A busca pela modernidade europeia ia para além da esfera econômica, também relacionava-se com a vida privada das pessoas. A nova lógica industrial de produção era latente. A urgente necessidade de modernização do setor agroexportador e do desenvolvimento manufatureiro ficam expressamente claras nesse artigo de 1872 no Auxiliador:

Graças porém, a intelligencia que torna o homem perfectivel no individuo e no todo dos indivíduos que constituem uma sociedade, é capaz de modificiar a propriedade dos corpos, porém bem entendido, sempre em relação à natureza de cada uma delas para satisfazer suas necessidades, suas paixões e sua curiosidade, e estas modificações tem por mais de uma vez exigido o emprego dos meios mecânicos os mais engenhosos, que posto, posto que limitados ao simples arranjo de solidos líquidos e gaseos são todavia as obras humanas que mais lembrão a melhor obra divina de um corpo humano, como testemunha a expressão ógãos dada às partes essenciais de uma machina.<sup>139</sup>

O machinismo andava junto com a noção de progresso e do antropocentrismo do homem do XIX em dominar a natureza para seu uso. Diante desse ideário da época, as instituições clamavam pela necessidade de inventos que já havia sido percebida há algum tempo pelo próprio Estado. Em 18 de agosto de 1830, D. Pedro I cria a primeira lei de Privilégios Industriais que visa normatizar a concessão do registro intelectual sobre maquinários inventados.

Na legislação de 1830 o Imperador “Concede privilegio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma industria útil e um premio a quem introduzir uma industria estrangeira, e regular sua concessão.”<sup>140</sup> Já podemos ver o início do incentivo à introdução de inventos estrangeiros no país, mais à frente veremos como esse tipo de ação facilitou a formação de escritórios

139 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Janeiro de 1870 ,p.19

140 LEIDE 28 DE AGOSTO DE 1830 que Concede privilegio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma industria útil e um premio que introduzir uma industria estrangeira, e regula sua concessão. . Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lm/LIM-28-8-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM-28-8-1830.htm) Acesso:25/01/2018

de procuração para a introdução de patentes de fora do país, além de conectar esse nicho da economia brasileira com o momento de industrialização inglês.

A lei de 1830 será reeditada 50 anos depois, e substituída por outra mais moderna. A legislação de nº3.129 de 14 de outubro de 1882, vigorou até os anos iniciais da República, onde todas as concessões de patentes de inventores industriais deveriam ser armazenadas no Arquivo Público. Em 17 de Setembro de 1891, é lançado o decreto nº547 que coloca o armazenamento de tais documentos sob a responsabilidade da Diretoria de Comércio da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

É importante olharmos as leis de registro de privilégios industriais como um dispositivo legislativo para o desenvolvimento da indústria nacional. O incentivo da lei, aliada ao discurso crescente da imprensa e das instituições, auxiliou o aumento de invenções de maquinários inventados e registrados em terras brasileiras.<sup>141</sup>

A tramitação dos pedidos de patentes foi realizada por vários órgãos imperiais e republicanos, dependendo da época, e assegurava ao inventor ou descobridor de uma indústria útil o seu uso exclusivo. Assim, o inventor recebia uma carta patente assinada pelo governante da época e pelo ministro da pasta a qual se relacionava o invento. No período estudado aqui, 1850 a 1900, eram os responsáveis os ministérios Imperiais da Agricultura, Comércio e Obras públicas (até 1891) e Indústria, Viação e Obras Públicas (até 1906).

O processo de requerimento de propriedade intelectual sobre um invento iniciava-se com o envio do relatório em duas vias para o órgão responsável. Em seguida, caso a junta estabelecida para a análise fosse favorável à invenção, emitia-se a certidão de patente junto com um recibo para o pagamento do selo. Todo o processo poderia ser feito pelo autor da invenção ou por algum procurador. É importante destacar que no século XIX existiam muitos escritórios que trabalhavam com essa procuradoria. Em nossas fontes pudemos encontrar o nome de alguns como a Bailly Company e a Lidgerwood LTDA.

Toda invenção passava por uma comissão avaliadora, composta por especialistas de repartições do governo, que emitia um relatório confirmado a importância do invento e se cumpria os objetivos propostos. Sendo assim, os inventores e procuradores eram acionados a estar juntos com tal comissão que poderia ser composta por:

---

<sup>141</sup> CABELLO,AndreaFelippe;PÓVOA,LucianoM.Costa.Análiseeconômicadaprimeiraleidepatentesbrasileira. Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.4, out.-dez. 2016.

o procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional (se contrária à lei, à moral ou ofensiva à segurança nacional), a Junta Central de Higiene Pública (se contrária à saúde pública), as escolas politécnicas, de Marinha e Militar, a Faculdade de Medicina da Corte ou quaisquer outras repartições que fossem designadas pelo ministério, à época responsável por tal assunto.<sup>142</sup>

Tendo um relatório positivo, a patente era concedida ao inventor e decretada em Diário Oficial. O direito sobre o invento podia durar até 15 anos a partir da data da concessão da patente. Esse dispositivo da lei de patentes configura mais um instrumento entre outros aqui demonstrados de se fazer crescer a circulação de ideias de apoio à modernização das manufaturas.

Sendo a patente uma propriedade intelectual que o Estado concede a um inventor por um tempo determinado, e que dá direito ao criador monopólio econômico do mesmo, existem, dentro da economia, teorias que divergem sobre a eficiência das patentes no fomento à industrialização.<sup>143</sup>

Dentro do debate institucional é importante destacar o papel da SAIN nesse processo, e seu forte fomento à invenção de maquinários. Sua atuação dentro dos exames de concessão se expressa na revogação da lei de 1830 e na instauração da lei de 1882. Sendo essa última a que mais interessa a esse trabalho. Tallei:

foi elaborada durante o período das primeiras reuniões que precederam a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Intelectual, ocorrida em 1883, da qual o Brasil foi um dos signatários, e incorporou os principais princípios da convenção em sua legislação: o priority right<sup>10</sup> e o tratamento igual a pedidos de patentes de nacionais e estrangeiros.<sup>144</sup>

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional já debatia a mudança da lei de 1830 pelo menos 20 anos antes da promulgação da nova. Na relatoria dos trabalhos realizados pela SAIN de 1872 existe uma nota<sup>145</sup> reforçando que as alterações na lei sejam feitas de acordo

---

<sup>142</sup> Inventário Analítico do fundo de privilégios industriais. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2013, p8

<sup>143</sup> Não é nossa intenção aqui entrar nesse debate do campo da Economia e da Administração pública, para maisver: CABELLO, Andrea Felippe; PÓVOA, Luciano M. Costa. Análise econômica da primeira lei de patentes brasileira. Estud Econ, São Paulo, vol.46, n.4, out-dez. 2016.

<sup>144</sup> Idem. p.891

<sup>145</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Junho de 1872, p.259

com as reclamações da sessão de 15 de agosto de 1861. Na edição de agosto de 1861 existe uma “Representação dirigida pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional à Assembleia Geral Legislativa, pedindo a modificação de alguns artigos da lei de 28 de agosto de 1830.”<sup>146</sup>

*Entre as principais mudanças estão aquelas em relação à criação de uma taxa de pagamento*

mento para a avaliação da patente (que até então era gratuita). Os relatórios das invenções também não deveriam ir mais para o Arquivo Público, mas sim à Secretaria d'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Além do aumento do tempo concedido entre o privilégio e sua aplicação prática na indústria.<sup>147</sup>

Outras decisões são interessantes de serem destacadas, como a veiculação nos principais jornais do país das invenções prestes a terem suas patentes concebidas, pois assim, de acordo com os membros em reunião, seria mais fácil de alguém contestar a originalidade do invento, excluindo a necessidade de uma autodeclaração de originalidade pelo próprio inventor.<sup>148</sup> A decisão também foi sabiamente pensada com o intuito de maior propaganda da atuação dos órgãos reguladores da incipiente indústria do país.

No artigo 10 da lei de 1830 declara-se que “É nulla a patente se o descobridor ou inventor obteve pela mesma descoberta ou invenção, patente em paiz estrangeiro.”<sup>149</sup> Esse inciso foi mais discutido e com maior justificativa de mudança pelos membros da SAIN. Esse ponto é extremamente importante visto que a necessidade de se abrir o mercado nacional era necessário para que o Brasil estivesse aliado com as potências industriais europeias, exportando sua produção agrícola. Por isso era necessário abrir as concessões para tecnologias estrangeiras visando complementar a economia nacional:

Porém que applicação pôde ter entre nós este princípio excepcional e anachrônico ?- São dous os fins que vigorosamente se poderia atribuir a lei: o primeiro, termos invenções inteiramente nossas; ora, estas invenções não podemos ainda esperar-as do nosso povo ; o se os estrangeiros tiverem de escolher entre o mercado do mundo e o nosso, o resultado não será duvidoso; por este lado pois, a lei prejudica ao progresso da nossa industria, pois que arreda do nosso paiz a maior parte das invenções com que podemos contar.<sup>150</sup>

A última reivindicação da SAIN foi atendida, uma das poucas entre tantas. Dentro das mudanças realmente efetivadas temos a retirada das comissões de testes do inventos, man-

---

146 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Agosto de 1861, p 288 147 O Auxiliador da Indústria Nacional Rio de Janeiro, Ed. Agosto de 1861, p 288 148 Idem, p.295

149 Idem, p.299

150 Idem, p.300

tendo-se apenas para produtos alimentícios e farmacêuticos. Esse fator e a aprovação às vésperas de uma exposição internacional mostram que a nova lei de 1882 é criada com o intuito de facilitar a obtenção de patentes por brasileiros e, principalmente estrangeiros, além de ser um dispositivo de incentivo à criação de materiais para expor o país nas feiras internacionais.<sup>151</sup> Como já mostrado anteriormente, existia uma preocupação de construção nacional, e as exposições internacionais eram uma das principais

ferramentas propagandísticas de construção da nação.

Esse alinhamento com a Europa industrial fica explícito em 1890, quando o Brasil senta-se à mesa com França, Inglaterra e Uruguai<sup>152</sup>, durante a Conferência Internacional da União pela Propriedade Industrial. Esse grupo, composto por países industrializados e emergentes era integrado pelos embaixadores de cada país e ministros, com o intuito de organizar leis internacionais sobre patentes industriais, além de realizar acordos de importação e exportação. O que podemos inferir é que a lei de 1882 abriu caminhos para os inventos estrangeiros mostrando que a agro exportação nacional era um bom campo a se investir tecnologia.

Diante das ideias vigentes da época, fomentadas pelo processo de industrialização inglês e da pressão de instituições como a SAIN, as leis sobre o registro de patentes são lançadas pelo Estado Imperial. Sua mudança em 1882 consolida a importância da agro exportação à época, e aprofundam o momento do imperialismo inglês em terras brasileiras. Porém dentro de um vasto universo de inventos, existiam aqueles que também eram voltados ao mercado interno como veremos a seguir.

### 3.2 – As Patentes Industriais

A lei de patentes de 1882 estava alinhada com as mudanças socieconômicas demais do século XIX. A atividade agro exportadora nacional necessitava de novos meios de importação de mão de obra e de escravidão. Nesse sentido, a criação de novos maquinários para ajudar na lavoura, nos engenhos ou nas salinas foram sendo paulatinamente patentadas. Todo o contexto nacional favoreceu que maquinários relacionados à agro exportação superassem em números as invenções de bens de consumo.

151 CABELLO, Andrea Felippe ; PÓVOA, Luciano M. Costa. Ob,cit.

152 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Agosto de 1890, p.174

Cabe aqui um adendo sobre a citação do início desse capítulo e o impacto das máquinas na humanidade. O advento da máquina a vapor vai transformar para sempre as relações humanas no campo do trabalho, da política, da economia e do cotidiano. Para muitos parecia uma ficção, para outros o pesadelo do trabalho pesado nas fábricas. O manejo das novas tecnologias agrícolas era uma preocupação por parte dos grupos dominantes, principalmente essa relação com a mão-de-obra escrava:

O negro que conduzia o apparelho uma vez entregue a si mesmo, havia no fim de uma defecação deixado aberta a torneira de communicação com a caldeira o vapor, condensando-se no duplo fundo, fizera o vácuo e a agua do gerador ahi se precipitara. Esta agua no fim de pouco tempo esfriara, de sorte que todas as vezes que se queria pôr o vapor no duplo fundo, como se praticava assaz bruscamente, produzia uma condensação estrondosa semelhante a uma descarga de pistolas. Este estrondo espantava os trabalhadores, fugindo alguns, e o Sr. Conde de Itaguahy sem procurar a explicação do phenomeno, prohibio dirigir o vapor para esta caldeira, e mais tarde deixou um curioso tirar o tubo de retorno d'agua para a caldeira, pondo-a em comunicação com o reservatorio de alimentação.<sup>153</sup>

Questões em torno da efetividade das máquinas em relação ao custo e benefício eram constantemente debatidas, e principalmente o tipo de mão de obra que seria utilizada. O trabalho escravo, entre diversos motivos, também era criticado pela sua incapacidade de se ensinar os cativos a manusear tecnologias tão modernas. Assim, para além do objetivo de embranquecimento da população, o apoio à imigração europeia era incentivada também por acreditar-se em uma superioridade desses trabalhadores em se adaptar ao Brasil tecnológico que a classe dominante queria construir no século XIX.

O ensino defendido pela SAIN e praticado pela escola noturna de jovens e adultos, financiada pela mesma entidade, passava pelo campo profissional e direcionava-se ao mundo do trabalho. Considerando a escola atual como a antessala desse mundo, observamos na SAIN o germen do ensino técnico e profissionalizante, muito distante do ensino humanista e filosófico que seus dirigentes devem terdesfrutado.

É preciso fugir sempre dos extremos em questões desta ordem ; e aquelles mesmos, a quem a illustração e a experiência fazem reconhecer a importância preponderante da pratica, sao os que mais profundamente nutrem a convicção de que a rehabilitação denossa agricultura depende sobretudo, e em ultima analyse, da verdadeira ins-

---

153 O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Agosto de 1872, p.69

trucção profissional, fonte exclusiva donde podemos esperar e donde hi vemos de haurir todos os elementos e forças, que hoje fallecem á nossa industria mais.<sup>154</sup>

Assim, grupos pobres eram impelidos ao ensino agrícola onde tinham aulas de manejo de máquinas. Importante destacar que para a SAIN, as escolas deveriam ser de caráter privado para a indústria prosperar “pela intelligencia e instrucção dos profissionaes ou industriaes que hao de vir os braços, os capitaes, o credito, as machinas e a prósperidade á profissão, ou á industria; nao será pela legendária feracidade do solo nem pelas garantias do governo.”<sup>155</sup>

Em uma economia de base agrícola, a maioria dos privilégios industriais encontrados são para o uso no campo ou para o beneficiamento de matérias-primas. Invenções relacionadas ao processo de colheita e beneficiamento do café estão entre as mais registradas, devido a esse ser o principal produto exportador do país na época. Em relação à nossa pesquisa, focamos nos aparelhos que fossem usados na extração ou beneficiamento do sal.

O grande número de invenções relacionadas ao café mostra como essa atividade agro-exportadora estava fortemente aparatada em todos os seus níveis, desde as fazendas passando pelo beneficiamento e chegando ao transporte. Esse processo pode ser destacado como um dos principais pontos de partida para a industrialização brasileira atrelada ao fluxo de exportações e a acumulação de capital industrial.

Torna-se então importante destacar que existia uma grande diversificação do setor manufatureiro da segunda metade do século XIX, mesmo que o capital industrial utilizado para a importação de máquinas ainda fosse majoritariamente cafeiro, existia grande apelo de insu-  
mos para o setor agrícola nem sempre exportador. E é isso que pretendemos demonstrar aqui, visto que a salicultura fluminense nesse período era toda voltada ao mercado interno.

Para esse trabalho selecionamos o Fundo de Privilégios Industriais organizados no Ar-  
quivo Nacional do Rio de Janeiro. A coleção de patentes contém documentos dos anos de 1873 a 1910. Selecionamos as invenções entre os anos de 1850 até 1900 relacionadas ao fa-  
brico e beneficiamento do sal, focando nas duas últimas décadas do século XIX. Recortamos esse marco temporal devido ao número de patentes aumentar consideravelmente durante os primeiros anos do século XX, fenômeno este que nossa pesquisa não daria conta de investigar.

Analisamos 9.031 Privilégios Industriais utilizando como instrumento de pesquisa a palavra sal. Retiramos dos resultados invenções que envolviam outros tipos de sais que não

---

<sup>154</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Agosto de 1880, p. 248. <sup>155</sup> Idem

fosse o marinho, como por exemplo, criações envolvendo comprimidos efervescentes, ou sais de banho. Assim ficamos com a quantidade final de 47 privilégios industriais.

Temos então entre os anos de 1885 e 1900, 26 patentes referentes a sal registradas, e entre os anos de 1901 a 1910, 21 registros. Concluímos que em nove anos do início do século XX concedeu-se o mesmo número de patentes relacionadas ao sal do que em quinze anos do século XIX. O motivo desse aumento de criação de inventos relaciona-se com o novo momento da Indústria Salineira nos anos iniciais do século XX, e corresponde ao início de seu apogeu produtivo. Motivo pelo qual restringimos nossa análise aos anos de 1900.

Torna-se importante destacar que a quantidade de pedidos de privilégios não corresponde necessariamente à realidade da criação e aplicação desses inventos nas salinas.

Dentro desse universo de fontes, pudemos identificar o alto número de inventos relacionados ao cultivo e beneficiamento do café, seguido pelo açúcar. Fora do setor agroexportador o número de invenções em relação à iluminação pública e transportes a vapor também é considerável, além dos inventos domésticos. Sem superar o número de inventos relacionados a atividades agrícolas, essas últimas invenções ainda mostravam-se tímidas em seu aparecimento no Brasil e são geralmente encabeçadas por estrangeiros.

Os pedidos de privilégios industriais, como já exposto acima, deviam ser apresentados em relatório explicativo em duas vias. Além desses relatórios, desenhos da invenção também deveriam compor o documento, logo também analisamos iconografia.<sup>156</sup> Algumas se perderam, visto que encontramos inúmeros documentos sem seu anexo de ilustração. Escolhemos para fim dessa pesquisa todos os inventos que pudessem expressar significativas mudanças na produção salineira da época, tendo sido incorporadas ou não nas salinas.

Não podemos dissociar a importação de maquinários destinados à manufatura nacional ao momento de crescente industrialização de países como a Inglaterra. A transição da pré-indústria para a indústria inseriu o país na rota das negociações e interferências do capitalismo industrial mundial desde meados do século XIX:

Essa extraordinária expansão [de industrialização e principalmente das estradas de ferro na Inglaterra] foi reflexo de dois processos paralelos, a industrialização nos países “adiantados” e a abertura econômica das áreas subdesenvolvidas, que transformaram o mundo nesses decênios vitorianos, fazendo com que a Alemanha e os Estados Unidos logo se tornassem economias industriais comparáveis à britânica, abrindo áreas como as pradarias norte-americanas, os pampas sul-americanos e as estepes do sul da Rússia para a agricultura, quebrando com esquadras a objeção da China e

156 A iconografia das patentes aqui utilizadas está em anexo com a transcrição realizada.

do Japão ao comércio exterior e lançando os alicerces de economias tropicais e sub-tropicais baseadas na exportação de produtos minerais e lavouras.<sup>157</sup>

A aquisição de maquinários para a indústria manufatureira nacional estava em sintonia com o processo internacional de industrialização europeu. Os anos onde o registro de patentes cresce consideravelmente (1880-1890), são também os anos onde a Inglaterra está saindo de um declínio Industrial vindo dos anos de 1870.<sup>158</sup> Durante essa década podemos identificar grande atuação inglesa na economia e na política brasileira. Para Hobsbawm, o imperialismo inglês foi uma ferramenta de saída da “grande depressão”<sup>159</sup> inglesa no século XIX.

A SAIN incentivava o desenvolvimento de maquinários no país porém mais do que isso, aos seus integrantes interessava estreitar os laços com inventores e importadores de invenções de fora do Brasil. A sociedade sustentava forte interesse em torno da lei de patentes visto que era da “obrigação da Sociedade a aquisição, arrecadação e conservação das máquinas, modelos e inventos adquiridos. Dever-se-ia, porém, mandar vir com preferência aquelas máquinas ou modelos que forem úteis à Agricultura, Fábricas e Artes, como as bases mais sólidas da prosperidade de um país.”<sup>160</sup>

Tanto era o interesse científico, e também político, da SAIN em relação às patentes, que no corpo editorial de sua revista existia uma comissão dedicada a *Machinas e apparelhos* que era responsável pelas assembleias ligadas a esse assunto. Também era essa comissão responsável pela análise das últimas patentes aprovadas no Império e a posteriori na República. Entre esses pareceres encontramos a cópia o relatório de uma patente industrial que tinha dado entrada no Arquivo Nacional um ano antes.<sup>161</sup>

O *Moinho e Secador Universal*<sup>162</sup> foi projetado pelos irmãos Lidgerwood para triturar e retirar a umidade não só do sal, mas também do açúcar, mostrando-se um aparelho polivalente. Essa era uma característica muito apreciada pelas comissões devido à praticidade do invenção, sendo também uma forma dos inventores conseguirem alcançar variados mercados. No caso do *Secador Universal* a redação toda é feita destinada ao salmarinho:

---

157 HOBSBAWM, E.J. Ob, cit. p.107

158 HOBSBAWM, E.J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 5ª edição, 2000.

159 Idem, p.121

160 BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860, Studio F&S Ed, Rio de Janeiro, 1992, p.58

161 Na edição de 1888 encontramos o mesmo relatório da patente 9081 do Arquivo Nacional transcrito. Nem todas as patentes concedidas aparecem nas páginas do Auxiliador, por isso acreditamos que esse é um invento importante para o momento.

162 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI9081

O sal importado no Brasil vem quase todo em crystaes ou em pedras mais ou menos humidas, e neste estado é muito impróprio para o uso doméstico e mais antieconomico nas industrias de carnes salgadas e outras semelhantes.

Até hoje vem-se empregado moinhos de pedra, moinhos de ferro e outros materiaes, todos reduzindo as pedras dos cristaes por meio do esmagamento entre dois corpos duros, por este sistema os cristaes ficão inteiramente destruhidos e em virtude da agua de crystalhisação e da humidade do ar obtem-se uma massa humida desagravel à vista e ao tato, e de diffíl manejo. Pela Machina que apresentamos ficão inteiriamente eliminados estes graves inconvenientes do antigo systema, obtendo-se em uma só operaçao sal secco, em crystaes muito finos, iguaes e em muitos casos superiores em vista aos saes chamados refinados.<sup>163</sup>

Vail W. Lidgerwood, dono da companhia, também aparece em outros inventos, como procurador. As melhorias ou aperfeiçoamentos, para serem incluídos em uma invenção eram mediados por procuradores, que visavam cuidar de toda a burocracia para o inventor. Dentro das PI's analisadas o procurador mais frequente é Adolfo Bailly<sup>164</sup>. Em outros inventos ainda encontramos os nomes de Jules Gérard<sup>165</sup>; Valeriano Machado<sup>166</sup> e Vail W. Ledgerwood<sup>167</sup>.

A redação do documento obedecia a um padrão, onde primeiramente vem a justificativa da invenção e sua utilidade, para em seguida entrar nas explicações do funcionamento da máquina. As explicações acompanham os desenhos anexados ao relatório e são extremamente descriptivas. Por tal motivo não nos cabe incluir aqui todas as patentes industriais encontradas, devido a grande quantidade.

Analizando de forma qualitativa as fontes podemos separar duas características percebidas em nossa metodologia. A primeira é a finalidade dos inventos. A maioria das máquinas possui propostas similares, tendo como diferencial apenas engrenagens diferentes. Podemos destacar que entre as funcionalidades principais estão a separação do sal da água do mar, o refino e o secamento dos grãos. Também vemos um ou outro aparelho para uso doméstico como o “APARELHO DE HIGIENE CULINÁRIA: Sistema para eliminar as impurezas inerentes e nocivas do sal marinho.”<sup>168</sup>

Esse pedido de privilégio data do ano de 1900 e traz à tona o debate acerca da higienização alimentar. As considerações acerca de um produto natural cada vez mais límpido atra-

---

163 Idem

164 Bailly é procurador de 7 inventos só referentes ao sal. Utilizamos o de número 7704. 165 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI2776

166Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI

167167 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI

9081 168Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI

2769

vés de um processo prático também estão presentes no relatório do inventor João Ribeiro de Carvalho Chaves:

Reivindico como partes constituintes e características do apparelho de Higiene Culinária que as peças de A a I (descritas no relatório) funcionão harmonicamente para desembaraçarem asimmundicese saes extranhos ao chloreto de sodium que tornão o sal grosso ou mesmo triturado ncivo e nauseabundo.<sup>169</sup>

Outra categoria importante é a energia utilizada para o funcionamento da máquina, sendo o vapor o meio de produção de energia mais comum nos privilégios lidos. Em alguns relatórios, os inventores não colocaram o meio de funcionamento do aparelho. Em outubro de 1899, Adolfo Bailly como procurador dá entrada em uma garantia provisória<sup>170</sup>, pedindo o uso da eletricidade no invento já registrado de Manoel de Miranda Rosa denominado “*Processo aperfeiçoado para a fabricação do sal (cloreto de sódio), permitindo a obtenção de um produto isento de umidade.*”<sup>171</sup>. Essa mudança do vapor para a eletricidade é um marco importante na industrialização e denota o início de um novo ciclo na produção de máquinas e aparelhos industriais.

A garantia provisória concedida assegura a inserção de alguma peça ou mecanismo novo em uma invenção preexistente. No caso da invenção de Manoel Miranda Rosa a evaporação da água do mar e cristalização do sal deixaram de ser a vapor para usarem a eletricidade. A mesma proposta de acrescentar a eletricidade no processo foi feita por Manoel Barcellos em um melhoramento de invenção já lançada.

Os registros que dão entrada no nome BARCELLOS, são curiosos pela durabilidade de suas invenções no tempo. O engenheiro Manoel Ferandes Barcellos investiu considerável tempo de sua vida na projeção de maquinários para a indústria salineira. Seu primeiro pedido de privilégio data do ano de 1882<sup>172</sup> e o último, um melhoramento em 1900<sup>173</sup>, entre esse período registrou dois inventos um deles em conjunto com outro engenheiro.

O primeiro privilégio ganho por Barcellos refere-se a um sistema de vaporização forçada da água para a separação do sal. Nos anos seguintes, sua invenção se modificará pouco transformando-se apenas em relação a novos componentes inseridos ao aparelho. Em um pri-

---

169 Idem, p.2

170 Arquivo Nacional. Fundo de privilégios Industriais. Referência: PI 6866

171 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI

7704172 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI

8723 173 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência:

PI2434

meiro momento a evaporação se dá através do banho maria; depois através da implantação de serpentinas quentes até por último se utilizar de correntes de ar quentes que poderiam ser geradas pela queima do carvão ou eletricidade.<sup>174</sup>

Essa permanência no mercado de máquinas por quase dez anos, impulsionando o mesmo invento nos mostra que as pesquisas do engenheiro não cessaram e que podem ter sido adquiridas por salineiros. Infelizmente, não encontramos fontes que comprovem algum tipo de compra ou contratação do invento, mas o grande número de modificações e aperfeiçoamentos é bem diferenciado das outras máquinas.

A maquinofatura e todos esses privilégios denota os esforços não só de aceleração dos processos produtivos, mas também a tentativa de reproduzir esses processos em locais externos aos quais ela normalmente se desenvolve. A salicultura só poderia ser realizada perto do mar ou de lagunas; com os inventos, qualquer local pode possuir um evaporador desde que a água salgada seja transportada até as máquinas.

A política monetária e as reformas institucionais realizadas nos primeiros anos republicanos impactaram os investimentos industriais, como o investimento em máquinas. Assim, as medidas iniciadas em 1882 para o fomento do desenvolvimento manufatureiro, foram consolidadas no novo regime em um novo cenário político e econômico. Estabelecemos aqui o argumento defendido por Beauclair onde “consideramos assim, como período pré-industrial [...] aquele compreendido entre 1808-1880/90.”<sup>175</sup> Desta feita, o ano de 1891 e a política do encilhamento demarcam um novo momento industrial e comercial brasileiro.

### 3.2.1 – Empresas e escritórios de invenções

É importante ressaltar que as engenhocas inventadas para as salinas e todo o processo produtivo do sal não existem por si só. Os inventores e futuros compradores desses maquinários são os agentes históricos por trás do processo de industrialização das salinas artificiais. Também estão por trás do invento dessas máquinas profissionais liberais que, dentro da nova lógica do capitalismo, formaram empresas de engenharia para a criação de maquinários e venda de insumos agrícolas.

---

174 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI 8723

175 BEAUCLAIR, Geraldo. Ob, cit. p.18

Esse é o caso das empresas que surgem como requerentes de privilégios industriais na nossa amostragem. São elas: Lidgerwood Manufacturing Company Limited; Jules Géraud, Leclerc & Compania e a Bezerra e Haas. Essas companhias aparecem nos privilégios industriais ora como únicas requerentes, ora junto a outros inventores.

No registro do privilégio do *Secador Universal*<sup>176</sup> podemos identificar o inventor como pessoa jurídica e também como pessoa física. Através da empresa Lidgerwood Manufacturing Company Limited O seu dono Vail W. Lidgerwood registrou o invento. Esse procedimento aparece em mais privilégios relacionados ao sal e nos chama a atenção para a finalização dessas descobertas. Grupos comerciais estavam interessados na comercialização desses maquinários nos dando margem para desconfiar se a propriedade intelectual desses inventos era mesmo dos nomes que estão expostos, ou se resultam da relação comercial entre inventores e empresas mais dispostas a acessar a burocracia de patentes.

A Lidgerwood Co. era uma empresa composta por dois irmãos, um deles advogado e o outro engenheiro. De sobrenome inglês, instalaram-se no Rio de Janeiro e desde 1864, quando dataram seus primeiros registros no Almanak Laemmert, e trabalharam com importação de maquinários vindos dos Estados Unidos da América. Seus investimentos estavam relacionados à importação de toda sorte de materiais industriais: de máquinas de costura<sup>177</sup> até máquinas agrícolas (essas últimas o carro chefe da empresa).

---

176 Arquivo Nacional. Fundo de Privilégios Industriais. Referência: PI 9081  
177 Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1891, n°6

Figura 12 - Anúncio de máquina de costura Singer importada pela Lidgerwood Co.



Fonte: Jornal do commercio. Ano 1880.

A partir dos anos de 1880 os irmãos Lidgerwood começam a aparecer com mais frequência não só no Almanak, mas também no Jornal do Comércio. Além das máquinas, ofereciam serviço jurídico para a concessão de patentes. Durante os anos de 1880 e 1890 suas atuações na importação crescem, principalmente com maquinários para o beneficiamento do café e da agricultura. Entre os seus produtos encontramos os mais variados mecanismos como arados, engenhos de cana, despolpadores e escacadores de café.<sup>178</sup>

178 Esses anúncios variados são encontrados em diversas edições do jornal do comércio entre os anos de 1880 a 1899.

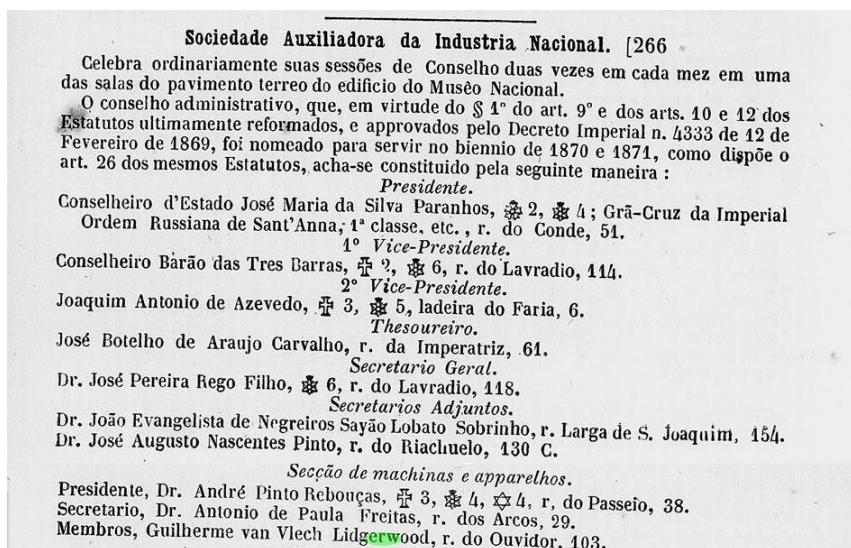
Figura 13 -Anúncio do descascador de café Lidgerwood Manufacturing Company Limited



Fonte: Jornal do commercio. Edição 6. Ano 1895

As máquinas fornecidas por Lidgerwood e os engenhos montados pela mesma empresa eram muito requisitados e famosos. Em 1899 em anúncio de venda de uma fazenda com engenho de açúcar, frisa-se que todo o maquinário utilizado é Lidgerwood Co.<sup>179</sup> Também cabe destacar que um dos irmãos, Guilherme Van Vlech Lidgerwood, era ativo membro da SAIN na seção de máquinas e aparelhos.

Figura 14 -Van Vlech Lidgerwood no quadro da SAIN



Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1891

A empresa Bezerra e Haas aparece pela primeira vez no Almanak Laemmert em 1884 como uma agência de importação e consignação. Para os idos de 1890 iniciam também o processo de produção de máquinas e inventos, lançando-se no mundo dos privilégios industriais. Em 1891 aparece anunciando “Fábrica de Machinas, fundição de ferro e bronze e serraria a vapor, montadas com aparelhos de primeira ordem...”<sup>180</sup>

Figura 15 -Bezerra e Haas importação e exportação

642	<b>IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO</b> (Negots. de)	(art. 666)
<hr/>		
I. Hirdes (Idalino), comissões, r. da Alfandega, 57, sobrado, e r. da Bôa-Viagem, 3, Nitherohy.		
I. & L. <b>Haas</b> , (irmãos), importações e consignações, r. da Alfandega, 70 ; representante : Isidoro <b>Haas</b> , r. da Alfandega, 70 e r. de S. Salvador, 49.		

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1885

**Schubert, Irmão & Haas**, Fabrica de machinas e fundição de ferro e bronze e serraria a vapor, montadas com aparelhos de primeira ordem, a promptão engenhos e apparelhos completos para a fabricação de assucar, na ch nismo completo para o preparo do café, engenhos para serrar madeira, rodas de agua, turbinas, transmissões, mancaes, polias, moinhos para fubá, debulhadores para milho, cevadeiras e prensas para mandioca grades e portões de todos os feitos, arados e apparelhos completos para a laboura moderna, Juiz de Fóra, Minas (716).

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1891

180 Almanak Laemmert: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. 1891. p386

Outro nome importante em nossas fontes é o da empresa Jules Géraud, Leclerc & Compania que se assemelha muito à trajetória da Lidgerwood Co., sendo a união do advogado Francês Jules Gerard com o engenheiro Leclerc. Em 1884, Jules Géraud atuava como procurador de privilégios industriais, dez anos mais tarde, ao se juntar ao engenheiro, inicia o processo de invenção e patenteamento de máquinas destinadas à manufatura. O advogado também se organizava em uma sociedade de classe composta por imigrantes, a Beneficência Francesa.

Figura 17 -Anúncio de Jules Geráud como procurador

**Privilegios**, Agencias de.  
Veja tambem no grupo 6º Industria art. 12º!0.  
Carlos Bailly, n.º 6, engenheiro com agencia de privilegios para o Brazil e estrangeiro, r. Sete de Setembro, 77.  
**Jules Géraud**, r. do Hospicio, 70.  
Enearrega-se de obter privilegios no Brazil e nos paizes estrangeiros, de registros de marcas de fabrica e de todas as questões relativas à propriedade industrial.

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1885

Figura 18 - Jules Géraud nos quadros da Beneficência Francesa

**—Franceza de Beneficencia.**

Rua Nova do Ouvidor, 36, 1º andar.  
**Presidente.** —G. Haas, r. do Hospicio, 70.  
**Secretario.** —**Jules Géraud**, r. da Alfandega, 83.  
**Thesoureiro.** —Antoine Bonniard, r. da Alfandega, 61.  
**Conselheiro.** —Pierre Estoueigt, r. do Ouvidor, 43.  
**Idem.** —Larrieu, r. da Carioca, 93.  
**Idem.** —Henri Levy, r. do Hospicio 78.  
**Idem.** —Mistely, r. da Assembléa, 42.  
Installada em 1834 e aprovada por Decr. de 20 de Setembro de 1872.

Fonte: Almanak Laemmer, Ano 1884

Geráud também era diretor da South American General Patent Agency, onde até o século XX deu entrada em inúmeros privilégios. Mesmo trabalho jurídico realizado por Carlos Adolfo Bailly, engenheiro com agência de privilégios no Rio de Janeiro. A sua empresa aparece com frequência como pessoa jurídica em diversos privilégios, além desse trabalho o engenheiro também era proprietário de uma fábrica de gelo localizada no Rio de Janeiro. Tal

empreendimento em plena década de 1890 denota grandes posses por parte do engenheiro e investimento de uso na energia elétrica que ainda era uma novidade alcançada por poucos.

Figura 19 -Anúncio de Bailly como procurador

**Carlos Bailly**, engenheiro, com agencia de privilegios para o Brazil e estrangeiro, representante industrial e concessionario dos *Apparelhos Carré* e do *Desfibrador Fauré*, r. Sete de Setembro 77, deposito de gelo (Vide Nota b. no Alm. pag, 2080) (742 a).

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1891

O aumento da importação de máquinas nos dois últimos anos do século XIX pelos grupos citados e o grande número de entradas de pedidos por privilégios, comprovam que os interesses da SAIN na mudança da lei de patentes em 1882 foram consolidados. O que observamos é a facilidade do registro de patentes industriais por estrangeiros dentro Brasil. Muitos movidos pela busca da importação apenas das peças para a montagem no Brasil e não mais das máquinas inteiras. Essa diferença aumenta o lucro, pois economiza-se com importação e ainda se ganha em cima da propriedade intelectual.

Essa análise insere o Brasil na rota da industrialização mundial mesmo que timidamente. Retomando Hobsbawm, nos últimos vinte anos do século XIX a França estava em rápidíssimo avanço do seu processo de industrialização e a Inglaterra em um momento de recuperação da sua crise da década de 1870. Esse momento propiciou o investimento de capitais em países estrangeiros inaugurando “O Imperialismo formal da ‘partilha da África’ na década de 1880, o imperialismo semi-formal de consórcios nacionais ou internacionais que assumiam a administração financeira de países pobres, o imperialismo informal do investimento estrangeiro..”<sup>181</sup> O último caso insere-se perfeitamente na situação brasileira.

Os capitais ingleses passam a compor, principalmente a partir de 1860, a maior parte das ações investidas em bancos, concessionárias de transporte e iluminação no Brasil.<sup>182</sup> Dito isso, podemos concluir que a principal característica que facilita a viabilização das Companhias e Sociedades Anônimas é a internacionalização do capital. Podemos inferir, também, que

181 HOBSBAWM, E.J. Op.cit.p.121

182 BEAUCLAIR, Geraldo. Op. cit.p.173

uma consequência desse processo é o crescimento econômico dos profissionais liberais, e também de sua atuação política.

Esses profissionais liberais, a partir de seu enriquecimento, foram incorporando à sua vida aspectos burgueses bem parecidos com os europeus. Retomando Florestan Fernandes, o aprofundamento do capitalismo moderno nas Américas, concentrado principalmente a partir das duas décadas do século XIX, forma o período de maior imperialismo europeu. As economias sul-americanas tornaram-se lucrativas e seguras para o investimento em todos os setores. As elites locais, permitindo essa grande mudança econômica também foram aos poucos se modificando e adquirindo aspectos burgueses para se adequar a nova realidade.

Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela “aburguesou-se”, desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo.<sup>183</sup>

Assim, o que temos é a figura do homem urbano, industrial, proprietário de empresas de importação e acionista em diversas companhias. Mas as coisas não estavam tão dadas, e muitas vezes os papéis da elite se confundiam no final do século XIX gerando disputas intra-classe. Deixamos aqui o gancho dessa mudança para adentrarmos nas elites da Região dos Lagos Fluminense que também absorveram essas mudanças sociais.

### **3.3 - As elites locais da Lagoa de Araruama**

As Sociedades Anônimas foram se apropriando das terras salgadas da restinga e construindo salinas artificiais, ou especulando terrenos de marinha. Junto a esse processo temos o investimento maciço em ações nas companhias salineiras feita por homens que já se identificavam com comportamentos burgueses. Porém, esses agentes históricos investiam de longe, poucos estavam envolvidos nas atividades salineiras locais visto que sua atuação nas Sociedades Anônimas era apenas investir o capital para fazê-lo render.

Se de um lado temos o avanço desses donos invisíveis da terra, por outro temos os donos de salinas já estabelecidos que também querem se apropriar dessa fronteira que está em

---

183 FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5º ed. São Paulo. Editora Globo, 2006. p.45

fechamento. Para compreendermos essa complexidade, precisamos entender o que eram as elites políticas e grupos dominantes no Império.

No geral, a elite política imperial é composta pelos grupos dominantes dos proprietários de terras, minas e comércio. Sua atuação dentro do Estado Imperial através dos escalões altos e baixos é que delimitava também a atuação desses homens e refletia sua importância no mundo burocrático. Existia uma diferença significativa entre aqueles que compunham os altos cargos e outros que ocupavam cargos menores; entre aqueles que estavam ligados diretamente com a corte e aqueles que eram governantes regionais.

Ao longo do século XIX a composição dos cargos públicos modifica-se e uma leva de profissionais liberais, principalmente advogados, começa a atuar ativamente na burocracia. Essa mudança é fundamental para compreendermos o período estudado, visto que ela continua até os finais do século e será uma via importante de propagação de novos ideais entre a elite. Nesse momento: “grande parte da burocracia, inclusive a que se fundia com a elite política, era constituída de elementos marginais à economia escravista de exportação por terem sido dela expulsos ou por não terem tido dentro dela oportunidade de emprego.”<sup>184</sup>

Assim, forma-se um grupo liberal, e alguns republicanos, dentro das instâncias imperiais. Tal grupo é de extrema importância para compreendermos o perfil dos proprietários desalinhas artificiais que já estão estabelecidos ou chegando nas terras salgadas da Baixada Fluminense ao final do século XIX. Tendo Lindenbergs, proprietário da maior e principal salina da região, como expoente de “uma Europa em que se espelha e à qual tenta se igualar: industrial e hierarquizada.”<sup>185</sup> O alemão vai inaugurar o processo de fortalecimento político-econômico dos proprietários de salinas. Os descendentes desse primeiro grupo, caracterizados por grupos de fora da lavoura exportadora, ao final do século XIX atuarão com financeirização de capitais e como profissionais liberais.

Dentro de todo o processo de avanço da industrialização sobre a região que estamos discutindo e a apropriação dos terrenos de marinha por salineiros, observamos duas frentes de atuação do cercamento das salinas. O primeiro pelas Sociedades Anônimas e outra pelos salineiros preexistentes que se valiam principalmente da relação de aforamento com o Estado.

184 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem Tardia das monarquias*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira: 2003. p.233

185 GIFFONI, José Marcello. Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p65

Entre os novos grupos dominantes que surgiam na região a figura de Leger Palmer, já vista no capítulo anterior, se destacava. Palmer já havia implantado uma rede de embarcações a vapor na Lagoa de Araruama e disputava com as famílias tradicionais locais o monopólio do transporte de sal da região, como vimos nos anúncios do Jornal do Comércio.

O investidor tenta implantar o debate em torno da ferrovia e seus benefícios para a região, sendo duramente criticado pelos grupos dominantes já existentes. Esses choques indicam que Leger Palmer fez alguns inimigos políticos dentro da Câmara. Em 28 de dezembro de 1895 Palmer pede o aforamento de um terreno de Marinha localizado em Armação dos Búzios. A câmara de Cabo Frio nega o pedido alegando que:

Nenhum benefício aque este município com a permissão do aforamento de marinhas nesta dita localidade, exactamente onde se inicião as obras da linha férrea. Concessão dada por lei deste estado e obrigada com os onus de canalização da agua e edificação de dois prédios para escola pública.<sup>186</sup>

A ferrovia, apesar dos terrenos já concedidos, só finalizou suas obras na região dos lagos no século XX. Além de ter sua rota final constantemente remanejada, não era ainda um projeto consolidado na região. A presente negação de aforamento em favor da construção da linha férrea já concessionada ao Dr. Franklin Ferreira de Sampaio, também citado no documento, exemplifica um conflito intraclasses direto entre as elites em nível regional:

A dinâmica política nacional do sistema passou por sucessivas coalizões efetuadas entre setores da elite e setores de classe. No entanto, pelo próprio fato de parte da elite estar vinculada ao estado e pelo fato de que em sua maioria provinha de setores da classe dominante, os conflitos a que davam margem as divergências eram de natureza limitada. Os conflitos que apontavam na direção de um confronto aberto interclasses passavam à margem da élite nacional e circunscreviam-se a lideranças regionais ou locais.<sup>187</sup>

O grande número de terras devolutas na região estudada durante o século XIX, facilitou o controle do Estado sobre as mesmas e consequentemente o aforamento. As salinas da família Lindemberg continuaram sendo as maiores até finais do século.

No ano anterior, os filhos de Lindemberg já tinham entrado com um pedido de requerimento de terras devolutas do patrimônio Municipal. Sendo atendidos receberam os terrenos,

186 CABOFRIO, Câmara Municipal de. Aforamento em nome de Leger Palmer. Série Documentos Avulsos. N° 545

187 CARVALHO, José Murilo de. Op.cit.p.231

exceto “ 60 metros do Litoral”.<sup>188</sup> Anexo ao mesmo ofício faz-se a seguinte observação de que “para evitar inconveniente seria melhor que fose officiados editaes.”<sup>189</sup>

O que podemos perceber é que a família Lindenberg, mesmo com a chegada de novos salineiros ainda desfrutava de um grande prestígio político na região perante a Câmara Municipal. Essa elite regional, chocava-se com a nova, mas ainda assim mantinha controle na política local aforando terras e realizando obras públicas.

No ano de 1897 Adolpho Carlos Lindenberg emite um ofício pedindo à câmara que a Câmara Municipal acerte o pagamento que deve à família do falecido Adolpho Lindenberg por ~~brasque comemorativação do Lajau~~<sup>190</sup>Em 1899 encontramos dois grandes estabelecimentos salineiros: a salina Perinas e a salina Restinga, nos nomes respectivamente de Luiz Benjamin Lindemberg e Érico da Gamma Coelho.<sup>191</sup>O primeiro é descendente do primeiro Lindemberg salineiro, o segundo é médico e consta como o principal doutor em cirurgia da Escola Nacional de Medicina do Rio de Janeiro<sup>192</sup>, reforçando assim a mudança na formação da elite local em relação às profissões liberais.

Inferir tal tese, não esvazia o sentido da burocracia imperial e sua forte dependência das rendas geradas pelos grandes proprietários rurais. O Estado era agroexportador e não podia prescindir das riquezas geradas pela monocultura escravista, e nem contrariar seus representantes. Assim, o que coexistia era o equilíbrio entre a obediência a esses setores conservadores e uma brecha para “contrariar os interesses dessa mesma agricultura quando se tornasse possível alguma coalizão com outros setores agrários”.<sup>193</sup>

Essa “*dialética da ambiguidade*”<sup>194</sup>estava não só personificada nos servidores públicos imperiais, também estava nas instituições e nas pautas do dia. O Segundo Reinado é marcado por essas ambiguidades, que consequentemente levarão a seus últimos suspiros e ao início da República. Essa ficção da governança, para Carvalho sempre existiu e torna-se mais explícita com os anos finais da monarquia e inciais da República.

188 CABO FRIO, Câmara Municipal de. Pedido de aforamento por Lindenberg. 10 de Abril de 1896. Série Documentos Avulsos.Nº48.

189 Idem

190 CABO FRIO, Câmara Municipal de. Pedido de pagamento pelo filho do falecido Adolpho Lindenberg. 12 de Janeiro de 1897. Série Documentos Avulsos.Nº92.

191 CABO FRIO, 1899. Série Documentos Avulsos.Nº276

192 Almanak Laemmert: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro.1895.p1463

193 CARVALHO,José Murilo de. Op.cit.p.233

194 Termo utilizado por José Murilo de Carvalho para explicar a lógica das instituições e seus agentes Imperiais. Para mais ver:CARVALHO,José Murilo de.Op.cit.

Se de um lado existia um Estado forte e concentrado; do outro existia ineficácia de se atuar até nas Províncias. Era um total descompasso com a realidade social do país composto por “Uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização.”<sup>195</sup>

As elites dos anos finais do Império estenderam seus costumes sociais e ações políticas até os anos iniciais do regime republicano. A elite política muitas vezes se confundia com o alto escalão burocrático do Império, tendo assim uma certa homogeneidade entre essa classe dominante em questões mais gerais da política nacional.<sup>196</sup>Porém, essa unidade não é estan- que, ela tem nuances e é

composta de alianças que podem ser desfeitas e ter divergências in- traclasse, como as que podemos ver nas baixadas salgadas do século XIX.

A virada republicana em 1889 vai trazer características vindas do Império para a constituição da elite Republicana. Como as mudanças de mentalidade e das ações humanas não se modificam do dia para a noite, como as leis, essas alterações na elite dos anos finais do Império já seriam o prenúncio de como os Republicanos se comportariam. Formando-se uma elite, para Carvalho, muito mais representativa e provinciana devido ao federalismo.

O Rio de Janeiro, e demais estados como São Paulo e Minas Gerais, se destacavam nesse novo jogo de poder por ter estruturas partidárias mais sólidas. Para o autor, a política republicana tinha mais a cara da política real do Brasil, era então menos falseteada como a dos salões imperiais. Novas questões relacionadas à representatividade estavam surgindo, logo, era necessário se forjar uma nova elite que não surgiria do dia paranoite:

Os interesses regionais e de classes tinham acesso muito mais direto ao centro do poder. Em consequência, o Estado republicano seria também mais liberal do que imperial, embora não mais democrático, pois a maior representatividade da elite faria com que a dominação social se refletisse com mais crueza na esfera política.<sup>197</sup>

Todo esse jogo político pela produção e escoamento do sal no entorno da Lagoa de Araruama já anunciava a cara das elites locais republicanas no início do regime. Os embates políticos, o avanço tecnológico e a chegada da estrada de ferro na região aumentarão a extensão de terras de marinha ocupadas por salinas construindo a paisagem local mais conhecida

---

195 CARVALHO, José Murilo de. Op.cit.p.417

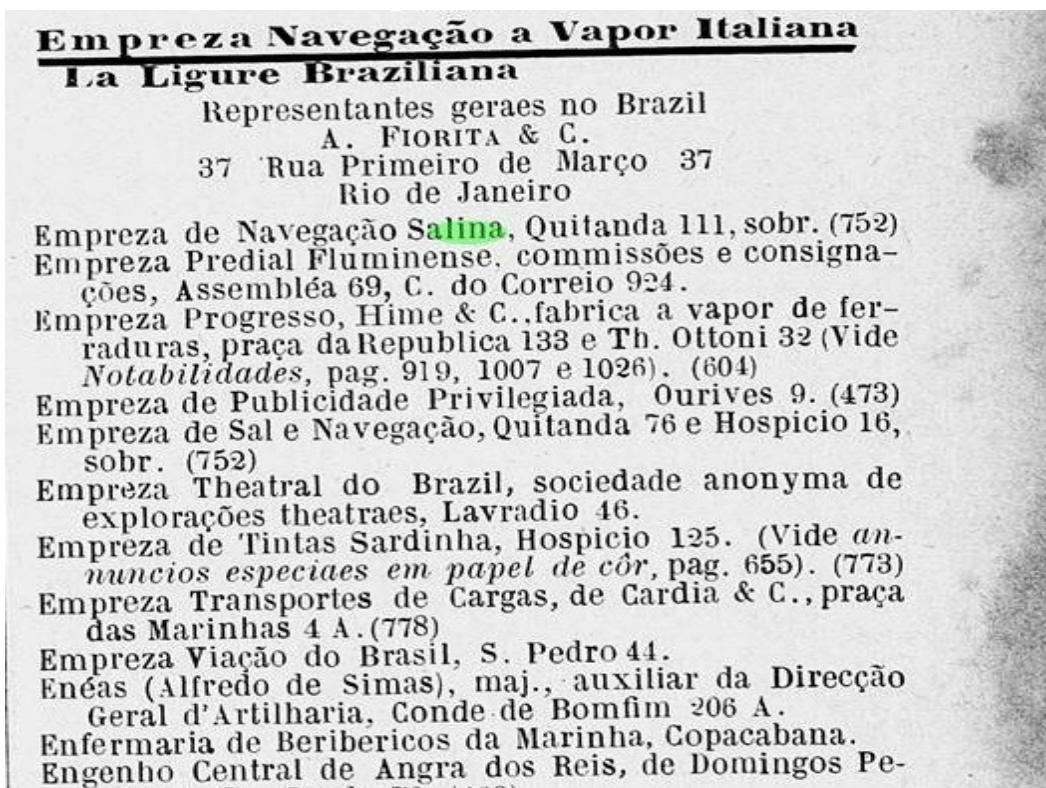
196 CARVALHO, José Murilo de. Op.cit.

197 CARVALHO, José Murilo de. Op.cit.p.235

do século XX. É justamente nesse início de século e de República que novos produtores de sal irão se instalar na região e a produção crescerá, configurando uma das principais indústrias do país.

Em 1903 já é possível identificar um número maior de salinas<sup>198artificiais e conseguimos identificar</sup> pelo menos 5 de seus donos. Também observamos a expansão desses salineiros fluminenses para outros estados da Federação, como Oswaldo Lindemberg que no mesmo ano abre dois estabelecimentos de sal em Caravelas, na Bahia. A documentação nesse período também ajuda a pesquisa, visto que é extensa. Junto com as salinas, os anúncios de navegação por cabotagem (ou navegação salina) também aumentam, assim como as empresas que as gerem.

Figura 20 -Anúncio da empresa de navegação salina



Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1903

Trazer esses dados de 1903 nos mostra que percorremos um longo caminho até aqui. O século XX mostra-se como o momento de auge dos resultados que foram plantados institucionalmente e pelas elites há, pelo menos, trinta anos antes. Para se olhar esse período é preciso

adentrar em questões de imigração, principalmente a portuguesa, trazendo mais complexidade a quem eram os donos e os trabalhadores dessas novas salinas. Assim inaugura-se um novo tempo para a salicultura fluminense que irá se estender até meados do novo século.

As máquinas de evaporação do sal ou para retirar a umidade não foram totalmente incorporadas à produção fluminense. Dentre todas as invenções da Lidgerwood Co; Bezerra e Haas, Jules Geraud e tantos outros inventores independentes, apenas a bomba de sucção de água a vapor foi sendo lentamente incorporada para a retirada da água da Lagoa. A evaporação natural por meio do sol feita em tanques expostos e os moinhos de vento ainda predominaram nas salinas artificiais até o século seguinte.

Não podemos afirmar sobre a produção em Mossoró no Rio Grande do Norte em relação à absorção dessa tecnologia nas salinas. Além de não termos fontes, também não é o recorte dessa pesquisa, mas certamente a diferença de continuidade da produção entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte ao longo do tempo é notável e pode se explicar no século seguinte. Por ora, o que tentamos foi compreender o discurso industrializante que cercava o mercado interno e o início da ocupação dos terrenos de marinha na região dos lagos fluminense, na perspectiva de trazer à luz as questões referentes ao abastecimento interno, tendo como referência o sal produzido na Baixada Litorânea Fluminense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda metade do século XIX trouxe para as terras salgadas da Lagoa de Araruama uma nova dinâmica para a extração do sal com a formação de novas salinas artificiais. Esses novos empreendimentos foram construídos, principalmente, pela associação de capitais por acionistas através das Sociedades Anônimas. Destacamos aqui a trajetória da Sociedade Anônima Salina Nacional que investiu em terras fluminenses.

Essa iniciativa de ocupação das terras salgadas não era novidade na Região dos Lagos. Já na década de 1840 observamos esforços para a construção de salinas artificiais pelo Presidente de Província do Rio de Janeiro. Os anos de 1880 e 1890 revelam novos interesses na modernização da região através de uma nova lógica liberal, pós escravista e Republicana. A necessidade de se fomentar a pré-indústria fluminense de então, surge dos gérmenes deixados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e seu nacionalismo econômico, que já destacava a necessidade de se ocupar de forma lucrativa a restinga.

Através dos periódicos da época, pudemos perceber que as Sociedades Anônimas e Companhias traziam novos componentes para o ideal de avanço da industrialização nacional propagado desde o início do século pela SAIN. Esse pensamento mais a internacionalização do capital, empurravam a agricultura e a manufatura para o caminho do progresso nos moldes das civilizações industriais europeias.

A conjuntura oitocentista brasileira também mostrou-se como um terreno fértil para todas essas mudanças, a crise e o posterior fim da escravidão, a proclamação da República e a política de Encilhamento forjaram uma nova elite com aspectos de burguesia.

No mesmo modelo de importações e créditos, surgem as empresas e companhias responsáveis pela importação de maquinários para o Brasil. Assim, a chegada de máquinas nos portos do rio transformavam o século XIX no século das maravilhas para uns e do início de novos problemas pra outros. Todas as empresas trabalhadas aqui eram dirigidas por estrangeiros, consolidando os interesses das elites nacionais e de instituições como a SAIN em integrar o Brasil nas novas ondas desenvolvimentistas internacionais.

Mesmo diante de todas essas mudanças, até a década de 1870 a dinâmica comercial que envolvia manufaturas ainda não configura uma indústria, e sim uma pré-indústria. Esse termo é cunhado levando em consideração o gérmen da industrialização que ainda lutava em dar frutos, e que ficava explícito nos discursos da SAIN: era preciso modernizar a manufatura

e a grande lavoura, mas sem a criação de indústrias de base para manter a dependência das importações, principalmente das inglesas.

A conjuntura internacional da industrialização no século XIX permitiu que a Inglaterra deixasse de ser a oficina do mundo. As décadas de 1880 e 1890 são marcadas pela crescente industrialização de outros países e pelo investimento estrangeiro nas lavouras e manufaturas tropicais. Nesse último caso insere-se o Brasil, que buscava apostar na agro exportação da sua principal lavoura, a do café.

O imperialismo inglês fica explícito na atuação indireta em torno do fim da escravidão e em todas as leis referentes a esse processo lançadas. Aliado a essa grande política encontramos a introdução cada vez mais frequente de maquinários, inventos e estudos estrangeiros na agenda científica e política brasileira. A mudança da legislação de patentes em 1882 e fortemente defendida e debatida pela SAIN nos revela o interesse em tornar o país um importador de tecnologia para o crescimento da agro exportação. Porém, como mercado externo e interno estão interligados historicamente, as manufaturas internas também não passaram alheias a esse processo.

A SAIN, como uma sociedade literária e científica era totalmente cooptada pelo Estado Imperial, e mesmo após seu declínio com a República, já tinha fomentado ao longo do século um forte discurso modernizador pautado no higienismo e racionalismo do século XIX. Logo, não cabia mais o usufruto natural da terra do que dela provinha, estava então lançada a racionalização da produção como projeto político. Assim como proteger as salinas do usufruto livre e “descomedido” de um povo, que esses homens industriais julgavam, a sua época, ignorantes.

Essa lógica produtiva encaixava-se com o projeto político das elites. Através da dominação da natureza e da institucionalização da ciência, colocou-se como atrasada toda a forma de usufruto natural e ancestral dos usos do solo e de seus recursos pelo povo. O que podemos perceber é o cerceamento progressivo das terras salgadas da Baixada e do sal, produtos que sempre estiveram naturalmente à disposição da população pobre local. Inferimos aqui que inicia-se uma nova forma de relação entre o homem e a natureza mediado pelo capitalismo internacional e suas regras.

O aparato ideológico dessa nova necessidade de industrialização e modernidade centrava-se, principalmente, na imprensa que tinha ligações diretas com as Sociedades de Pesquisa e de comércio. Esse discurso e seus veículos não se forjaram sozinhos, na verdade, am-

bos são frutos da experiência de uma classe hegemônica detentora do poder político e econômico e que, nesse momento, procurava deter mais meios de produção. Incentivar pesquisas, investir ações em companhias, conseguir concessões de terras e privilégios era o jogo econômico e político dos homens considerados industriais. É também o processo histórico pelo qual se forja o discurso científico e depois opacional.

Nesse sentido, opondo o Arcaico e o Moderno, o passado e o futuro, a classe hegemônica tentava colocar o Brasil nos trilhos da nova conjuntura internacional do capitalismo e das suas formas de produzir e circular o dinheiro. Essa preocupação relacionava-se diretamente com a dinâmica da produção nos setores primários.

Em termos de mercado interno, os grupos que possuíam as terras e controlavam os fluxos de mercadorias podem ser caracterizados como uma elite regional que não estava inserida na grande lavoura exportadora; mas ainda assim mantinha uma complementariedade política aos grandes produtores de café através de suas disputas intraclassem nível local. Essa lógica imperial da grande política nacional contra a pequena política local será modificada com a República. Em suma, o que podemos perceber nos dez primeiros anos do novo regime é essa modificação lenta e gradual, onde as questões políticas ficam mais concentradas em nível regional.

A fronteira fechada com grande quantidade de terras devolutas na Região dos Lagos Fluminense facilitou que através de aforamentos e investimentos privados grupos com novas características dominassem a posse das terras de marinha. Sociedades anônimas com novas lógicas de crédito e capital trazem também uma nova forma de organização de senhores da terra, ou de elites, mais internacionalizadas nos moldes burgueses. O que não deixa de restringir a sua atuação na localidade estudada.

Outro grupo importante trabalhado ao longo do terceiro capítulo foi o dos profissionais liberais que já demonstrava significativo crescimento na política imperial em seus anos finais. Em nosso caso específico, são grupos que ainda estão por chegar nas terras salgadas, mas que já possuem companhias com o interesse de modernizar a produção salineira nacional. Podemos concluir que sua entrada na restinga dá-se no início do século XX, e o que observamos aqui foi a consolidação desses grupos e empresas dirigidos por advogados e engenheiros.

Procuramos dividir a nossa análise entre as dinâmicas do mercado interno brasileiro e os grandes fluxos e debates internacionais. Longe de opor mercado externo e mercado interno ressaltamos aqui a noção de complementariedade desses dois setores econômicos. Principal-

mente quando falamos do sal e das novas dinâmicas de sua circulação, e aumento de produção conforme vamos avançando no século XIX.

Mesmo com todo o discurso científico das instituições em busca de uma modernização de todos os setores produtivos nacionais, o que pudemos perceber foi a implantação de maquinários e insumos nos setores agroexportadores da época como o café, deixando setores do mercado interno ainda sendo produtivos de maneira mais simples.

Se olharmos essa afirmativa como os desenvolvimentistas do final do século XIX ficaríamos insatisfeitos. Porém, a liberdade de desenvolvimento das manufaturas voltadas ao mercado interno, por ter sido mais lenta também propiciou a manutenção de algumas tradições. Podemos usar como exemplo a produção da farinha de mandioca que voltada apenas ao mercado interno manteve seu processo de preparo nos engenhos por séculos sofrendo pequenas ou quase nenhuma alterações.

Esse debate também é o fio condutor para o processo de patrimonialização das salinas na região, que é um debate recente mas que está acontecendo constantemente na Região dos Lagos. O uso de moinhos ainda no século XX, constituiu uma paisagem própria local que os morados da região reclamam como patrimônio. Infelizmente esse assunto ainda depende da vontade política de governos e o projeto do Museu do Sal ainda não saiu do papel.<sup>199</sup>

O sal como alimento indispensável para os humanos e para o gado tinha fluxos contínuos de produção e dispersão para a Corte através do sistema de cabotagem. A necessidade desse produto deixou a sua produção fluminense não tão a margem do setor agroexportador em termos de tecnologia, sendo algumas melhorias adotadas pelos salineiros da região. A busca pela modernização da produção interna salineira caminham no sentido de se reduzir a importação de um produto abundante em território nacional.

Os complexos evaporadores e máquinas de tirar a umidade do sal recém-coletado não foram implementados nas salinas da região dos Lagos Fluminense durante o século XIX. A única tecnologia complexa utilizada por algumas salinas foi o sistema de bombeamento da água movida a alguma energia; muitos ainda usavam o sistema de moinhos. O processo de evaporação natural nos tanques ao ar livre ainda foi o mais utilizado pelos produtores até meados do século XX.

---

<sup>199</sup> Para mais sobre o debate de patrimonialização ier:JOÃO,Cristiane Ramos Vianna. TERRA DO SAL: Projeto de um museu de sal em Praia Seca, Araruama-RJ. Rio de Janeiro:FGV,2012.(Dissertação de Mestrado)

A não incorporação das tecnologias estudadas aqui e pautadas ao longo desse trabalho não significam um fim em si mesmo. Sugerem que um gérmen de modernização daquela atividade foi deixado no local, porém as suas limitações enquanto mercado interno não permitiram uma adoção em larga escala do que se produzia e fabricava de mais recente em termos de máquinas.

Outro fator, agora de cunho ambiental, que podemos relacionar com a manutenção de uma produção com menos máquinas são as próprias condições climáticas da região. O sol durante o ano inteiro e muitos ventos são atividades naturais que os salineiros não hesitaram em utilizar. Entre adquirir maquinários e pagar pela sua manutenção, sairia muito mais lucrativo permitir que a natureza realizasse o seu trabalho de forma gratuita. Estudos sobre a abundância do sal devido à salinidade das águas da região combinadas a esses fatores de clima existem em profusão, e os homens do século XIX já se utilizavam disso de uma forma produtiva.

Deste modo torna-se importante destacar que a modernização que chegou às terras salgadas do entorno da Lagoa de Araruama na segunda metade do século XIX, está mais relacionada aos usos dados à terra do que as máquinas em si. A chegada de novos grupos interessados no cercamento das salinas naturais para a produção e comercialização em larga escala revelam novos tempos de grandes transformações em relação à terra e ao trabalho, especialmente para os moradores locais.

A exploração da salicultura constituiu-se primeiramente como uma ideia. Investiu-se dinheiro nessa ideia através das sociedades anônimas antes mesmo de se ver o sal produzido. Antes de se ocupar a terra salgada, travou-se uma batalha invisível de números e ações bancárias que existiam apenas no mundo abstrato da financeirização capitalista. Esse processo é quase uma luta contra moinhos, desta vez não de vento, mas de sal. Sal esse antes disponível na beira da Lagoa, que vai sendo paulatinamente transformado em produto comercial, cercado e fortemente higienizado.

Os trabalhadores cativos e livres aparecem pouco em nossa narrativa, menos do que gostaríamos, mas a sua investigação para essa região torna-se muito complicada conforme recuamos no tempo. A existência de poucos registros da população local é um obstáculo, além da dispersão da escassa documentação existente.

As poucas fontes também nos mostram uma análise limitada sobre o tipo de mão-de-obra empregado nas salinas. O que podemos concluir dos poucos relatos acerca das mãos que trabalhavam o sal é a visão das elites sobre esses homens. Em um contexto mais amplo e naci-

onal observamos os esforços de uma elite letrada em ensinar cativos e livres a manejar as máquinas que chegavam às manufaturas. A maquinofatura vai trazer novas formas de relações sociais tendo a racionalização do trabalho como projeto político. Daí o forte interesse na construção de escolas agrícolas onde o manuseio de máquinas agrícolas era uma disciplina lecionada.

Como a absorção de máquinas no Rio de Janeiro salineiro foi reduzida, acreditamos que as estruturas de trabalho não tenham sido muito modificadas. Sendo o maior e principal impacto sobre a população local, composta pela maioria de homens livres e pobres, o primeiro cercamento das salinas naturais.

Todo esse processo esmiuçado ao longo de todo o trabalho é acompanhado em sua escala macro, pelo processo de industrialização europeu e todo o discurso modernizante do final do século. Personificado em diversas instituições, esse discurso buscou mecanizar e modernizar não só a grande lavoura exportadora, mas também toda a manufatura do país. Sendo a salicultura uma das principais atividades fluminenses do mercado interno ela estava inclusa nessas mudanças.

Desde a consolidação da exploração salineira com a primeira salina artificial de grande porte em 1850, até a virada do século em 1900 o entorno da Lagoa de Araruama viu seus estabelecimentos salineiros crescerem e a relação dos homens com a terra salgada modificar-se. Assim, concluímos então que o início da industrialização da salicultura tem seu início, mais precisamente, na década de 1880. Liderado por uma nova elite que atuava economicamente nos moldes burgueses internacionais, muitas vezes fora da grande lavoura exportadora mas aplicando recursos nos mais diversos setores internos.

Doravante seguimos com uma maior compreensão da complementaridade entre produção interna e produção agroexportadora muito mais concreta e aplicada a uma região específica. O ano de 1900 como marco temporal final dessa dissertação delimita novos momentos históricos que precisam ser investigados com mais cuidado.

O início do século XX e a progressiva mudança dentro dos governos republicanos vão configurar um novo momento para a produção salineira na restinga fluminense. Novas levas de imigrantes portugueses, vindos de regiões que também produziam sal, aumentam o número das salinas artificiais e as dividem em espaços menores onde o controle é mais fácil e a mão de obra é basicamente familiar e contratada sazonalmente. Araruama, mais especificamente Praia Seca, e Cabo Frio, antes de emancipar São Pedro da Aldeia, agora delimitadas municipalmen-

te saem na dianteira da produção de sal. São novos tempos para a Região, embalados pelo agitado século XX.:

“Os primeiros anos do século XX marcaram o incremento das áreas de extração a partir da vinda de salineiros portugueses da região do Aveiro e de Figueira da Foz, que asseguraram novos métodos de evaporação e cristalização solar nas salinas do litoral fluminense. Na verdade, essa imigração acelerou-se em função da Primeira Guerra Mundial, pela dificuldade na comercialização do sal português na Europa. Havia outros motivos para sustentar esse afã português pelas áreas de salinas, uma vez que, desde 1895, o sal fluminense já havia tomado impulso na produção para atender o mercado interno, animado pela suspensão da cabotagem estrangeira e pela imposição de tarifas protecionistas, em 1902. O ímpeto da atividade salineira fluminense fazia-se sentir pela experiência de salineiros portugueses ao colocarem em prática técnicas inovadoras de extração do sal, desconhecidas pela indústria extrativa local, contribuindo para o aumento dos níveis de produtividade.”<sup>200</sup>

Os anos de 1930 e 1950 vão anunciar o auge da produção salineira e a instalação da Refinaria Nacional do Sal – RNS e a criação da Companhia Nacional de Álcalis – CNA, todas localizadas em Cabo Frio. Novas elites locais surgem com o aumento da produção, os fluxos imigratórios para a região aumentam trazendo trabalhadores para as salinas. Esse ciclo de ouro do sal ainda deixou sobreviventes que precisam e devem ser ouvidos. Encerro esse trabalho colhendo a indicação de novoshorizontes.

Todo o caminho percorrido até aqui, na transição da pré-indústria fluminense para o período industrial brasileiro nos deixa vestígios de um passado que permanece contínuo em cada tanque tomado pela vegetação, em cada moinho quebrado que beira a Lagoa. A decadência da produção salineira na Região dos Lagos fluminense veio na década de 1970, poucos anos após o seu apogeu. Muitas questões ainda ficam em aberto mesmo após a conclusão desse trabalho.

O protocolo nos exige que as perguntas sejam feitas no início do trabalho, como uma introdução ao problema de pesquisa mas deixo aqui ainda inquietações e questionamentos acerca do avanço da produção do Rio Grande do Norte, que atualmente é a maior do país, e em relação aos motivos do declínio da produção no Rio de Janeiro. Me parece que essas respostas estão situadas em outro espaço geográfico e em outro tempo, respectivamente.

Fechadas essas considerações finais com (muitas) questões futuras a resolver, esperamos aqui ter ajudado a elucidar alguns aspectos do panorama nacional e internacional oito-

---

200 PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos, História e Região: inovação e industrialização na economia salineira fluminense. IN: Revista de História Regional. Vol.15, nº 2, 2010.p.188

centista. E principalmente olhar com mais atenção para a região dos Lagos Fluminense. Saio desse trabalho exatamente como entrei: instigada a pesquisar mais sobre essa região cheia de segredos tão antigos quanto a formação de suas lagunas.

Ao final das Referências Bibliográficas, deixo um anexo com informação sobre alguns Privilégios Industriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Inês. **Monopólio e concorrência: A “roda do sal” de Setúbal (Portugal) e as rotas internacionais (Segunda metade do século XVII a inícios do de XIX).** In: Anais do evento “A articulação do sal Português aos circuitos mundiais, antigos e novos consumos.” 2006, Portugal.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Palas Atenas.** Tese de Doutorado apresentada no Programa de PósGraduação em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia (PHCTE), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BEAUCLAIR, Geraldo. **Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860.** Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992.

BEAUCLAIR, Geraldo. **Sol sobre o sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama.** In: À margem – Revista de Ciências Humanas, Ano I, nº1, Janeiro de 1993.

CABELLO, Andrea Felippe ; PÓVOA, Luciano M. Costa. **Análise econômica da primeira lei de patentes brasileira.** Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.4, out.-dez. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem/Teatro das sombras.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira: 2003.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo** In: Revista Mana. vol.10 no.2. Rio de Janeiro. 2004

ELLIS, Miriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1853).** São Paulo, USP, 1955

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação socio-lógica.** 5º ed. São Paulo. Editora Globo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Paris, 1970

FRAGOSO, João Luís. **Economia Brasileira no século XIX: mais que uma plantation escravista-exportadora.** In: LINHARES, Maria Yedda.(org.) **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Cix- Brasileira , 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho.**Homens livres na ordem escravocrata.**4 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GARCIA, Graciela.**História Regional e as escalas sobre o espaço: uma tentativa de desnaturalizar o evidente.**In: SOIHET, Elena e MARTINS, Mônica (orgs). Encontros entre Economia e História. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p. 43-60.

GIFFONI, José Marcello.**Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850).** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

GRANER, Maria Paula.**A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920.** 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

HOBSBAWM, E. J.**Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.**Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 5<sup>a</sup> edição, 2000.

JOÃO, Cristiane Ramos Vianna.**TERRA DO SAL: Projeto de um museu do sal em Praia Seca, Araruama – RJ.**Rio de Janeiro: FGV, 2012. (Dissertação de Mestrado)

LAMEGO, Alberto R.**O homem e a restinga.**Rio de Janeiro : IBGE, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira)

LINHARES, Maria Yedda Leite.**História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918).** Brasília, BINAGRI, 1979.

MARGARIT, Eduardo.**O Resgate da História de uma ferrovia nas escolas da Região dos Lagos Fluminense.**

MATTOS, Hebe.**Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.**São Paulo, Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de.**O tempo Saquarema: formação do Estado Imperial.**Ed. Hucitec, 5<sup>o</sup> edição, São Paulo, 2004.

MINTZ W. Sidney.**O poder amargo do açúcar.**Editora UFPE. 2<sup>o</sup> Ed. Pernambuco, 2016.

MINTZ W. Sidney.**O poder do doce e a doçura do poder.**In: CLIO – Revista de Pesquisa histórica. n°22, 2004.

MONTEIRO, John Manuel.**Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII.**In: Revista Tempo. Niterói, v. 4, n° 8, pp. 1-14, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Meneses.**Proprietários de terra e arrendatários-escravistas em uma região produtora de gêneros alimentícios (São Gonçalo – 1808-1892).**In: Revista Arrabaldes. Ano I, n° 2, set./dez. 1988.

PARGENDLER, Mariana. **Cinco mitos sobre a história das sociedades anônimas no Brasil.** Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **História e Região: inovação e industrialização na economia salineira fluminense.** IN: Revista de História Regional. Vol. 15, nº 2, 2010.

RAVEL, Jacques. **História ao Rés-do-chão.** In: LEVI, Giovanni. Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Luíza Sabino de. **Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina** in: REBELA. Revista brasileira de estudos Latino Americanos. V.7, n.3, set/dez. 2017

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama.** Araruama: Álvaro Pereira Editores, 1998.

VITORINO, Arthur José Renda. RIZZI, Diego Danilo. **O Mercado Interno na América Portuguesa: “Exclusivo” Metropolitano do Comércio Colonial e os “Descaminhos do Sal” na Capitania de São Paulo na Primeira Metade do Século XVIII.** In: Est. Econ., São Paulo, vol. 42, n.4, p. 827-856, out.-dez. 2012.

PINHEIRO, Herivelto Bravo. **Raízes de minha terra.** Saquarema, Tupy comunicações, 2008.

SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877.** Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

## **Fontes Primárias**

Aforamentos de terras em Cabo Frio.

Disponível: Acervo histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio

Atas de recolhimento de imposto das salinas

Disponível: Acervo histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

Disponível:<http://hemerotecadigital.bn.gov.br/>

Decretos e Leis do Senado. Coleção Leis do Brasil.

Disponível em:<http://legis.senado.gov.br/legislacao>

Jornal do Commercio. Anos 1845 a 1900.

Disponível:<http://hemerotecadigital.bn.gov.br/>

O Auxiliador da Indústria Nacional.

Disponível: Acervo do IHGB. Sala de Leitura.

Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis: Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Rio de Janeiro. *Caminhos do Ouro, Café, Açúcar e Sal*. INEPAC, 2004.

Disponível:[http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/pesq/00\\_pesquisahistorica\\_full.pdf](http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/pesq/00_pesquisahistorica_full.pdf)

Processos Judiciais, século XIX.

Disponível em: Arquivo Nacional, sessão do Acervo Judicial.

Revista do Agricultor.

Disponível:<http://hemerotecadigital.bn.gov.br/>

## **ANEXO 1 – Trecho da entrevista com José Maria Mattos, proprietário da Salina Santa Clara em Praia Seca – RJ.**

Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2017, no município de São Pedro da Aldeia.

**Entrevistadora:**Seu José Maria, pensando em um tempo histórico, desde 1911 quando seu avô trabalhava nessas salinas até o momento atual, existiu um período auge que pode ser caracterizado pela alta produtividade do sal?

**José Maria:**A produção sempre foi mais ou menos a mesma. Mas tinha a questão do consumo do sal. Houve um período, que eu me recordo, de 1950 a 1970 onde estávamos no auge da produção. O que se fazia, se vendia. Depois entramos em uma crise. Começou a entrar sal de outras regiões. Aqui no Brasil sempre tivemos o sal vindo do Nordeste, que vinha inclusive pra cá (Região dos Lagos) e vinha de barco, pois não tinha transporte rodoviário. De um tempo pra cá, com o crescimento do transporte rodoviário os caminhões vão cheios de mercadoria pro norte e trazem o sal pra cá. Isso começou a prejudicar a nossa área, pois eram concorrentes que estavam entrando. Então a produção começou a decair, atualmente tem vindo muito sal do Chile pra cá. Aí o nosso sal foi acabando.

As salinas tiveram que acabar porque a gente tá vendendo o sal aqui por tonelada. Imagina quanto é uma tonelada de sal grosso atualmente.

**E:**Não, sei. 500 reais?

**JM:**70 reais. Esse tem sido o preço de uma tonelada de sal. O empregado leva no mínimo R\$ 80,00; pois é um serviço bruto e insalubre. É um trabalho no sol o tempo inteiro e ele quer ganhar melhor. Quer ganhar a insalubridade, e é um serviço que tem que se pagar. Mas a produção tem que se vender por 70, pagar imposto e etc. Então esse valor cai bastante. Então não temos mais como continuar.

**E:** Então a produção do sal manteve-se estável ao longo desses anos, mas a capacidade comercial de venda é que diminuiu?

**JM:**Exatamente. Hoje nós dependemos da refinaria Sal Cisne que compra na região. Tinha a Álcalis e a Perynas que fecharam, então ficou só a refinaria Cisne.

**E:**A álcalis comprava sal também?

**JM:**Teve uma época que comprava. Era pra uso interno, pra fazer barilha. Essas outras refinam o sal para ser sal de mesa. Esse sal grosso aqui é mais usado para a pecuária. Atualmente, ano passado e esse ano, eles andaram comprando o nosso sal. Porque andou uma época que o sal tava todo vindo de fora, e as refinarias não compravam mais o nosso sal. Agora eles voltaram a comprar o sal da região. O pessoal daqui tá mais ou menos animado, mas só estão animados os que ainda tem salina. Mas também é uma animação que não vale a pena. Aqui por exemplo, tenho essa salina e a refinaria tá comprando o sal, mas não compensa vender pelo preço que pagam.

## ANEXO 2 – Privilégios Industriais

**Privilégio Industrial:** 9.081

**Autor(es):** LIDGERWOOD MG. CO. LTD.

**Requerente(s):** LIDGERWOOD, W. Vail (PROC)

**Título:** Descrição Moinho e secador UNIVERSAL de sal. Relatório(s) Rio de Janeiro, 16/09/1889

*“Descrição do Moinho e secador universal*

*O sal importado no Brasil vem quase todo em cristaes ou em pedras mais ou menos humidas, e neste estado é muito impróprio para o uso doméstico e mais antieconómico nas industrias de carnes salgadas e outras semelhantes.*

*Até hoje vem-se empregado moinhos de pedra, moinhos deferroe outros materiaes, todos reduzindo as pedras dos cristaes por meio do esmagamento entre dois corpos duros, por este sistema os cristaes ficão inteiramente destruhidos e em virtude da agua de crystalhisação e da humidade do ar obtem-se uma massa humida desagradavel à vista e ao tato, e de difficult manejo. Pela Machina que apresentamos ficão interiamente eliminados estes graves cinconvenientes do antigo sistema, obtendo-se em uma só operação sal secco, em cristaes muito finos, iguaes e em muitos casos superiores em vista aos saes chamados refinados.*

*Em logar de moer o sal entre dous corpos duros, reduzimos este por choques sucessivos e alternativos de cada lado de seus cristaes, ficando de um lado uma barra deferroou de outra substância dura e de outroladdo a resistência formada pelo ar que se acha no apparelho e pela inercia da materia a reduzir augmentada pelo choque que acaba de receber do outrolado pelo batedor inferior assim pois é o sal reduzido pelo choque e a máquina o deixa em estado muito mais perfeito porque cada crystal conserva a sua structura crystalina, dando uma apparencia mais brilhante e ficando menos hygrometrico do que pelo outro sistema.*

*Acontece ainda que pela velocidade do apparelho, o ar que penetra no mesmo pelas repetidas pancadas dos batedores adquire notavel augmento de temperatura que atuado sobre as particulas humidas reduzidas em poeira pelos batedores absorve a humidade deixando o sal perfeitamente seco e por assim dizer arenoso.*

*Comprehendendo que o assucar e toda a materia crystalizada ou não, humida ou seca, pode ser reduzida da mesma maneira.*

*Tendo assim demonstrado as vantagens e a utilidade do novo invento, procedemos a descrição dos meios empregados para alcançar este resultado e apresentamos em anexo o desenho explicativo.*

*Pelo mesmo vemos que a machina consiste especialmente de dous discos de ferro ou metal, cada um guarecido com duas ou mais ordens circulares de batedores (o desenho mostra quatro ordens em cada disco sendo os batedores de forma quadrada) de qualquer secção quadrada, circular, triangular etc.*

*Estes batedores poderão ser collocados a qualquer distância, porém a pratica nos tem mostrado a vantagem de collocá-los, como no desenho, mais afastados uns dos outros na parte central, onde entra a materia a reduzir, sendo mais apertados nas circunferencias exteriores, encontrando assim o material a reduzir maior somma de contatos a medida que as partículas ficassem menores.*

*Estes dous discos são montados sobre dous eixos com os competentes macaes, de tal fórmaco que os batedores de um destes trabalhão dentro dos espaços deixados pelos batedores do outro disco, e com estes trabalhão em direcções circulares e oppostas, toda a materia introduzida entre os dous e que a força centriuga impelle para o exterior vem pôr-se em contato forçado com os batedores dos dous discos, recebendo, pois, pancadas de um e outro lado alternativamente até ser expelida em estado de maior ou menor subdivisão determinado pela dureza da materia e velocidade da machina.*

*O sal, o assucar ou qualquer outra materia é introduzida na machina por meio do chamador indicado no desenho e, ao que sendo preciso se aquecerá ou secar-se-ha artificialmente é introduzido por aberturas semelhantes as do chamarão praticadas, no outro disco, podendo ainda ser aumentado fazendo-se os eixos oscos.*

*A materia subdividida recebe-se em caixão ou quarto apropriado, e o ar humido expelido do aparelho poderá ser dirigido directamente para o exterior ou bem para um quarto ou divisão especial onde pela condensação poderá recolher as partículas em suspensão.*

*E tendo assim descripto e mostrado a utilidade de nosso invento pedimos respeitosamente o privilégio exclusivo de fabricar, importar e fazer uma machina no Brazil, como fica descripto, e suas dependências durante 15 annos.*

*Rio de Janeiro, 10 de setembro de*

*1889. Vail Lidgerwood*

***POR PROCURAÇÃO DA LIDGERWOOD MANUFACTURING COMPANY, LIMITED***

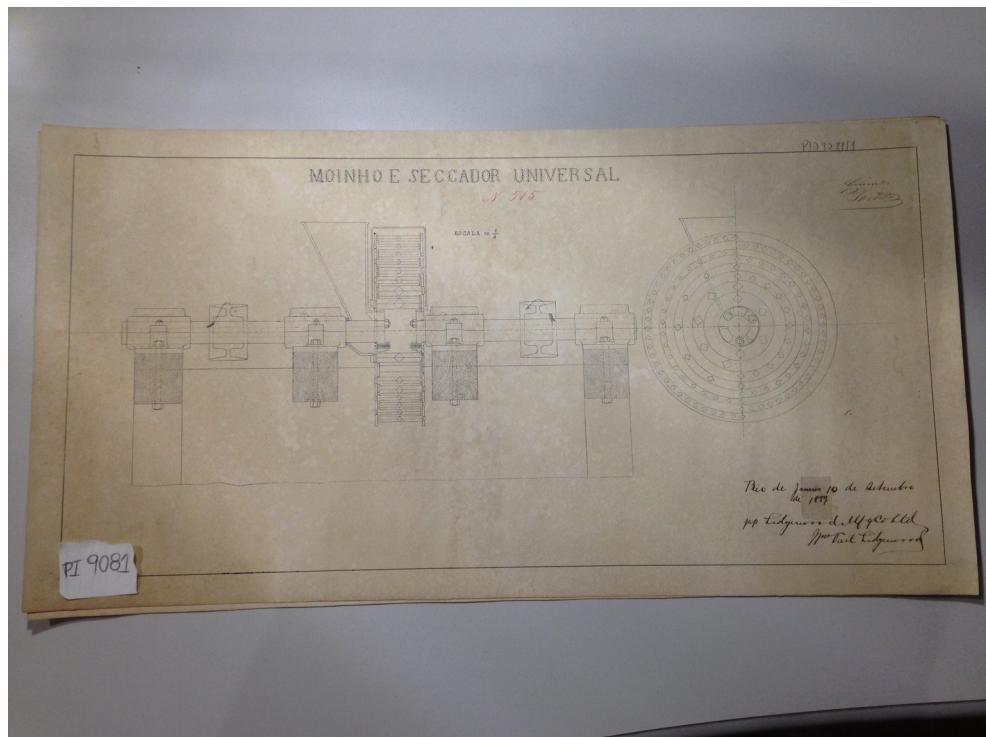
*O nosso invento se caracteriza:*

*a- os batedores são de secção quadrangular e não cylindrica permitindo assim effectuar-se a redução a pó melhor por serem mais fortes os choques.*

b- Os batedores guardão entre si uma distancia progressivamente decrescente do centro do aparelho à periferia.

c- Os eixos sobre os quaes move-se respectivamente cada ordem de batedores são perfurados em todo o seu comprimento.

RIO DE JANEIRO 21 DE JANEIRO DE 1900."



Desenho do aparelho denominado Moinho e Secador Universal

### Privilégio

Industrial: 8482 Autor(es): BEZERRA  
& HAAS Requerente(s): BEZERRA  
& HAAS

Título: Descrição Processo para evaporação econômica e rápida da água salgada, calda de açúcar e de qualquer outro líquido de que se pretenda extrair os conteúdos sólidos- PROCESSO EVAPORADOR A AR LIVRE BEZERRA E HAAS. Relatório(s) Rio de Janeiro, 21/01/1899

"Relatório de um (?) para evaporação econômica e rápida da água salgada, (?) e de qualquer outro líquido de que se pretenda extrair os conteúdos sólidos, processo que denominam-se EVAPORADOR A AR LIVRE BEZERRA E HAAS.

*A grande vantagem que obtemos com o nosso aparelho possuem o de empregarmos com combustíveis a lenha, extrahindo todos os productos nella omitidos chegando a evaporar todos os conteúdos de (nisso evaporaram?), sem despeza de calorias. Os produtos extrahidos por meio dessa combinação de aquecimento por si mesmo pagão amplamente o combustível empregado para evaporar aproveitando na mesma evaporação os gases caloricos não (?). Por nosso processo extrahimos da lenha os alcools da machina, (?) e seus derivados, além do carvão.*

*Marcha da operação:*

*A- Caldeira evaporadora contendo liquido a evaporar.*

*B- (?) contendo a lenha a destilar T- Fornalha em atividade*

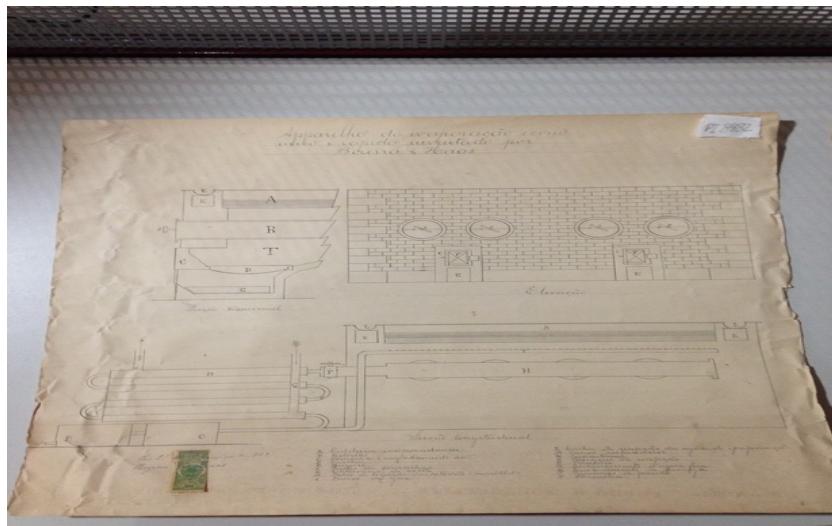
*O calor da fornalha T aquecido pela passagem de suas chamas a retorta B e seu conteúdo alcança o fundo da caldeira evaporadora A fazendo assim de um só golpe dois efeitos. O carvão contido na retorta se destila e todos os produtos líquidos e gasogenes se derigem ao tubo de ligação (Bassillet) H passando d'ali para as serpentinas N que cercada de tubos refrigerantes M promovem a condensação daquelles produtos, então os líquidos se depositam nos tanques de recepção O e os não condensados, seguindo pelos canos I vão queimar-se sob o evaporador, produzindo consequentemente calor.*

*Depois de retirados da retorta todos os produtos, isto é, todo o carvão vegetal, livre de todos os álcoos, ácido acetico e seus derivados, que serão tratados pelos meios comuns de destilação, fechamos a torneira P e de (?) retorta com linha.*

*Conclusão*

*O preço dos produtos da retorta por si só compensa o custo do combustível empregado na fornalha T, a qual, auxiliada pelos gases inflamáveis vapora gratuitamente o conteúdo do evaporador.*

*Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de  
1899. Bezerra e Haas”*



Desenho do aparelho denominado Evaporador a ar livre Bezerra e Haas

**Privilégio Industrial:2769**

**Autor(es):**CHAVES, João Ribeiro de Carvalho

**Requerente(s):-**

**Título:**Descrição APARELHO DE HIGIENE CULINÁRIA: Sistema para eliminar as impurezas inerentes e nocivas do sal marinho. Relatório(s) Rio de Janeiro, 22/08/1900

*“Relatório acompanhando um pedido de privilegio durante quinze 15 ANOS NA Republicados Estados Unidos do Brasil para o Industrial Brasileiro João Ribeiro de Carvalho Chaves, em conta de participação, pretende ara um sistema de aparelho de eliminar as impurezas inherentes e nocivas do sal-marinho, quer grosso, quer triturado, invenção que intitulou – APARELHO DE HIGIENE CULINARIA – por analogia a sua applicação e observancia ao art. 23 do Decreto 8820 da Lei vigente.*

*O apparelho é vantajosíssimo para o objectivo, quer visando a simplicidade, quer a regularidade do funcionamento e quer o lado economico, tanto na instalação das peças componentes como na obtenção do produto.*

*O conjunto do aparelho bazea-sesobreas peças A.B.C.D.E.F.G.H.I demonstradas nodesenho em anexo cujas descripções da construcção e funcionamento passo a expor.*

*A 1º figura Arepreseuma calha que poderia ser de madeira ou de qualqueroutromaterial em a qual se dissolveria o sal na razão conhecida de 1:4, d'agua começando na mesma da evaporação devida a evolução que se obterá por meio de tubos devapor, B fornecido por qualquer gerador; nella se ve a torneira C, com direcções sobre o filtro ou*

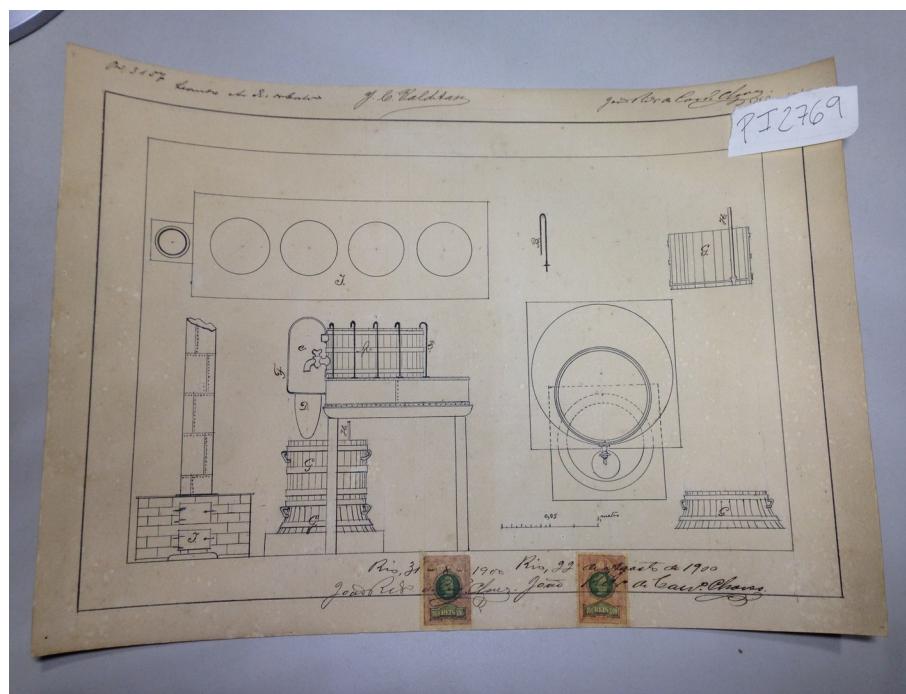
coadouro D, sustentado pela armação F ligada a (celha?), dando o resultado no ?) destapeça o fornecimento do sal dissolvido tendo soffrido uma diminuição de 20% de seu volume.

A 2º figura G, é a ideia de uma cafeteira com a diferença porém, que a borda da partesuperior é que circunda a borda da parte inferior que em vez de um ralo tem na parte do corpo superior uma valvula em seu respectivo bujão H, cuja peça é também movida de tubos a vapor que provocarão a ebolição do liquido que recebido da peça A FICARÁ REDUZIDO A 40% ou menos de seu volume, estando este em que o sal em parte tem se solidificado e devido a seu peso específico tera se depositado no fundo, passando deste para o corpoproinferior, o que se obtém levantando-se pela haste o bujão H, que dará passagem do contheudo para o corpo inferior.

Feito o que coloca-se de novo o bujão H e levanta-se o corpo superior da peça ficando livre o corpo inferior cheio de sal que será distribuido para os vasos ou taxos debater, dessecar ou completar arefinação.

Reivindico como partes constitutivas e características do APARELHO DE HYGIE NECULINARIA que as peças de A a I funcionão harmonicamente para desembaraçarem as imundices e (?) estranhos do chloreto de Sodium que tornão o sal grosso ou mesmo triturado em alimento limpo.

Rio, 22 de agosto de 1900”



Desenho do aparelho denominado Aparelho de Higiene Culinária

**Privilégio Industrial:**8723

**Autor(es):**ARCELOS, Manuel Fernandes e MENESES, José Augusto de

**BarrosRequerente(s):**BARCELOS, Manuel Fernandes e MENESES, José Augusto de

**Barros**Título:Descrição Processo de extração dos sais contidos em dissolução na água do mar econgêneres. Relatório(s) Rio de Janeiro, 19/07/1882

*“O apparelho-systema Barcellos consiste especialmente em uma caldeira dupla com banho-maria circulando na caldeira interna duas serpentinas, nas quaes funcionará o vapor produzido nas caldeiras internas, na pressão de duas atmosferas.*

*Com caldeiras deste sistema se formara dous grupos de 15 cada um, collocadas em fórmade ferraadura, e todas ligadas por tubos, sendo o principal o conductor do vapor, pelo qual se reestabelecerá a mesma pressão e temperatuta, no tubo conductor do agente- vapor- haverá um valvula para impedir que o vapor formado na rimeira caldeira passe a segunda, antes deixando sempre, aquella em que se formar a uma ppressão que deverá ser determinada de conformidade com a conveniencia da operação, desta maneira se fará o equeilíbrio entre as 15 caldeiras, sem o prejuizo que poderia ocasionar a rapida passagem e percuesso do vapor: os outros tubos servirão, um para conduzir a agua distillada e o outra agua concentrada a 34%, de sal aos quatro tanques collocados pelo lado de fóra do grupo – primeiro apparelho.*

*Os tanques de que fallamos em em numero de quatro serão duplos, servirão para a recepção das aguas em movimento, sendo a do mar, a concentrada e a, distillada: delles derivara a agua do mar para injectar nas caldeiras internas, e a distillada nas caldeiras externas geradoras de vapor; assim como tambem delles sahira a agua concentrada para as estufas e tanques de crystallisação, bem como a agua distillada que em tubos fará seus percussos pelos tanques de chrystalisação afim de que o liquido exposto para a producção receba constante- mente a temperatuta entre 30 a 60 grus centigrados necessaria a formação do colorureto de sodio.*

*A vantagem deseremos tanques duplos está em dar a agua do mar a temperatuta de 100graus antes de entrar nas caldeiras, porque, sendo apenas separada por uma fina chapa de metal esmaltado, facilmente receberá da outra o calor nele contido, e se aproveitara por esta forma aquelle agente callorico, ajudando efficazmente o funcionamento da serpentina que será collocada em um dos quatro tanques pra ter a agua em ebullição, afim de que, quando injectada na caldeira, não retardará a operação pela baixa da temperatuta. A caldeira interna se acha envolvida pela agua da caldeira externa; sendo por esta forma aquecida; primeiramente pelo banho-maria segundo pelo vapor, que percorre a serpentina, atravessando esta a columna dagua salgada que se acha na caldeira interna, formando esta por sua vez ovapor, e este se escapa com liberdade, percorrendo uma outra serpentina que tambem atravessa a columna dagua salgada, indo depositar-se no tanque de recepção.*

*As estufas estão collocadas no circulo formado pelo grupo das quinze caldeiras, e poe ellaspassará o callor que, partindo das fornalhas, tenha sahida pela chaminé, neste percurso torna-se aquele ar quente um agent capaz de produzir a crystallização do chlorureto de so- dio: este apparelho é construido de modo que possa receber taboleiros de ferro esmaltado e em forma de gavetas, e a agua sera nelles colocada por maio de uma bomba que sugara dos tanques de deposito.*

*Os tanques de recepção e movimento das aguas que se acham dentro do edificios são comunicados, não só com as caldeiras por tubos, como tambem com todos os tanques exteriores, que vem a ser o tanque da recepção d'gua do mar que entrara, passando por um filtro, dous outros grandes tanques denominados – tanques para ventilação- onde se estabelecem moinhos de vento afim de elevar a agua a jorras em cachoeiras para sanea-la e produzir a seu turno a evaporação destes tanques externos é que se passará a gua para os tanques internos e destes, depois de concentradas para a crystalização, externos, os quaes terão uma coberta sustentada por columnas*

*As caldeiras ligadas serão montadas sobre um fogão construido de tijolo, e com disposição indicada pela planta, de maneira que, quando for preciso fazer qualquer reparo em alguma delas, ficara isolada da acção do fogo, podendo este ir actuar nas demais : é assim que se ha de proceder a qualquer reparo e limpeza, sem que por esse motivo venha parar a fabricação, que devera ser continuada para a vantagem da industria. O systema assim estabelecido for- ma de tal maneira um conjunto de meios, acção e força cobinada, que o trabalho se fara muito economicamente e suavemente.*

*A mesma disposição e meios combinados estabelecido no primeiro grupo de caldeiras tanques e estufas, é o mesmo systema observado no segundo grupo.*

#### *MODO DE USAR OS APPARELHOS E O SEU FUNCIONAMENTO*

*A caldeira dupla, typo 1º, destinada a concentrar a agua do mar e fabrico do sal por meio do vapor exposto em serpentinas, tem por base principal a sua própria disposição, e este agente da acção calorica; na caldeira interna se acha a agua do mar que tem de ser concentrada de 30 a 34 % de sal; na externa se acha a agua doce que serve de banho maria e gerar o vapor como agente principal:*

*Nesta caldeira dupla dá-se a destilação, e por esse motivo se vai injectando agua salgada – com 100 graos de temperatura; seguindo este trabalho até que se obtenha a caldeira cheia d'agua concentrada com 30 ou 34% de sal; como se opera uma caldeira funciona-se nas ou- tras.*

*O trabalho assim estabelecido, é continuado para que não se perca a força dos agentes- calores-que obtenha o chlorureto de sodio com a maxima limpeza e em lindos crystaes, segundo a sua natureza physica. Os tanques de movimento das aguas no interior da usina tem duplo efeito, pois que sua construcção tambem é dupla resultando deste multipla recepção das tres especies de agua, aproveitando-se o agente calor de umas para as outras, como já ficou dito. As estufas para crystalização funcionão pelo ar quente, que sahindo das fornalhas das caldeiras, vá passar pela chaminé geral, regulado pelos registros da corrente calorica.*

*Os tanques de crystallisação receberão a agua concentrada, e ahi ficará saturada, dando-se crystalização pela acção calorica da agua distillada circulando em tubos pelos mesmos tanques, reulando-se a temperatura pela quantidade de agua que se fara passar. O sal obtido pelos apparelhos pelo processo acima descripto, não só apresenta belissimos crystaes como tambem é muito mais limpo que aquele obtido por processo ordinario – evaporação esponta-*

nea- para justificar o exposto junta-se duas amostras sendo uma de sal encontrado no com-mercio e outra fabricado pelo novo e pratico processo.

Da agua restante se extrahira os saes deliquescentes no laboratorio da fabrica.Rio, 11 de agosto de 1887 – Manoel Ferreira Barcellos ”

**Privilégio Industrial:7704**

**Autor(es):**ROSA, Manuel de Miranda

**Requerente(s):**BAILLY, Adolfo

**Título:**escrição Processo aperfeiçoadodo para a fabricação do sal (cloreto de sódio),permitindo a obtenção de um produto isento de umidade. Relatório(s) Rio de Janeiro,23/05/1899

“Garantia Provisória

*Relatório do processo aperfeiçoadodo para fabricação do sal (chlorureto de sodio) obtendo um producto isemto de humidade. Invenção de Maniel de Miranda-Rosa, morador nestacapital.*

*Todosou quase todos que tem tentado a fabricação do sal, tem empregado para purgar aagua do mar das materias organizas que a mesma contem em grande quantidade, a calvircemque torna por sua vez o producto rico em calcio, o que é excessivamente prejudicial os fins a que se destina o chlorureto desodio.*

*O meu processo em que não é empregado qualquer materia estranha para produzir apurificação do chlorureto de sodio consegue este resultado pela evaporação de umas e precipitação de outras dessas maerias pela applicação somente do calor.*

*Concentração: Faz-se ferver a agua do mar a forte pressão até conseguir a reducção do seuvolume à sexta parte, isto é, de três graos Braumé que é a densidade da água domar,aé eleva a vinte e cinco gaos Baumé. Quando se tem a agua concentrada a 25 graos Baumé passa-se para ascrystalizações.*

*Logo que nos evaporadores a agua attinja a cem graos centigrados, começam a subir osdiversos attritos formados pelas materias organicas contidas na agua em forma de espuma. Retira-se todos por meio de grandes escumadeiras até a agua ficar completamente limpa. Antes de entrar para os evaporadores a agua é filtrada para retirar parte desses elementos estranhos ao sal que se deseja fabricar. A alimentação dos evaporadores deverá ser contínua de modo que conserve-se sempre com a mesma quantidade de líquido, calculando-se a alimentação pela quantidade de agua que se evapora.*

*Cristalisação: Heste trabalho é feito nos cristalizadores esquentados pelovapor.Henquantoa salmoura se conserva abaixo de 2f, 5 graos Baumé, devem ser aquecidos os cristalizadores*

a cem graos centigrados, descendo a temperatura a noventa graos centigrados logo que asalmoura atigir aquella densidade. Logo qe os cristaes se comecem a formar deve descer a temperatura a oitenta e cinco graos centigrados e assim por diante ate o minimo de setenta e cinco graos, desde que se deseja fazer sal em cristaes grossos.

Para fazer sal em lâminas dese se manter a temperatura de 85 graos centigrados nos cristalizadores desde que a salmoura chegue a 2f 5 graos Baumé.

Para produzir sal fino, sal de meia, ferve-se a salmoura até atingir a 30 graos Baumé a 108graos centígrados, depois desce se a cem graos centígrados e logo que haja saes formados no fundo dos cristalizadores, desce se a temperatura a noventa graos centígrados com a qual se conclue a operaçao.

Para obter o sal completamente purgado de todos os saes e materiais estranhos, antes de começar a cristalisação a salmoura deve ser bem mechida à maior temperatura, de modo a evaporar as materias organicas soluveis e precipitar as insolueis a essa temperatura, o chlorureto de sodio que depois se forma será muito alvo e cristallino e terá a vantagem sobre o fabricado nas salinas ao ar livre, por ser completamente secco e não sujeito a dissolver-se pela influência da humidade atmospherica.

*A caldeira de cristalização fará a operação nos*

seguintes tempos: Salfino \_\_\_\_\_ 12 horas

Salemlâminas

24horasSal em crista es grossos\_36

*horas*

A de evaporação pode reduzir o volume de sua capacidade de tres graos Baumé a vinte e cinco em quatro horas; alimentada continuamente fará maior serviço pois que se enchesse a caldeira e se esperasse que o volume da água fosse reduzido, só se conseguiria em 24 horas seis operações, ou seja o volume de salmoura equivalente ao da evaporação, pela alimentação continua obtem-se o volume da salmoura correspondente as do evaporador em doze horas o dá duplo do resultado.

Deste modo um evaporador produziria por di duas vezes o seu volume em salmoura de 25graos Baumé, o que equivaleria a a ficar o processo de concentração de cada volume total da caldeira, de 3 a 25, reduzido ao tempo mínimo de duashoras.

*Apparelhos: Para a evaporação e concentração da agua salgada adapto grandes caldeiras desferrobatido ou fundido galvanisadas por dentro, tendo o tamanho correspondente à importância das instalações que se deseja fazer. Assim, para uma instalação regular adapto caldeiras com as seguintes dimensões:*

Comprimento 30metros

Largura 3metros

Alturamaxima 0,45 cm

*A caldeira será, até a altura de 0,15 centímetros dividida em três secções longitudinais tendo fundo ondeado para formar as três secções. Será munida de uma válvula e encanamento para esgoto e terá três tubos ligados nas extremidades, conduzindo vapor para auxiliar a evaporação. Tres tubos terão outros collocados do lado de cima com torneira de purgação por baixo, para tirar a agua, e um pequeno chuveiro virado do tubo de cima para dentro da caldeira com válvula reguladora, para lançar vapor secco sobre o liquido em evaporação.*

*Hestas caldeiras serão aquecidas em fornalhas de três (?) sistema de chamma reversa, demodo a poder se aproveitar a maior somma de calorias, hestas fornalhas receberão ar por meio de ventiladores instalados em ponto apropriados para facilitar a tiragem.*

*Para a produção de cristaes de chlorureto de sodio, sal de cozinha, adapto o seguinte apparelho:*

*Um caldeira deferrobatido de dimensões correspondentes ao tamamnho das instalações. De acordo com o plano evaporadores já descriptos adapto caldeiras de dez metros de comprimento por 1,50 de largura e 0,45 de fundo, hestas caldeiras são de fundo e paredes laterias duplas, consituindo entre as paredes assim formadas uma camara para nella ser lançado o vapor elevado pela compressão á pressão que produza cento e vinte graos centigrados. Deste modo deverá ter canalização de vapor para dentro da câmara da caldeira, tendo esta torneira de purgação, valvula de esgoto, de recepção do vapor, de trasnmissão para outro apparelho ou de descarga.*

*Possuirá três tubos de vapor por dentro, com valvulas separadas como nos evaporadores, podendo ser desligados por meio de tarrachas.*

*Em resumo, reivindico como pontos constitutivos da invenção:*

*Um processo de fabricação do sal (Chlorureto de sodio) obtendo-se um producto isempto de humidade e portanto puro completamente, unicamente pelo emprego do calor produzindo evaporação e precipitação como esta minuciosamente descripta neste relatório e empregando-se os apparelhos também descriptos ; tudo podendo ainda sofrer algumas modificações de valor secundário, o que se fará por occasião de ser requerido o privilégio.*

*Rio de Janeiro 23 de maio de  
1899 Manoel de Miranda Rosa  
Adolpho Bailly"*

**Privilégio Industrial:2776**

**Autor(es):** MARQUES, Joaquim deFreitas

**Requerente(s):** JULES GÉRAUD, LECLERC &CIA

**Título:Descrição Novo processo mecânico de tratamento do sal comum. Relatório(s) Rio de Janeiro, 28/08/1900**

*“Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilégio durante 15 anos na Repúblidos Estados Unidos do Brasil para “Novo Processo mechanico de tratamento do sal comum”. Invenção de Joaquim de Freitas domiciliado nestacapital.*

*A invenção tem por objetivo um novo processo mechanico de tratamento do sal commum,caracterisado pela passagem do mesmo em um apparelho seccador antes que seja submettido à acção de um moinho ou triturador apropriado que o reduz em pó de grossura conveniente.*

*Reconheci que a moagem do sal, assim privado da maior parte da humidade que tenz consigo, se effeitua com maior perfeição e com mais economia de força motora; convindo notar que minha invenção não se refere à moagem do sal propriamente dito, que se acha no dominio publico e para a qual já foram inventados diversas machinas sendo uma entre ellas, privilegiada por carta patente, Nº 287 de 14 de Outubro de 1885, declarada caduca por decreto de 7 de Dezembro de 1898.*

*No desenho annexo, que representa, a titulo de exemplo, um conjunto de apparelhos por meiodo qual realiso a invenção, as figuras 1 e 2 mostram em elevação, o dho conjuncto visto respectivamente de lado e de frente.*

*Os apparelhos constam de um seccador rotativo A e de um moinho de pedras verticaes B emconeção um com o outro por meio de um elevador de caçambas C.*

*O seccador A,representadona figura 1, em secção por ab com parte do cylindro 1 cortado ena figura figura 2 em secção por da figura 1 é constituido por um tambôr rotativo 1 envolvido em um forno que obriga as chamas e gazes, da fornalha 2, demandando a chaminé 3, aroçaro tambôr e acaminhar,como indicado pela flecha 4, graças às paredinhas 5.*

*O tambôr, aberto nas suas extremidades é montado n’um eixo gyratorio 6 tocado pelasengrenagens 7 e 8 e pulias 9, e traz internamente pás longitudinaes 10 e pás inclinadas 11. Uma moéga 12 recebe o sal a tratar, o qual é fornecido ao tambôr por meio de um taboleiro de alimentação 13, de trapézo 14, articulado na extremidade da moega e sacudido por uma corôa dentada 15 (fig. 3) existindo na boca do tambôr.*

*O moinho B é de pedras verticaes 166 e 16’, sendo a primeira gyratoria por meio do eixo 17dotado de um graduador 18 enquanto a outra 16’ é fixa e recebe, pelo centro aberto, o sal secco a moer provindo da moega 19 e fornecido pelo taboleiro de alimentação 20, articulado à moega.*

*Modo de funcionar: Estado o tambôr em movimento e sufficientemente aquecido; alimenta-se o mesmo, sem descontinuar por meio do taboleiro 14, com o sal na moega; este submettido à acção do calor dentro do tambôr é ali revolvido pelas pás 10 e obrigado pelas pás 11 a caminhar para a extremidade de sahida, de onde se escapa secco e é dirigido, pela bica 21, para o elevador C que o leva à moega 19. D'essa moega o sal passa para o moinho B do qual sahe pela bica 21, prompto a serensaccado.*

*Um ventilador, lançando ar secco ou quente através do tambôr 1, poderá, querendo, adicionar-se ao seccador para aumentar-lhe a produção.*

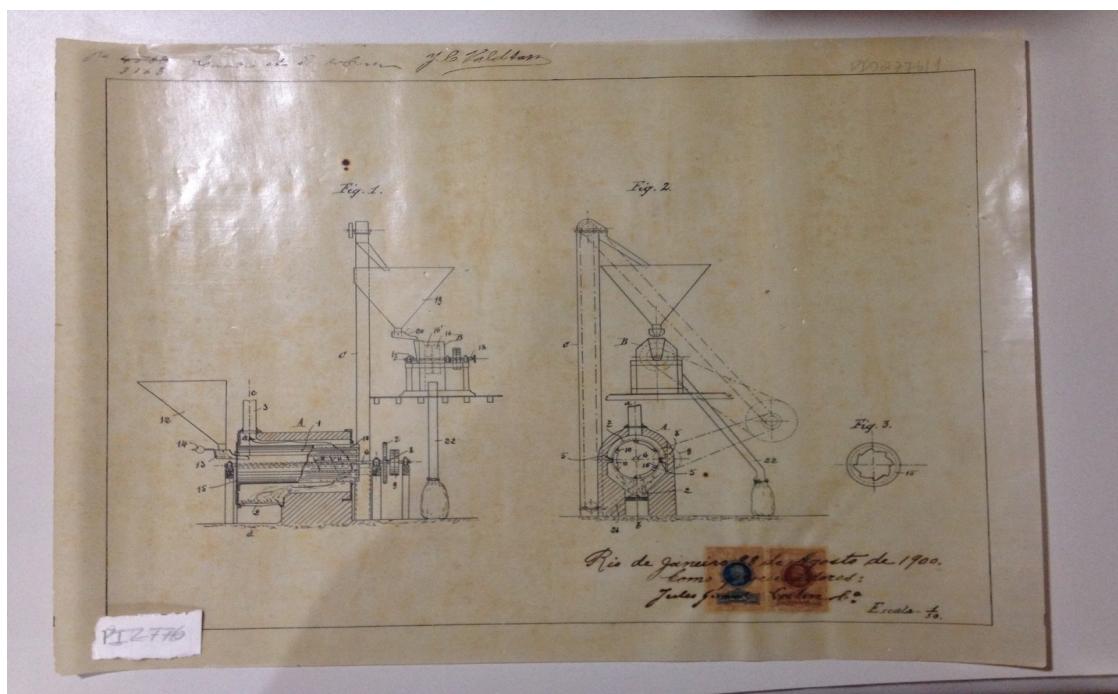
*Em resumo: reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:*

*1º: Um processo mecanico de tratamento do sal commum caracterisado pelo seccamento dosal combinado com a (moega) digo moagem do mesmo em acto continuo;*

*2º: No processo acima reivindicado: a) o emprego de um seccador rotativo, - constituído porum tambôr rotativo dotado de pás internas para revolver e encaminhar o produto tratado, - combinado com um forno que envolve circularmente o dito tambôr aberto nas suas extremidades, e com uma moega provida de uma taboleiro de alimentação sacudido por uma corôa dentada do tambôr; b) a combinação de seccador com um moinho de pedras verticaes por meio de um elevador ou por qualquer outro meio conveniente.*

*Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1900.*

*Com o procurador Jules Géraud, Leclerc & cia.”*



Desenho do processo mecânico para o tratamento do sal comum

